



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1454/15	DATA: 20/08/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 09h53min	TÉRMINO: 16h38min	PÁGINAS: 154

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios — ADCAP.
ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Presidente do Grupo Aliança.
CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão — ANAPAR.
JAIR PEDRO FERREIRA - Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal — FENAE.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 1ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi solicitada a dispensa pelo Deputado Marcus Pestana.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomada do depoimento dos senhores e senhoras: Luiz Alberto Menezes Barreto, Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios — ADCAP; Antônio Augusto de Miranda e Souza, Presidente do Grupo Aliança, de diretores de fundos de pensão; Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão — ANAPAR; Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal — FENAE.

Convido o Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto a tomar assento à mesa. Por favor. *(Pausa.)*

Solicito aos Srs. Jair Pedro Ferreira, Cláudia Muinhos Ricaldoni e Antônio Augusto de Miranda e Souza que aguardem o momento da tomada de seus depoimentos.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido aos depoentes será de 20 minutos, não podendo ser aparteados durante a sua fala. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão. O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações. O autor do requerimento, Deputado Rocha, disporá de 5 minutos para as suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para suas interpelações, conforme o Acordo de Procedimentos, tendo a tolerância da mesa para poder concluir o seu raciocínio.



Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente Termo de Compromisso, que integra o Formulário de Qualificação, de cujo teor solicito ao depoente fazer a leitura neste exato momento.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Juramento prestado. Sabe das consequências nesta CPI, e a Presidência estará atenta a tudo o que aqui for reportado.

Antes de passar a palavra, queria, mais uma vez, agradecer a presença dos representantes dos beneficiários, dos aposentados, servidores, trabalhadores dos Fundos, principalmente o pessoal da FUNCEF e do POSTALIS, os quais vejo presentes. Sejam sempre muito bem-vindos a esta Comissão, senhoras e senhores. *(Palmas.)*

Com a palavra o Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto, por até 20 minutos.

Seja bem-vindo, Dr. Luiz.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Muito obrigado. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão, Deputado Efraim Filho, Sr. Relator, Deputado Sergio Souza, em nome de quem cumprimento todos os Deputados presentes, os colegas dos Correios, o pessoal de Minas Gerais que viajou até aqui para participar desta audiência, os colegas de outros fundos de pensão, representantes de outros fundos de pensão, é com muita honra que nós estamos aqui para, enfim, debater esse assunto que tem afligido milhões de brasileiros e brasileiras. Senhoras e senhores da audiência, a ADCAP — Associação dos Profissionais dos Correios se sente muito honrada com o convite recebido da CPI para estar presente nesta audiência pública e espera poder contribuir de forma objetiva e concreta para o sucesso dos trabalhos da Comissão. Eu vou lendo aqui um texto e algumas planilhas vão sendo mostradas, alguns eslaides. Lucimar, pode passar, por favor. *(Segue-se exibição de imagens.)* O Fundo de Pensão dos Trabalhadores dos Correios, o POSTALIS, é, na atualidade, nossa maior preocupação. Somos mais de 120 mil participantes, entre ativos e assistidos, nos dois planos administrados pelo POSTALIS: o Plano de Benefício Definido, saldado em 2008, e o PostalPrev, o Plano de Contribuição Definida, que foi criado a partir do



saldamento do Plano de Benefício Definido. Pela média familiar, significa que aproximadamente meio milhão de pessoas têm suas vidas ligadas diretamente ao POSTALIS. A ADCAP tem denunciado, há um bom tempo, os problemas do POSTALIS. Em agosto de 2014, chegamos a pedir formalmente à PREVIC a intervenção em nosso fundo de pensão. Antes, fizemos várias tentativas de diálogo com a diretoria dos Correios e com a PREVIC e diálogos, sem resultados práticos, com a diretoria do POSTALIS. O período de intervenção foi formulado em conjunto com duas outras entidades representativas, a ANAPOST — Associação Nacional dos Participantes do POSTALIS — e a FINDECT — Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Juntas, nossas entidades representam mais de 70 mil participantes. Quando formulamos esse pedido de intervenção, muitos associados ficaram surpresos, pois uma medida assim poderia trazer consequências. A ADCAP, porém, já vislumbrava que a situação do Fundo BD saldado era trágica, quase de insolvência, mas o discurso da direção dos Correios e do POSTALIS era em sentido contrário, garantindo a liquidez e a solvência do Plano. Os déficits mensais foram crescendo, os esqueletos foram sendo apresentados e se chegou, ao final de 2014, a um inacreditável déficit a ser equacionado superior aos ativos líquidos do plano BD saldado. Os déficits alcançaram mais de 5,6 bilhões de reais. Desse montante, 3,4 bilhões de reais correspondem apenas a déficit financeiro. Diante de um quadro tão grave, o POSTALIS aprovou às pressas um brutal plano de equacionamento. Os trabalhadores foram informados que teriam que pagar uma contribuição adicional de 25,98% sobre o valor dos benefícios proporcionais saldados, durante 15,5 anos, ou seja, 180 meses. Os aposentados, além desse percentual, continuariam pagando também os 9% que já pagam, ou seja, do benefício recebido pelos aposentados e pensionistas, 35% seriam suprimidos para pagar esse rombo. Um drama para meio milhão de pessoas, que, da noite para o dia, passariam a ter uma redução inadmissível de seus orçamentos familiares. Convém lembrar que as pessoas de terceira idade têm gastos substanciais e contínuos com remédios e acompanhamento médico. Como ficaria a vida dessas pessoas? A ADCAP ingressou com ação na Justiça e conseguiu uma liminar que impediu o primeiro desconto. A liminar foi derrubada, mas, nesse meio tempo, o POSTALIS firmou um



Termo de Ajuste de Conduta com a PREVIC. Em consequência desse TAC, o plano de equacionamento foi cancelado e será feito um novo plano, até o final de 2015, para aplicação em 2016. Então, esse tempo é o que nós temos para resolver todas essas diferenças e para tirar esse sacrifício, essa conta injusta das costas dos trabalhadores e dos aposentados. O caso do fundo BD saldado do POSTALIS tem características peculiares a serem investigadas, especialmente o tamanho do déficit frente ao seu patrimônio. Não vemos como um fundo saldado, que deveria, por sua própria natureza, praticar investimentos conservadores e seguros, possa ter perdido tanto em investimentos que não parecem justificáveis e em um tempo tão curto, pois, em 2012, nós já devemos um saldamento de um rombo de 1 bilhão de reais. Um dos casos mais comentados pela imprensa é o das aplicações feitas em títulos da dívida externa da Venezuela e da Argentina. O POSTALIS alega que o gestor não poderia ter feito essas aplicações, pois o regulamento do fundo previa aplicações em títulos públicos brasileiros. Alega ainda que está acionando o banco BNY Mellon, que é o banco de Nova Iorque, administrador que deveria ter fiscalizado as aplicações feitas pela Atlantica Asset, gestora do fundo. Esse caso, inclusive, já foi objeto de investigação pela SEC, que é a CVM americana, o órgão que regula o mercado de capitais, em função de pagamentos excessivos de comissões em operações com notas estruturadas e também pela CVM aqui no Brasil. Sobre esse caso, a ADCAP tem várias perguntas que espera sejam respondidas no decorrer do trabalho desta CPI. Por exemplo, por que o POSTALIS investiria num fundo da dívida pública brasileira pagando comissões significativas, excessivas, segundo a SEC, Securities and Exchange Commission aos intermediários se podia simplesmente, com toda segurança, adquirir títulos diretamente do Tesouro Nacional, como inclusive tem feito muito nos últimos meses? Quando se pega a média dos investimentos em letras do Tesouro das empresas de previdência complementar, observa-se a diferença brutal entre os investimentos feitos pelo POSTALIS e os investimentos feitos pelo mercado, pelos outros fundos de previdência. O POSTALIS chega a investir 0,4%, enquanto os outros fundos de pensão investiam, na época, 17%. Por que o montante desse investimento, devidamente corrigido, ainda não foi devolvido ao POSTALIS, já que restou claro que a gestão terceirizada do fundo, supervisionada pelo BNY Mellon, não cumpriu



suas obrigações? Por que o POSTALIS concentrou tanto os seus investimentos, sob a supervisão do BNY Mellon, os quais correspondem à maior parte do déficit financeiro do instituto? Outro caso bastante comentado refere-se às aplicações do POSTALIS e de outros fundos no banco BVA. O POSTALIS investiu 50 bilhões no BVA, com aportes — essa passagem é muito interessante, senhores e senhoras. O POSTALIS fez aportes no banco BVA em 1º de agosto de 2012 e em 18 de setembro de 2012. O Banco Central decretou intervenção no BVA em 19 de outubro de 2012, com posterior decretação de liquidação extrajudicial ou falência. Será que o POSTALIS nada sabia sobre a situação do BVA, que já estava em toda a imprensa, ou teria sido um azar? Para esclarecer alguns pontos, eu trouxe a proposta do BNY Mellon do serviço para o POSTALIS, em que consta uma passagem muito interessante que explica essa ação do POSTALIS com o BNY Mellon. Eu vou ler um pequeno trecho: *“(...) ou seja, e esta é a peça chave da proposta ora apresentada. Cabe ao administrador, tanto à instituição como a seus dirigentes e àquele registrado como pessoa física junto à CVM, todas as responsabilidades, especificamente as de ordem criminal, administrativa e civil, decorrentes dos serviços que prestar ao fundo, bem como daqueles que vier a subcontratar com terceiros.”* Ou seja, todos os prejuízos do POSTALIS que ocorreram em fundo sob a gestão do BNY Mellon, está aqui claro, são de responsabilidade do BNY Mellon. É por isso que o BNY Mellon tem que ser convocado, tem que explicar. Se ele teve problemas, vai ter que dizer aqui quais foram os problemas, mas tem que pagar o que deve e não jogar essa conta nas costas dos trabalhadores dos Correios, que não têm nada a ver com isso. Se a gente pudesse investir, a gente investiria em ações mais sólidas, como a PETROBRAS, que teve uma queda de mercado, mas todo mundo sabe que é momentânea, daqui a pouco se recupera, e não na bodega do Seu Joaquim. Existe uma prática fabulosa aqui de investimentos em empresas que ninguém nunca ouviu falar. Supõe-se que seja uma prática muito nefasta. Sr. Presidente, eu vou deixar esse contrato. O eslaide nº 8, por favor, do Banco BVA. Sobre o BVA, a ADCAP gostaria de fazer o seguinte: por que o POSTALIS resolveu fazer dois investimentos de monta no BVA exatamente às vésperas da intervenção do Banco Central naquele Banco? Quanto do valor investido o POSTALIS conseguirá reaver? Que outros negócios possuem ou possuíram com o POSTALIS



os controladores do BVA, incluindo o Sr. José Augusto Ferreira dos Santos, também mencionado em matérias da imprensa como controlador de empresas envolvidas na máfia do lixo em Santo André? Está aqui matéria do *Estadão*: “*Dono do BVA teve empresa envolvida na máfia do lixo de Santo André*”. Há outra matéria da *Tribuna de Indaiá*: “*Dono do BVA foi sócio de Ronan Maria Pinto, proprietário da Viação Indaiatubana*”. Quem acompanha os noticiários políticos e policiais sabe muito bem quem é esse cidadão Ronan, em que ele está envolvido. Sobre a quebra do BVA, a *Revista Exame*, de 19 de outubro, traz um trecho interessante: “*Atualmente, a Instituição tem em caixa menos que o estabelecido por lei para poder emprestar dinheiro. No começo de setembro, um levantamento do Banco Central apontava que o BVA era o único banco do mercado com Índice de Basileia abaixo de 11%, limite mínimo estabelecido pelo Governo. Quanto menor o indicador, mais baixa é a capacidade de a instituição financeira emprestar dinheiro sem comprometer sua solidez financeira*”. Na época, o percentual do BVA estava em 9,5%. Quem trabalha com mercado de ações não saberia disso? Esta matéria saiu ontem no *Monitor Mercantil*: “*BNY Mellon paga quase 15 milhões de dólares por causa de suborno*”. Então, eu vou deixar também essas matérias, Sr. Presidente, porque elas contribuem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Juntem-se aos autos e fiquem à disposição dos senhores e das senhoras.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Esses negócios, dentre os quais citamos o Multiner... O Multiner também era um fundo em que havia investimentos de outros fundos. O Sr. José Augusto Ferreira dos Santos, o dono do BVA, era o proprietário. Esse fundo foi vendido depois para um grupo muito sério, creio que do Rio Grande do Sul, mas foi criado pelo Sr. José Augusto, que vendeu as... Parece-me que vendeu as ações das empresas de energia, que também deram prejuízo para o POSTALIS. Comentamos anteriormente que o principal fundo do POSTALIS é o BD saldado, um fundo que por sua natureza deveria pautar suas aplicações em segurança, pois não possui novas fontes de recursos além dos resultados de suas aplicações. Um fundo, quando é saldado, não recebe mais contribuição. Então, ele tem que gerir aquele dinheiro que ele tem de uma forma conservadora para garantir o pagamento das aposentadorias. Que tal, então, aplicar



os recursos desse fundo conservador numa nova bolsa de valores ou então numa escola falida? Pois isso também foi feito pelo POSTALIS. Na ATG — Americas Trading Group e no Grupo Galileo, alguns dos empreendimentos controlados pelo Sr. Arthur Mario Pinheiro Machado que possuem investimentos do POSTALIS, o Instituto aplicou, respectivamente, 295 milhões e 120 milhões, pelos números divulgados. A ATG, que é a empresa que criaria essa nova bolsa de valores, já teria consumido cerca de 230 milhões de reais sem ter produzido resultado algum. A Universidade Gama Filho, do Grupo Galileo, está falida. Então, percebe-se isso no POSTALIS, porque a gente busca, no pai Google, algumas informações e sempre acha os mesmos nomes envolvidos em várias coisas. São coisas que esta CPI vai conseguir localizar e resolver. Nós temos muita esperança, Deputado, no trabalho aqui da CPI. Sobre esses casos, a ADCAP gostaria de saber: por que o POSTALIS teve tanta preferência pelos negócios empreendidos pelo Sr. Arthur Mario Pinheiro Machado, a ponto de arriscar neles os elevados montantes que arriscou? Por que o POSTALIS aceitou garantias que não se mostram consistentes, impedindo a recuperação dos investimentos do Grupo Galileo? As garantias eram as mensalidades do curso de medicina. Quando será lançada a nova bolsa de valores brasileira para concorrer com a BOVESPA? Além da ATG, do Grupo Galileo e da Risk Office — a Risk Office é uma empresa que calcula os riscos do POSTALIS e que também tem o Sr. Arthur Mario Pinheiro Machado presente —, quais outras participam dos investimentos do POSTALIS? Há mais empresas do Sr. Arthur Mário Pinheiro Machado? Há mais empresas do ex-dono do BVA? Uma questão que salta aos olhos de quem analisa os investimentos do POSTALIS é a existência de negócios feitos com partes relacionadas, o que fere princípios básicos de segurança e investimento e as próprias normas. Quando alguém aluga um imóvel, por exemplo, ninguém aceita como fiadora a esposa do locador, lógico. E outras situações similares, não é? Para o POSTALIS, isso parecia não ser importante. Alguns casos que poderão ser investigados pela Comissão são o da Canabrava Agrícola e o da Canabrava Energética — mencionados em matéria da revista *Exame* desta quinzena — e outros em que as empresas, com mesmos controladores, montaram operações entre si e emitiram títulos, em seguida adquiridos pelo POSTALIS. Muitas vezes, de forma desenquadrada com relação aos limites estabelecidos, sem



garantias adequadas e, aparentemente, sem análises de risco e jurídica. Para a ADCAP merece esclarecimento o fato de o POSTALIS ter preferido operações assim, muitas vezes, com empresas novas, com patrimônio supervalorizado ou endividadas e sem garantias sólidas, em vez de adquirir, por exemplo, os títulos públicos, que seriam bem mais seguros. Sobre essa questão de negócio com partes relacionadas, a ADCAP gostaria de saber: por que o POSTALIS não evitou este tipo de negócio? Por que as fiscalizações feitas pela PREVIC no POSTALIS não exigiram tempestivamente a correção desses problemas? Por que a patrocinadora, os Correios, que exerce o poder de fato e de direito no POSTALIS — responsável pela indicação de toda a Diretoria do instituto e detentora do controle do Conselho Deliberativo, por intermédio do voto de qualidade —, não atuou e não fiscalizou, como determina a lei que rege a previdência privada no País, deixando que seus indicados praticassem os atos que redundaram nesse prejuízo bilionário que querem cobrar dos participantes, empregados dos Correios? Que medidas estão sendo tomadas pelo POSTALIS para responsabilizar os dirigentes e ex-dirigentes que não observaram a vedação de negócios com partes relacionadas? Esses casos que comentamos hoje são uma pequena amostra do que a CPI vai encontrar ao analisar os investimentos feitos pelo POSTALIS nos últimos anos e que resultaram num déficit acumulado superior aos ativos líquidos, no caso do fundo BD saldado. A ADCAP acredita que os senhores serão surpreendidos pela facilidade com que dezenas ou centenas de milhões de reais de nossas aposentadorias foram alocadas em aplicações que nenhum sentido faziam para um fundo de pensão, conforme deverá estar apontado nos relatórios de fiscalização efetuados no POSTALIS pelo PREVIC e por outros órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério Público Federal, o TCU, a Polícia Federal e que até agora não produziram nenhum resultado concreto para a recuperação dos prejuízos. Esse suposto conluio formado por empresários, dirigentes, instituições financeiras e, segundo diz a imprensa, também políticos para se apropriar de nossas aposentadorias, precisa ser desbaratado. Os prejuízos que nos imputaram precisam ser recuperados. Não se admite que pessoas roubem aposentados. Não se admite que pessoas roubem nada, mas quem rouba aposentado, sinceramente, desculpem-me a palavra dura, é um miserável que merece como tal ser exposto perante a sociedade e devidamente punido. A nossa



maior esperança hoje é que as investigações da CPI resultem no resgate dos direitos de milhares de participantes assistidos que passaram a vida toda contribuindo para seus fundos de pensão e agora se veem surpreendidos pela dilapidação do patrimônio dessas entidades. É algo muito grave que afeta a aposentadoria de idosos e a vida de pessoas honestas e trabalhadoras que deveriam ser protegidas pelo Governo e pelas empresas patrocinadoras e jamais prejudicadas com a leniência desses. Tratamos aqui de centenas de milhares de brasileiros que precisam hoje da atenção de seus bons representantes no Congresso, dos quais se espera uma atuação firme e efetiva no combate a esse estado de coisas. Nós agradecemos a oportunidade. A ADCAP se coloca à inteira disposição da Comissão, honrada com a oportunidade de participar desta audiência. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra, para o início das inquirições ao depoente, a quem agradeço pelas informações trazidas, pela forma corajosa como expôs inicialmente os problemas, o Relator pelo tempo de 30 minutos, no máximo; em seguida, aos Deputados e Deputadas escritos para fazerem as inquirições.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Efraim, Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira, depoente Luiz Alberto Menezes Barreto!

Sr. Luiz Alberto, nós percebemos, na fala de V.Sa. e também daqueles que têm nos procurado sobre o déficit no POSTALIS, uma esperança muito grande nesta CPI.

No entanto, esta CPI vai ter que levantar aqui alguns fatos no decorrer dos seus trabalhos. Muito do que V.Sa. trouxe são fatos sobre os quais nós já temos aqui conhecimento pela própria imprensa, mas nós precisaríamos aqui nos aprofundar um pouco. V.Sa. nos traz, inclusive, uma série de perguntas e questionamentos que são válidos porque fazem com que a CPI, a partir daqui, possa também investigar esses fatos, mas o POSTALIS existe há quanto tempo?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Desde 1981.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O déficit do POSTALIS vem a partir de quando?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O déficit que foi equacionado, em 2012, corresponde aos anos 2010/2011.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, a partir de 2010?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - 2010/2011. Os prejuízos vão se acumulando porque na legislação que rege o fundo de pensão...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer que, até 2010, ele era superavitário?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Teoricamente, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Houve uma extinção e a criação de um outro fundo do POSTALIS?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Houve o saldamento. Nós tínhamos um Plano de Benefício Definido, que era o plano inicial. Na época, houve uma orientação para todos os planos de Previdência migrarem para um plano de contribuição variável, porque a tendência seria quebrar todos os planos, porque eles iam num crescendo. A grosso modo, seria mais ou menos aquele cálculo que se fazia antes no INSS: a pessoa contribuía por 30 anos com um valor mínimo e, nos últimos 5 anos, contribuiria com um valor máximo para receber.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vocês criaram uma parte em extinção?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É. Eles pegaram todo o saldo que tinha nesse plano. A partir de então, o plano não existiu mais. Isso foi feito de forma unilateral nos Correios, que assumiram o compromisso de....

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os Correios ou o POSTALIS?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Os Correios. Os Correios são a patrocinadora, que disse para os empregados: *“Olha, vamos encerrar esse plano e vamos pagar todos os déficits existentes nele. Vamos cobrir todos os prejuízos”*. Pronto. Já existiam prejuízos atuariais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas os beneficiários são os mesmos do anterior e do atual fundo?



O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Os mesmos. Exato. No atual, entraram os mais novos contratados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o atual fundo é superavitário ou deficitário?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele está superavitário.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é o saldo do atual fundo?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não sei informar a V.Exa. ao certo. O atual fundo começou em 2009. Então, ele vem crescendo nas contribuições. Hoje não tenho certeza. Deve ser 3 bilhões e pouco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O ingresso no fundo é uma opção do trabalhador dos Correios? Não é obrigatório?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Hoje, sim. No passado, não. Era obrigatório, inclusive tem documento normativo da empresa que vinculava a contratação das pessoas ao ingresso no plano.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem noção de quantos por cento dos trabalhadores dos Correios são associados aos Fundos?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - No plano BD Saldado, aproximadamente, 80 mil, 90 mil pessoas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E no atual?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - No atual, tem um saldo, porque os primeiros do BD Saldado já saíram dos Correios e alguns faleceram. Há um saldo com os novos contratados. Então, não sei ao certo quantos tem. Deve ter uns 100 mil, 80 mil.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A maioria é de pessoal administrativo ou de pessoal de campo?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Todos empregados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós percebemos que a classe é bastante unida. Nós percebemos que o déficit passou a ser crescente e, como V.Sa. disse, chegou praticamente ao tamanho do valor do crédito ou do que tem em depósito no fundo saldado...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Isso.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...ou próximo a 6 bilhões. Déficit próximo a 6 bilhões, que é o patrimônio do fundo saldado, mas a entidade não percebeu isso no decorrer do tempo? Qual foi a ação, a atitude que a entidade adotou? A entidade tem assento na diretoria, nos órgãos, no Conselho Fiscal?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A ADCAP indica.. Desculpe-me, a diretoria dos Correios indica toda a diretoria do POSTALIS. Certo? No Conselho Deliberativo, são seis membros. Indica três membros, e os outros três são eleitos pelos trabalhadores.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O presidente do Conselho Fiscal?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O Presidente do Conselho Deliberativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deliberativo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Mas o Presidente do Conselho Deliberativo é um dos indicados da patrocinadora e detém o voto de qualidade.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O que quer dizer voto de qualidade?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele é quem desempata as votações. Como ele é indicado da patrocinadora, qualquer votação que...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - São quantos? São sete?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - São seis. Qualquer votação que dê três a três...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Seis mais o Presidente?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não. Seis com o presidente. Qualquer votação que dê três a três, ele desempata, lógico.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Ele tem dois votos?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele tem dois votos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Voto de minerva.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Isso. Não, com o Presidente. São seis membros no Conselho: três indicados pela patrocinadora e três pelos trabalhadores, eleitos, e o presidente tem o voto de minerva.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Exatamente. Sempre esse voto de minerva, quando ocorre...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Durante as reuniões do Conselho para tratar especificamente das questões dos déficits e das aplicações, como V.Sa. colocou aqui, a própria entidade levanta suspeitas, por que se investiu nesse ou naquele banco ou se fez esse ou aquele investimento. Houve situações de empate de três a três?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não. Que eu saiba, não. Pelo que eu tenha conhecimento, não, mas essa resposta deve ser dada pelo Presidente do Conselho Deliberativo do POSTALIS, porque, das atas, nós temos mais resumos. Nós não temos a ata completa. Inclusive, os três...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os três representantes da sua entidade que têm assento no Conselho seguiam a deliberação da entidade, da Diretoria da entidade?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Nós nunca tivemos representantes eleitos. Conseguimos eleger um na última eleição porque são várias entidades dos Correios. Então, geralmente os primeiros que foram eleitos até a eleição passada eram membros da... Eram indicados da FENTECT, que é a Federação Nacional dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dentro do déficit, quantos anos são necessários para saldar essa parte do saldado? Ele tem aí um cálculo atuarial, e vai mais quantos anos à frente?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Para saldar esse rombo?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É. O senhor me disse que tem 80 mil beneficiários num fundo saldado que tem um déficit de 5,6 bilhões com um ativo próximo a 6 bilhões.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas esses 80 mil precisariam de quanto até o final da sua expectativa de vida dentro do cálculo atuarial? Quanto seria necessário para cumprir os seus benefícios?



O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É difícil responder essa pergunta porque são 80 mil, cada um com características distintas. Segundo a PREVIC, o limite máximo é de 15,5 anos para saldar esse déficit.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Os 25%?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É, 26%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vinte e seis mais 9,34.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Mais 9... Dos aposentados e pensionistas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os aposentados e pensionistas pagam os 9...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Os 9 mais 26, 35%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Para reposição do fundo?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O cálculo atuarial diz que isso seria suficiente?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Seria suficiente. O cálculo do equacionamento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os atuais investimentos, as atuais aplicações estão sendo feitas, na sua avaliação, de maneira mais correta, mais adequada?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Os investimentos agora?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É. Se tem um saldo, um patrimônio próximo a 6 bilhões, isso está sendo investido. Como está isso hoje?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O senhor me coloca num aperto danado, mas vamos responder.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor veio inclusive na qualidade de testemunha. Como testemunha, o senhor tem que dizer a verdade.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A gente não tem um conhecimento profundo dos investimentos, que são camuflados nos balanços. Por exemplo, o BNY Mellon estava aqui, tinha quatro grandes fundos, os quatro criam mais... Têm mais cinco ou seis de baixa...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os quatro que o senhor fala são esses quatro objeto da CPI?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não, os quatro grandes fundos do BNY Mellon, fundos de aplicação. Esses quatro fazem uma árvore, certo? Uma pirâmide. Aí tem o BNY Mellon, ele cria... Agrega mais os corretores, mais uns fundos, agrega mais outros. No final das contas, ninguém sabe o que está investido em que, porque esse gerenciamento é do BNY Mellon, não é do POSTALIS. O BNY Mellon tem a obrigação de prestar as informações ao POSTALIS, que não revela para a gente porque diz que é segredo de mercado, pode mexer com o mercado de capitais, mas, pelas informações que nós dispomos neste momento, está existindo maior controle nessas aplicações, mesmo porque também não se tem tanto para aplicar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os recursos continuam lá no BNY?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Sim. Desses 5,6 bilhões, para deixar isso bem planejado, 1 bilhão e 400 referem-se a déficit atuarial, que são os cálculos de expectativa de vida, e 1 bilhão e meio, mais ou menos, é a dívida que o Correio assumiu em 2008, que vinha pagando e deixou de pagar no ano passado. O resto, 3,6 bilhões, é de perdas financeiras.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Má gestão?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não diria má gestão, perdas financeiras, azar, essas coisas. Eu não posso afirmar que é má gestão porque... Eu posso dizer das suspeitas, né?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Mas investimentos que deram errado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem determina esses investimentos? Como é feito isso? Passa pelo Conselho Deliberativo, pela Presidência? Quem ordena, quem decide aplicar neste ou naquele investimento, nesta ou naquela instituição financeira, neste ou naquele fundo de investimentos? Quem toma essa decisão?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O Conselho Deliberativo é responsável por criar a política de investimentos.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - As entidades, os beneficiários têm assento em três.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Em três. Mas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. No total são seis.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Esse assento em três...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer que as entidades participam da decisão de onde vai investir, como vai investir?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não. No nosso caso, nós elegemos um representante agora. Eu queria deixar duas coisas claras, Deputado, nós elegemos um representante agora, mas nós não nos metemos no voto dele. Nós temos a nossa opinião. O voto dele é soberano. Nós não dizemos: "*Vote nisso, vote naquilo*". Colocamos a posição da associação e ele é livre para votar onde ele quiser. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que no POSTALIS existe uma cláusula de confidencialidade: esses conselheiros não podem passar informação nenhuma. Então, se eles passarem, eles podem perder o mandato dentro do Conselho. Eles não podem passar informações para nós.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O órgão que controla e fiscaliza é a PREVIC?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - PREVIC.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a PREVIC chegou em algum momento a levantar isso? Fez alguma intervenção? Há algum inquérito, encaminhamento a algum outro órgão como Polícia Federal, Ministério Público, que relata essa suspeita de má gestão?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A PREVIC emitiu auto de infração, notificação para o POSTALIS, se não me engano, a partir de 2012, se não me engano, e aponta vários fatos, certo? Alguns autos foram julgados agora, os envolvidos foram condenados, como o ex-Presidente do POSTALIS, o Sr. Alexej — sopa de letrinhas, porque o nome dele é russo, não é? —, e o ex-Diretor Financeiro foi condenado. Agora, a gente não conhece, dentro do POSTALIS, nem no âmbito da patrocinadora, nenhuma ação efetiva para apurar esses investimentos ou punir quem fez o investimento, porque caberia — a nossa visão é essa — ao POSTALIS, quando ele recebe um auto da PREVIC, indicando autos de infração, apurar aquilo



ali e responsabilizar imediatamente, independente de qualquer coisa. Mas nós não conhecemos nenhuma apuração do POSTALIS com relação a isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E da CVM?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A CVM, não. A CVM é acionada depois, eu não... Agora, da PREVIC, também... A PREVIC, a nosso ver, tem se mostrado omissa, tem sido omissa. Os técnicos da PREVIC são muito diligentes, mas há alguns entraves lá em cima que não deixam sair muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só 1 minuto, vou convidar o Deputado Paulo Teixeira para assumir a presidência dos trabalhos.

Vou, rapidamente, ali na CCJ. Estou sendo chamado pelo Presidente lá.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe me dizer se dentro da entidade a qual o senhor preside, em algum momento, na diretoria da sua entidade, foi feita alguma reunião, foi deliberado sobre a hipótese de haver interferências externas na administração do Fundo?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há algum nome?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Da interferência?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem estaria fazendo? Um nome político, de Governo, de algum partido?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Deputado, a gente não pode, porque a gente... Essa informação vem através da imprensa, porque ninguém diz: *“Olha, eu estou aqui indicado por fulano.”* Então...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O que está na imprensa nós não sabemos.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Pois é. Nós não podemos afirmar que é esse ou aquele. Essa afirmação nós não podemos fazer.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe nos dizer... Eu vi que V.Sa. colocou alguns investimentos, como Argentina, Venezuela, BNY Mellon, mas qual foi o investimento que teve o maior peso na formação do déficit do fundo saldado?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - São vários investimentos que se somam. Eu não tenho... O relatório... Há o relatório da PREVIC que saiu no início



deste ano. Este ano a PREVIC já lançou três relatórios. Há um relatório da PREVIC, que a gente não teve acesso, infelizmente, que traz, segundo soube, a relação dos investimentos com os valores e o que aconteceu com aqueles investimentos. Eu gostaria de deixar claro também, Deputado, que o nosso trabalho aqui, principalmente nesta CPI, e o nosso trabalho, que a gente vem movimentando na imprensa, no Congresso, dentro do próprio POSTALIS, não envolve partidos políticos. Nós queremos descobrir se há bandido — há, porque bandido há em todo o canto —, quem são os bandidos, e que eles respondam pelo que fizeram. Então, nós não levamos muito por essa linha, porque aí fica sempre... Entra a jogada política na história, atribuindo a nós coisas que já atribuem de uma forma... Sem a gente fazer já atribuem, imagine se a gente fizer. Então, nós trabalhamos contra os bandidos que dilapidaram o patrimônio do POSTALIS, que dilapidaram o patrimônio dos aposentados e dos trabalhadores que estão contribuindo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor acha que há alguma falha na legislação ou na fiscalização? Por isso gerou esse déficit, esse prejuízo?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Uma das nossas expectativas com a CPI e com o que se descubra aqui é que essa legislação possa ser melhorada. Lógico que sempre há oportunidade de melhoria, porque o mundo vai mudando de uma forma muito rápida. Que daqui também saiam subsídios para que a gente recupere esse dinheiro não só do POSTALIS, mas também dos fundos de pensão, e que a gente também não fique na incerteza, porque hoje — aí vou me permitir até extrapolar um pouco o plano aqui — a crise que o Brasil vive não é econômica, não é política, é crise de confiança. Nós vivemos uma crise de confiança. Então, ninguém confia mais em ninguém. E a confiança nos fundos de previdência não pode ser perdida. Então, o que a gente espera desta CPI não é só a apuração disso, é que traga subsídios. E todos nós dos fundos de pensão, das associações, vamos trazer subsídios para cá, para que a legislação possa ser melhorada e que se possa tentar evitar que o que aconteceu aconteça de novo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma última pergunta, Sr. Presidente.

O senhor traz aqui uma série de questionamentos e dúvidas, mas V.Sa. pertence a uma entidade que tem assento no Conselho Deliberativo e que tem toda



a responsabilidade de fazer as denúncias e o controle do patrimônio que é dos seus associados.

O senhor sabe me dizer se a entidade ou alguém procurou responsabilizar ou se alguém já foi responsabilizado por esses déficits ou por eventual má gestão, inclusive qual iniciativa que vocês tomaram judicialmente ou administrativamente?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Desde 2011, creio que 2011, 2012, nós estamos em contato permanente com a direção do POSTALIS, com a direção da ECT, pedindo explicações. Como nós somos uma associação, às vezes não recebemos resposta... Fizemos várias reuniões com a diretoria do POSTALIS. Da ECT nunca tivemos resposta. A diretoria dos Correios sempre foi omissa com relação a tudo. Talvez seja por isso que os Correios estão nessa miséria em que estão. Com a direção do POSTALIS nós fizemos reuniões frequentes, mas não, não... Dessas reuniões não saía nada prático. Não saía nada de efetivo. Não tinha uma... Era mais só jogo de palavras: *"Ah, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo"*. E não faziam nada. Então, nossa seção tem combatido frequentemente. No nosso portal adcap.org.br, existe toda uma documentação das nossas publicações, dos nossos ofícios, dos requerimentos, das solicitações, apesar de que, depois da audiência...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vocês ultrapassaram a casa do administrativo, chegaram a ir ao Ministério Público, ao Judiciário?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Nós fomos, nós fomos... Pedimos, como eu falei aqui, a intervenção à PREVIC como um caso extremo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No âmbito administrativo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É. Como um caso extremo, nós procuramos alguns, não a Associação, alguns associados procuraram o Ministério Público e fizeram denúncias.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como vocês escolheram os membros do Conselho Deliberativo? Vocês têm três assentos lá. Como vocês fazem essa escolha?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Na Associação, para eleição do Conselho Deliberativo, a eleição é geral. Para a eleição a gente faz uma prévia.



Aqueles associados interessados se inscrevem, a gente faz uma prévia para escolher o candidato que a gente vai apoiar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os outros três são indicados pelos Correios? Pelo Presidente dos Correios?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Isso. Agora, como as outras entidades escolhem, eu não sei, mas nós escolhemos através de prévia.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quantos cargos há dentro do POSTALIS? Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria e o pessoal administrativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem nomeia a Diretoria?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A Direção da empresa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A Direção dos Correios?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os Correios estão submetidos ao Ministério...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Das Comunicações.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Comunicações.

Está bom. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado, Sr. Relator.

Eu quero cumprimentar todos os membros desta CPI e os participantes; quero cumprimentar o Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto e todos os integrantes dos Correios brasileiro.

Eu quero só complementar a pergunta do Relator: o senhor disse que dois gestores foram punidos — processados, punidos e afastados.

O senhor poderia falar um pouco mais, o nome deles, quem fez a ação contra eles e como se deu isso?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Na verdade, são dois ex-diretores: o ex-Presidente e o ex-Diretor Financeiro. Eles foram notificados pela PREVIC, e essa notificação corre, vai para o conselhinho, um conselho com vários membros que julgam os recursos, e aí ocorre a decisão final.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Então, nesse caso, a PREVIC tomou providências afastando os diretores ou não?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não, os diretores... A PREVIC não afasta os diretores. Eles já tinham saído do POSTALIS. Bom, eu vou dizer uma coisa pesada aqui: a gente acha que muitas das coisas que estão acontecendo hoje derivam do trabalho dos empregados e dos trabalhadores que têm pressionado o Congresso, têm pressionado os Deputados nas suas bases, têm pressionado os Senadores nas suas bases, têm pressionado a imprensa, porque antes não acontecia nada disso. Havia um auto de infração e ficava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Mas a pergunta que eu estou fazendo para o senhor... O senhor disse que eles saíram, que eles foram afastados...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Eles já tinham sido... Não, eles não foram afastados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - ...e que foram processados.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Eles não foram afastados, nem foram processados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - O senhor não disse isso aqui não?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não, eu disse que eles foram..., receberam um auto de infração da PREVIC e foram condenados no âmbito administrativo — certo? — por esse auto de infração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Certo. Então, a pergunta que eu fiz é: a PREVIC tomou providências em relação a eles?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Certo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Certo, era essa a pergunta. Eu passo aos demais inscritos. Eu concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, nós iniciamos hoje os trabalhos desta CPI e certamente ela vai abrir mais uma das caixas-pretas que a imprensa já



noticiou, que a sociedade cobra, principalmente os trabalhadores, mas que, até agora, tem ficado isenta de uma investigação aprofundada.

Eu vejo aqui, diante do seu depoimento, a clara omissão de quem deveria fiscalizar, a clara omissão de quem teria a obrigação de ter um zelo com esses investimentos, investimentos que contrariam o bom senso até daqueles que sequer têm algum conhecimento sobre aplicações e mercados financeiros. Acho que hoje nós começamos a abrir essa caixa-preta, e espero que os trabalhos aqui consigam pôr luz naquilo que durante muito tempo foi ocultado: a atuação, a forma como se deram esses investimentos que trouxeram prejuízos aos trabalhadores, que trouxeram prejuízos, inclusive, aos próprios fundos.

Eu queria aqui iniciar com uma pergunta que o Presidente fez. O senhor falou de punição, ou de notificação de ex-diretores. Essa notificação se deu em caráter administrativo.

Quero saber de V.Sa. se, durante todo esse tempo em que ocorreram esses ilícitos, e aparentemente foram muitos — investimentos aí que contrariam o bom senso —, existe alguma demanda judicial contra os ex-diretores ou contra os autores dessas transações financeiras desastrosas.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não, eu gostaria até de aproveitar, se o senhor me permitir, para, primeiro, agradecer pelo requerimento feito à ADCAP. E respondo ao Presidente, Deputado Paulo Teixeira, sobre a questão da PREVIC, para que não fique aqui a ilusão de que a PREVIC está agindo. No relatório deste ano, a PREVIC — relatório que foi entregue, se não me engano, em março... Ainda faltam nove autos de infração que a PREVIC não entregou. Já lançou dois relatórios posteriores, mas do primeiro ainda há nove autos de infração. Contra quem são esses autos de infração? A gente não sabe. Será que tratam da gestão atual? A gente não sabe. Então, são coisas que a gente fica imaginando, e a pior coisa é a gente imaginar, imaginar e não ter uma certeza. A gente pergunta, já cobrou da PREVIC isso, e eles dizem que estão ultimando, ultimando. E essas auditorias da PREVIC — é bom que fique claro — foram feitas a partir de um pedido de intervenção que a ADCAP, a ANAPOST e a FINDECT entregaram na PREVIC. Elas foram provocadas, porque a PREVIC tinha que dar uma resposta. Então, que



isso fique claro. Deputado Rocha, não existe nenhum processo — do meu conhecimento — de responsabilização no âmbito da Justiça.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O.k.

Outra pergunta: em razão dos sucessivos prejuízos que o POSTALIS sofreu devido a esses investimentos desastrosos, possivelmente realizados por pressões de dirigentes, de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, ou a outros partidos políticos, foi instituída uma contribuição extraordinária de 25,98% que, somada à contribuição ordinária de 9%, resultaria num desconto de 34,98% do salário dos beneficiários, por um período de mais ou menos 186 meses, segundo publicação do *blog* da ADCAP.

Que providências a Associação está tomando para impedir que seus associados sejam literalmente confiscados em mais de um terço de seus salários, em razão de investimentos desastrosos, ou fraudulentos, direcionados por pessoas ligadas à gestão do Governo?

E, para aproveitar, Presidente, vou fazer logo a última pergunta — V.Sa. me responde no final: segundo reportagem do jornal *Valor Econômico*, o POSTALIS pagou 24 milhões de dólares a mais para uma corretora de Miami gerenciar investimentos do fundo. A informação só veio a público depois que a SEC americana instaurou procedimento contra administradores da corretora.

Que providências V.Sa. e sua Associação estão tomando para reaver os recursos e apurar o sobrepreço de 24 milhões de dólares, uma operação — entre aspas — de “boa-fé”, se for, ou fraudulenta?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Vou juntar as duas perguntas numa resposta. Sobre as providências da ADCAP, primeiro, nós entramos com uma ação... Nós não tomamos providências contra partidos nem contra... O trabalhador vai ser penalizado e vai ter consequências graves no seu dia a dia. Nós entramos com uma ação pedindo o cancelamento do equacionamento. Nós conseguimos a liminar. Porque, para que os senhores tenham uma ideia do que representou isso para os trabalhadores dos Correios, o equacionamento foi definido em março para ser cobrado em abril. Ou seja, Srs. Deputados: *“Preparem-se, porque, a partir do próximo mês, no contracheque dos senhores vai vir tanto a menos”*. Então, é um absurdo! Os senhores têm compromissos... Todo mundo tem compromissos. Ainda



mais que, e a gente sabe, uma grande parte das famílias brasileiras tem aposentados, e são os aposentados que bancam alguma coisa, que ajudam o neto, pagam a escola do neto, pagam alguma coisa. Então, nós entramos com essa ação e conseguimos a liminar cancelando o equacionamento.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. poderia disponibilizar para a gente o número dessa ação ou cópia do...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Posso passar. Não tenho aqui agora, mas posso passar. Quando nós conseguimos o cancelamento, nesse meio tempo, nós tivemos uma reunião na PREVIC, e houve a intervenção, também, provocativa ao Ministério das Comunicações, e houve algumas reuniões. E estamos tratando, em caráter administrativo, tentando resolver o rombo. Os nossos conselheiros eleitos... A ADCAP conseguiu eleger... O primeiro membro eleito do Conselho de Administração dos Correios, eleito pela ADCAP, é o Sr. Marcos Cesar, que está ali e que tem ajudado muito. Conseguimos eleger dois conselheiros para o Postal Saúde, outro que, se nós não cuidarmos, talvez vire um POSTALIS lá na frente. E conseguimos eleger dois conselheiros: um para o Conselho Fiscal e outro para o Conselho Deliberativo do POSTALIS. Eles assumiram esse ano. Sergio Bleasby é o Conselheiro do Conselho Deliberativo e Angelo Donga, do Conselho Fiscal. Eu vi, nos requerimentos, que o Angelo Donga deve ser convocado para depor aqui. Então, nós estamos tentando resolver. Esses conselheiros estão ligados diretamente ao Ministério, tentando resolver essa coisa junto com os Correios, com a PREVIC e com o Tesouro Nacional. E nós estamos na linha..., trabalhando a mídia e aqui no Congresso. Nós temos sete embaixadores aqui no Congresso, capitaneados pelos embaixadores Pedro e Jackson, dois aposentados dos Correios. Pedro, levante-se, por favor; Jackson, por favor. Eles passam a semana aqui no Congresso. Conversam com as pessoas, visitando e tentando sensibilizá-las para essa causa — apesar de essa causa sensibilizar de cara. Mas eles a têm lembrado, porque são tantas demandas aqui no Congresso... Eles funcionam como aquele apitinho no ouvido: "Olha o POSTALIS, olha o POSTALIS!" Esse é o trabalho que nós estamos fazendo, Deputado. Agora, nós temos uma ação programada para setembro. Nós temos uma reunião com o Ministro. Ele nos garantiu que até outubro haverá uma conclusão. A conclusão, lógico, não sabemos — nem ele, nem nós — se vai ser



positiva ou não, se vai atender aos nossos interesses, mas temos uma ação judicial prevista para setembro e outra, quando sair o cálculo do equacionamento, dependendo de como ele saia. Já está tudo programado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado, Deputado Rocha.

Passo a palavra à ilustre Deputada Carmen Zanotto, que terá o tempo de 3 minutos para fazer as suas inquirições.

Eu só quero dizer, nesse preparo, que, se as perguntas forem com respostas instantâneas, vai comer o tempo dos Parlamentares. Então, seria interessante que os Parlamentares utilizassem o seu tempo de 3 minutos para que ele respondesse depois desse tempo. Pode ser assim? Às vezes, a pergunta é muito curta e dá para fazer assim.

A Deputada Carmen Zanotto tem a palavra por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nobre Presidente, Deputado Paulo Teixeira.

Quero aqui saudar todos os colegas Deputados que compõem esta CPI e fazer já, diretamente, alguns questionamentos ao Sr. Luiz Alberto.

O senhor nos coloca que a PREVIC... Os senhores chegaram a notificar a PREVIC com relação a um pedido para que ela pudesse intervir no que estava acontecendo. Receberam resposta formal desse pedido? Sim ou não? Na sua fala, o senhor coloca que roubar de qualquer forma já é um crime, roubar aposentados, homens e mulheres que contribuíram durante suas vidas, mensalmente, rigorosamente, é muito mais do que um crime. Eu também tenho essa certeza.

O senhor tem nomes, e alguns o senhor já citou. Gostaria que o senhor citasse nomes, suspeitas, indícios de quem poderia ter roubado esse conjunto de homens e mulheres. E quero aqui complementar minha pergunta. Eu não estou preocupada com a questão político-partidária que o senhor está reforçando. Nós estamos preocupados com fatos e com quem foram os responsáveis por esses fatos, para que possam ser apurados e para que possam ser devolvidos os recursos, se é que eles se apropriaram desses recursos.

O senhor também nos fala que uma série de investimentos foram ruins, ou foram de azar, ou não tiveram o sucesso que pensavam que poderiam ter. O senhor vê alguma ligação nesse conjunto de ações, nesse conjunto de investimentos que



deram azar e que levaram a esse prejuízo gigantesco do conjunto de trabalhadores dos fundos de pensão?

E, por último, na sua opinião, sendo de responsabilidade dos Correios, como patrocinadores, se houve omissão da direção, negligência, descaso ou se efetivamente poderiam estar sabendo e preferiram não tomar nenhuma providência.

Obrigada.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Obrigado, Deputada. Sobre a primeira pergunta, é não, com relação à PREVIC, certo? A senhora pede nomes, e pede também, nos investimentos, a ligação. Para mim é muito complicado fazer isso, porque, como a gente sabe como funcionam as coisas, a Justiça brasileira, depois eu sou processado por estar citando nomes, mesmo como suspeitos. Mas eu vou lhe dar algumas indicações. Há um fundo de investimento chamado Planner. Deve ser investigado. Eu não vou citar nome de pessoas, vou citar... Há outro fundo chamado Evocati; outro fundo chamado Socopa, um fundo chamado RIVIERA. Esses fundos devem ser investigados. Por exemplo, o Socopa tem um cidadão... Nós falamos, o Deputado Rocha falou do processo da SEC, que envolve — eu falei da Atlântica —, envolve, se não me engano, um senhor chamado Fabrício Neves. O sócio dele seria esse André Barbieri, que é desse fundo Socopa. Posso também informar, olhem com uma lupa, apesar de ser pequeno, o que aconteceu com as ações do BANESE, o Banco do Estado de Sergipe, de que esse André Barbieri cuidou. Talvez descubram coisas que tenham que ser passadas para a CVM. O Planner é um fundo que está ligado ao Sindicato dos Bancários, à BANCOOP, a Cooperativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo, aquela que era dirigida pelo Sr. Vaccari e que quebrou. O Planner está lá no meio. Há um processo na Justiça, eu não sei o número do processo, mas há um processo, porque 3 mil famílias ficaram sem os seus investimentos. Eu acho que por aí já daria para investigar. Quando o Presidente do BNY Mellon estiver aqui depondo, ele vai ter condições de trazer todos os fundos e todos os grupos que compõem essa árvore e os nomes das pessoas. Ele vai ter condição de fazer isso, porque às vezes a gente tem o nome do fundo, por exemplo, Planner, eu não sei de quem é o Planner, não tenho ideia, mas sei do Planner. Se pesquisarem “Planner” no Google, vão achar, vão achar essas



informações que eu passei, porque não são novidades, estão lá, são informações públicas. Em relação à Diretoria dos Correios, no mínimo, omissão, no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Bom dia a todos, Presidente em exercício Paulo Teixeira, nosso Relator Sérgio.

Caro Luiz Alberto, obrigado pelos esclarecimentos.

Nós estamos numa fase embrionária dos trabalhos e teremos um enorme, brutal trabalho braçal e nos debruçaremos sobre contratos, documentos, relatórios. Mas eu queria fazer ao Luiz e já deixar para os outros representantes de categoria duas questões de caráter geral que poderão iluminar um pouco o caminho: a primeira é a coordenação de decisões entre os diversos fundos; a segunda, do ponto de vista micro, é a qualidade do processo decisório.

O que eu quero dizer com isso? E já deixo a questão para os outros dirigentes, representantes de categoria que vão falar após. É impressionante a convergência de investimentos, e salta aos olhos que não são investimentos de qualidade. Alguns estão 100% lançados como perdas nos balanços dos Fundos. Se fosse uma EMBRAER, uma Vale do Rio Doce, uma PETROBRAS, que está num momento conjuntural complicado, mas é uma empresa sólida...

Mas é impressionante — e aí eu queria entender qual é a visão de vocês e dos outros dirigentes — como, de repente, num péssimo momento do açúcar e do álcool, num cenário adverso, a PETROS, a POSTALIS e a SERPROS investem 375 milhões de reais, parece-me, num empreendimento de açúcar e álcool, na Usina Canabrava, que micou, que hoje é prejuízo total para os Fundos. Como acontece essa coordenação?

Vou falar de uma coisa mais visível, porque na Canabrava, como você falou, há nomes que nós vamos descobrir. É inexplicável isso. Como é que pode acontecer esse processo de convergência? Se fosse na EMBRAER, todo mundo entenderia, mas na Canabrava, num péssimo momento, num cenário do açúcar e do álcool totalmente adverso, em que 40 usinas quebraram, e aí é feito esse investimento.



Vou falar de Belo Monte. Belo Monte é uma aposta controversa, com problemas ambientais, retorno econômico duvidoso. De repente, a PETROS, a FUNCEF e a PREVI adquirem 27% de Belo Monte, depois de vários desarranjos societários. Então, a minha pergunta para você, Luiz, e para os outros convidados é a seguinte: como se dá esse processo de coordenação, como os Fundos, de repente, convergem para uma aplicação de alto risco, sem nenhuma qualidade?

E, por outro lado, a segunda questão, os ritos de decisão. Você tem a seleção de agentes financeiros, intermediadores, como no caso do BNY Mellon. Estamos falando de coisa grande, é um dos dez maiores bancos americanos e que era o gestor dos Fundos. Para concluir a minha questão, é impressionante a qualidade do processo decisório, envolvendo a diretoria, o conselho deliberativo e o fiscal e os agentes regulatórios. Como, de repente, é possível comprar título de dívida argentina e venezuelana? É o contrário dos fundos europeus e americanos, que exigem grau de investimento. Letras financeiras de um banco compradas em agosto e setembro, e, em outubro, o Banco Central interveio. A Gama Filho, que estava quebrada, está 100% lançada como prejuízo; a EBX, na aventura de Eike Batista que os Fundos entraram; a Sete Brasil, que está no coração da Lava-Jato, também a PREVI entrou.

Então, as duas perguntas são essas: como se dá esse processo de coordenação e, por outro lado — porque a qualidade das instituições e do processo institucional é tudo num país —, como se dá isso? Em que grau há conflito entre a diretoria e o conselho fiscal e deliberativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deputado, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Muito obrigado. Está ótimo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - V.Exa. foi além do tempo regulamentar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ótimo. Está feita a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - O problema é que todos aqui têm compromisso hoje. Então, eu vou ter que estabelecer uma regra comum. Qual é a regra comum? O tempo terá que ser cumprido por todos.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É porque eu deixei a questão para todos e abri mão da inscrição para perguntar aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Passo a palavra ao Sr. Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Deputado, sobre a convergência, saiu publicado no ano passado que a Polícia Federal estava investigando a coincidência de aplicação de fundos diferentes numa mesma aplicação, num mesmo investimento, numa mesma empresa. A Polícia Federal e o Ministério Público estariam investigando isso. Até agora não tem o resultado dessa investigação. Eu não saberia responder para o senhor como é que se dá essa convergência, mas o que a gente imagina é que haja um direcionamento de alguém, porque são muitas coincidências juntas. São muitos investimentos similares. Esse é primeiro ponto. O segundo ponto é que nós tivemos uma reunião com o Ministro Berzoini, e ele tem se mostrado muito sensível à causa do POSTALIS — inclusive deu declarações públicas de que o trabalhador não deveria pagar essa conta — e ele tem contribuído de grande maneira, dentro do que ele pode, é lógico, dentro do âmbito do Ministério, e no convencimento dos outros Ministérios, para que a gente consiga reverter este quadro. Então, ele falou... Quando estivemos lá com o Deputado Ronaldo Fonseca, ele falou o seguinte: *“Fundos e aplicações que, segundo o relatório da PREVIC, são criminosos”*. Então, eu acho que com isso eu respondo às suas perguntas.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Como como é feita? Tá. Desculpe.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O processo de decisão. Em que grau, por exemplo, o investimento no Canabrava passou pelo Conselho Deliberativo? Ou de vez em quando a Diretoria atropela?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Essa pergunta eu vou pedir — certo? — que o senhor faça para o representante do POSTALIS, porque nós não temos acesso a isso. Talvez o POSTALIS traga todo o processo desses investimentos e talvez os senhores vejam que não passou por comissão de investimento, não teve análise jurídica, não teve o comitê de risco, estava fora da



política. Talvez descubram isso, mas eu, sinceramente não tenho condição de responder aqui a essa pergunta

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado.

Eu passo a palavra ao ilustre Deputado Paulo Azi, por 5 minutos. Ele também foi autor de requerimento e houve uma falha nas inscrições.

Em seguida terá a palavra a Deputada Erika Kokay. Eu já ia passar a palavra para V.Exa., mas fui advertido de que houve uma falha nas inscrições, e o Deputado Paulo Azi é autor de requerimento. Por isso, ele tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço a V.Exa., Presidente Paulo Teixeira.

Quero cumprimentar o Relator Sergio Souza e o ilustre depoente.

Eu gostaria, inicialmente, de saber de V.Sa. se existem outras entidades no âmbito dos Correios e do POSTALIS que representam os funcionários e os participantes dos fundos. Existem outras entidades que representam essas pessoas?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu gostaria de entender um pouco mais — e aí V.Exa. pode responder ao final os meus questionamentos —, eu queria que V.Sa. se aprofundasse um pouco mais no processo de escolha dos representantes, dos participantes, dos funcionários no Conselho Deliberativo do POSTALIS. Eu não consegui entender efetivamente como é que isso se dá. V.Sa. falou aqui há pouco que a entidade que V.Sa. representa conseguiu indicar um conselheiro. Eu gostaria de entender um pouco mais, que V.Sa. fosse mais a fundo nessa questão de como efetivamente se dá a escolha dos nomes que serão submetidos — me parece que numa eleição — para representar os participantes do fundo.

Me chamou a atenção uma reportagem publicada na página oficial da sua entidade sobre uma reunião ocorrida entre, possivelmente, V.Sa. e o Conselheiro Sérgio Bleasby, que V.Sa. acabou de informar tratar-se de um nome indicado pela associação que V.Sa. representa. E, nessa publicação, diz ele, à época, se justificando pelo fato de ter votado pela recondução do atual Presidente do POSTALIS, uma informação curiosa: ele diz que votou pela recondução do Diretor-Presidente Antonio Carlos Conquista diante da preocupação com as evidências de



que a reprovação do seu nome resultaria em que a posição voltasse a ser ocupada pelo grupo responsável pelos piores resultados e pelos principais investimentos suspeitos, que já se articulava politicamente para indicar o Diretor-Presidente.

Eu gostaria que V.Sa. se aprofundasse nessas informações que lhe foram passadas pelo Conselheiro. Como é que se dá essa articulação política para a indicação do Diretor-Presidente e dos demais membros da Diretoria Executiva do POSTALIS?

E, efetivamente, existiu, então, uma tentativa de pessoas, de grupos, para que esses cidadãos que possivelmente foram responsáveis por essa, no mínimo, má gestão, que causa enormes prejuízos a milhares de funcionários, retornassem à administração do POSTALIS? Parece-me, inclusive, que o Conselheiro voltou atrás e depois mudou o voto que teria dado favorável à recondução do atual Presidente.

Ao mesmo tempo, ele faz considerações, justificando o seu voto pela aprovação das contas, mesmo tendo três ressalvas efetuadas pelo Conselho Fiscal, que recomendava a rejeição das contas do POSTALIS. Se V.Sa. pudesse também se aprofundar um pouco sobre essa questão das ressalvas colocadas pelo Conselho Fiscal, seria interessante para esta CPI.

Gostaria também de saber de V.Sa. se é correto se afirmar... Já que, pelo que informou V.Sa., pelo conhecimento das informações que temos, houve uma equalização entre 2011 e 2012 e, ainda assim, já agora, no final de 2014, só fruto da gestão, no mínimo, temerária, existe um rombo de 3,4 bilhões de reais, significa dizer que esse déficit foi construído em apenas 2 anos, 2013 e 2014? É correta essa afirmação?

E, por último, Dr. Luiz, V.Sa. informa que a nova equalização proposta foi suspensa em função de uma liminar e uma posterior, ou posterior... anterior à assinatura de um termo de ajustamento de conduta, e que a previsão é que, a partir de 2016, seja implantada uma nova equalização. A entidade que V.Sa. representa participa desses novos estudos, desses novos levantamentos que estão feitos para a implantação a partir de 2016?

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de fazer.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Deputado, muito obrigado. Obrigado pelo requerimento de convocação da ADCAP. Se eu esquecer alguma



pergunta, o senhor, por favor... Sobre a outra entidade, me apressei na resposta, existem outras entidades, sim, que são específicas de representação dos participantes e entidades, como a associação da qual eu sou Presidente, que representa os trabalhadores e os participantes do POSTALIS. A escolha do Conselho Deliberativo: existe um Conselho Deliberativo, composto por seis membros. Três membros são de responsabilidade de indicação da patrocinadora, certo? Os outros três são escolhidos em eleição geral. É feita uma eleição geral entre os participantes assistidos, e esses três são escolhidos. Podem participar...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - E votam todos os funcionários, todos os participantes?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É aberta a votação para todos. A maioria não vota. Mas é aberta a participação para todos. Ela é ampla e geral. Qualquer empregado, qualquer participante ou assistido pode concorrer, certo? Existem processos diferenciados nas entidades representativas. Os sindicatos têm a forma, através das federações, de escolher os seus representantes. Eles fazem lá as suas plenárias, escolhem o representante e apoiam aquele representante. A associação faz uma prévia com os associados interessados, e o vencedor dessa prévia é apoiado pela associação. E tem candidaturas avulsas: vários candidatos que entram para concorrer. Lógico que essa eleição é uma coisa nova, ela foi parte de uma lei do Governo Lula, que tinha que ter um membro dos participantes dos Conselhos. Então, acho que aconteceram três no POSTALIS, se não me engano — três ou quatro. Nas primeiras eleições, a nossa associação... Apesar de ter núcleos em todo o Brasil, falta à gente a mobilidade e até a abertura que a Diretoria dá aos sindicatos e às federações para fazer o trabalho dentro das unidades. Então, todo o trabalho que a gente faz é mais limitado. E, além de ser limitado, ele é cerceado, ainda. Então, aproveitar aqui e dizer: nós somos muito cerceados pela direção da empresa e pelas regionais. Quando a gente apoia um candidato, a gente começou a buscar apoios com outras federações, com a FAACO, por exemplo, que é a Federação dos Aposentados e Aposentáveis, com a FINDECT, que apoiou um dos candidatos, que é uma federação interestadual, então, apoiou um dos nossos candidatos — nós tínhamos dois. E aí nós conseguimos eleger um. Como eu disse anteriormente — e já vou entrar na sua terceira pergunta, do Sérgio



Bleasby... Como eu disse anteriormente, a ADCAP não orienta o voto do seu membro lá. O voto dele é livre. Primeiro, porque a gente nem sabe do que se passa lá dentro, porque ele é proibido de falar. A posição da ADCAP é contra a recondução do Conquista. Por quê? Tem toda essa gestão conturbada; está com os bens indisponíveis; tem alguns problemas passados que se encontram na Internet. Então, a gente era contra. Mas nós não dissemos para ele: “Vote contra”. Ele votou de acordo com a consciência dele e com essas informações que o senhor passou. Foi isso que ele disse para a gente. Existia uma articulação política? Nós não sabemos disso. Sabemos que, em toda empresa estatal existem articulações políticas para indicar os membros. Isso é fato. Mas não sabemos se existia essa articulação lá no POSTALIS, porque o POSTALIS tem uma administração compartilhada: uns são indicados por um partido, outros são indicados por outro. E para nós não importa; fazendo um trabalho bom e sendo pessoa honesta, está ótimo. Então, nós não sabemos dessa articulação. Foi uma coisa que ele viu lá dentro. O nosso posicionamento também foi contra a aprovação das contas, pelos próprios problemas. Como é que vai aprovar uma conta depois de um equacionamento desse jeito? Mas ele entendeu, tecnicamente, segundo ele disse, que os apontamentos, as divergências apontadas pelo Conselho Fiscal, elas não atenderam a ele, não o convenceram de que era, e ele aprovou. A recondução do Presidente, ele fez uma ressalva e mudou o voto. E a outra ele manteve. Respondi. Ficou claro para o senhor isso aí? É correto afirmar que esse... Se esse rombo foi feito nesse curto período de tempo... No POSTALIS também existe uma coisa interessante, que os senhores vão descobrir, que são investimentos feitos... O POSTALIS entra com dinheiro para receber daqui a 5, 6, 7, 8, 9, 10 anos. Então, muitos desses investimentos que estão “defaultando” agora, que estão dando prejuízo, são investimentos que foram feitos em 2008, 2009, 2010. Não foi nesse curto espaço de tempo. Talvez até antes disso. Talvez até antes disso. Aí é outro espanto. Que carência é essa de 10 anos? De 5 anos? Então, não foi nesse curto espaço de tempo. Agora, qual é a responsabilidade da gestão do POSTALIS? Eles tinham as informações desses fundos, eles tinham as informações gerenciais do que estava acontecendo, e não sinalizaram. O equacionamento de 2012 se deveu principalmente às aplicações nas empresas do Eike Batista, principalmente naquelas



aplicações. E os outros são acumulados de um longo tempo; não é nesses 2 anos. A gestão atual, ela recebeu alguns bondes, que foram passando, e algumas bombas, que explodiram na gestão dela, apesar de que também acreditamos que teve investimento podre na gestão — atual não, anterior — do gestor atual. Acreditamos que sim. E, talvez, seja por isso que os nove autos de infração da PREVIC não saíram até agora, porque foi analisado até 2014, se não me engano, 2013. Mas aí a PREVIC é melhor para responder isso. Então, respondi todas, Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Apenas a última, que trata do estudo que está sendo feito para a implantação da equalização de 2016.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ah, tá. Segundo... Nós fizemos uma reunião no Ministério, com várias entidades, e houve o compromisso de se criar um grupo de trabalho, e essas entidades participariam. Nós não fomos chamados. Reclamamos isso com o Ministro, e ele disse que ia corrigir. Mas nós não fomos chamados. Nós participamos, em outros fóruns, com os nossos conselheiros que participam, e a gente participa brigando muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado.

A próxima inscrita é a ilustre Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, em primeiro lugar, essa notícia que traz o Deputado me parece muito contraditória, porque aqui se diz que as três ressalvas que o Conselho Fiscal apresentou como justificativa para recomendar a reprovação das contas, segundo o Conselheiro eleito — eleito com o apoio de vocês, me parece, pelo que foi dito —, não seriam suficientes para que houvesse a rejeição das contas.

Então, diz: *“As três ressalvas não seriam justificativa para recomendar a reprovação das contas”*. *“E essas ressalvas foram devidamente avaliadas”* — diz o Conselheiro eleito — *“com o apoio de vocês”*. E diria ainda mais: *“Feita a devida análise, em seu entendimento, não havia sustentação técnica suficiente para rejeitar as contas”*.

Eu acho que há uma divergência entre esse posicionamento do representante eleito e a posição aqui exarada por V.Sa., pois o representante eleito diz que, feita a devida análise, não teria como rejeitar as contas.



Mas eu venho aqui para dizer, primeiro, que penso que houve uma mudança — e eu queria saber a sua opinião — muito grande com a construção da PREVIC e com a construção da PREVIC, inclusive com a decisão exarada pela Presidência da República, à época do Governo Lula, sobre a participação dos empregados e empregadas nos Conselhos.

Acho que o POSTALIS deveria também ter participação, como tem a PREVI, como tem a FUNCEF, de representantes eleitos no Conselho Diretor, porque me parece que aí você democratiza, de fato, a participação e o investimento, que é precípuo. O fundo de pensão tem uma finalidade precípua, que é atender à complementação das aposentadorias, seja em plano BD, seja em plano CD.

Mas penso que é muito importante que a gente leve em consideração esse divisor de águas, porque a PREVIC foi fortalecida. A PREVIC tem excelentes funcionários, funcionários de Estado, que cumprem uma função de fiscalização. Entretanto, a PREVIC tem limitações no seu processo de investimento. Vamos tomar o exemplo do METRUS, o Fundo de Pensão do Metrô de São Paulo, que tem um banco que está sendo envolvido, acusado, junto com a Diretoria. Ali, naquela mesma instituição, você tem corretora, que tem um tipo de investigação, de órgão que investiga; você tem banco de investimento, que aí você tem a CVM, que investiga; e um banco comercial, que é o Banco Central que investiga.

Então, eu penso que há uma pulverização no processo de fiscalização, até porque a PREVIC tem limites, no que diz respeito ao processo de investigação dos bancos de investimento. Eu penso que nós deveríamos trabalhar nesta CPI com a perspectiva de construir um instrumento que articulasse os diversos instrumentos de controle do Estado, para que nós não tivéssemos uma fragmentação do processo de fiscalização, com prejuízo, em verdade, para a transparência no desenvolvimento dos fundos de pensão.

Vou só fazer uma reafirmação — e eu encerro com isso, pois queria ouvir a sua opinião —, porque eu me lembro de alguns casos. Eu sou participante da FUNCEF. Eu sou, com muito orgulho, empregada... *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Eu quero pedir a todos que, durante a fala da Deputada, mantenham respeito. Nós vamos respeitar todos aqui, e



eu peço respeito à Deputada. Ela disse que é, como empregada da FUNCEF, também beneficiária, como os senhores. Então, é parceira dos senhores.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sou participante da FUNCEF, e tenho muito orgulho de ser empregada da Caixa há 33 anos. E lembro com muita exatidão que nós tivemos, entre os anos de 1996 e 1998, um Presidente da FUNCEF e um Diretor de Investimento que, dos 107 investimentos, aplicações que fez, 105 foram considerados inadequados. E nós não tínhamos um instrumento de fiscalização como temos hoje a PREVIC, que pode ter morosidade, mas nós vamos ter que ver como acelerar esse processo de morosidade.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, V.Exa. foi tão rigoroso comigo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Eu já pedi igualmente à Deputada que conclua a sua fala.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não queria ser indelicado com a nossa representante.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não considero uma indelicadeza, Deputado Marcus Pestana.

Apenas para concluir, quero dizer que penso que, de 1996 a 1998, nós tivemos esse tipo de descalabro no fundo de pensão do qual eu faço parte, que é a FUNCEF, e não houve nenhuma intervenção do poder público. Nós temos agora esse Diretor de Investimento sendo processado por instâncias judiciais. Por isso, eu queria a sua opinião sobre a mudança do processo de fiscalização a partir da PREVIC, a partir das leis complementares do começo do ano 2000 e, segundo, a necessidade de nós articularmos as diversas instâncias de fiscalização para potencializar a fiscalização e a incoerência do representante apoiado por V.Sa. no Conselho Deliberativo do POSTALIS.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Bom, Deputada, obrigado. Eu vou começar pelo final. V.Exa., a meu ver, referendou o que eu disse aqui: que tudo pode ser melhorado. E houve uma melhoria, sim, na PREVIC. E é isso que a gente quer também na legislação que rege os fundos de pensão. Sobre a articulação e a aceleração dos processos, eu também concordo com V.Exa.: não é só isso, não. Tanto nos processos penais quanto nos outros processos, nós temos que ter uma



aceleração geral, para acabar com esse clima — não é nem clima —, com essa certeza da impunidade, porque quem fez isso que aconteceu no POSTALIS tem certeza da impunidade. Então, eu concordo totalmente com V.Exa. Sobre a PREVIC, os técnicos da PREVIC. Aqui nós temos representantes da PREVIC, e, se V.Exa. puxar a ata da audiência pública no Senado, eu faço uma defesa, inclusive exacerbada, dos técnicos da PREVIC. São excelentes técnicos — concordo —, profissionais do mais alto gabarito. Mas eu tenho que dizer que o que eles produzem às vezes não consegue sair, por questões políticas, como acontece também nos Correios, como acontece também em vários lugares. Às vezes não consegue sair. Por exemplo — aí é uma sugestão de pergunta que fica para a PREVIC —, existe um documento de um técnico da PREVIC, de 2013, se não me engano, que fala sobre a situação do POSTALIS e que ficou engavetado e que até hoje não teve resposta. Quando nós chegamos à PREVIC e pedimos intervenção, a PREVIC não nos deu resposta. A PREVIC fez auditoria, e nós não recebemos nem os relatórios, porque os relatórios são sigilosos. Mas, sobre os relatórios, segundo já foi dito aqui, também, na audiência pública feita na Comissão de Defesa do Consumidor e na do Senado, um representante dos Correios disse: *“Olha, eu li os relatórios da PREVIC, e ali está escrito tudo o que não se deve fazer com o dinheiro público ou privado”*. Isso pode ser resgatado também, por isso. Então, essa articulação... Eu concordo com V.Exa. Depois eu vou finalizar com o conselheiro. Agora, o grande problema é até onde vai... Porque, quando há indicação política é uma coisa. Até onde vai a ingerência política é outra coisa. E as pessoas... Os políticos têm que entender que as empresas públicas não são do governo de plantão; elas são do Estado, elas são do povo brasileiro. E entra governo, sai governo — e aqui são vários governos; eu não vou me restringir aos mais recentes, não, são vários governos —, cada um coloca lá dentro a sua turma e age como se aquilo fosse seu. E não é. Então, é preciso esse entendimento. É preciso que os políticos trabalhem nessa linha, nesse sentido. E tem muitos políticos já trabalhando nessa linha e já brigando por isso. Graças a Deus! E este trabalho da CPI, Presidente... E aí eu... A gente espera... Esta CPI, de uma forma particular, me atinge e atinge também a Deputada, que é da FUNCEF. Esta CPI é um momento muito espetacular, muito especial para esta Casa, para mostrar para as pessoas que o político está defendendo os seus



eleitores, as suas bases, defendendo de forma veemente, não deixando eles serem roubados — porque nós somos roubados. Sobre o Conselheiro, eu acho que houve uma falha de interpretação. Nós não tivemos reunião, e ele não diz — eu estou sem a nota aqui... Nós não tivemos reunião com ele para tratar de voto dele. Nós tivemos reunião posterior, sobre os votos dele, para entender o porquê dos votos dele, porque os votos dele surpreenderam todos os empregados dos Correios. Então, nós tivemos uma reunião posterior, para ele explicar para a gente porque ele votou contra os anseios dos participantes, contra os anseios dos eleitores dele, e ele não deu a oportunidade de ser ouvido pela associação. Então, a reunião foi posterior; não foi anterior; ele já tinha dado o voto. Sobre a questão do embasamento técnico das contas do POSTALIS, eu vi o requerimento do Conselheiro Angelo Donga, e ele deve ser inquirido sobre isso, porque ele votou contra a aprovação das contas. Ficou respondido, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - De toda sorte, penso eu que nós deveríamos também nesta CPI trabalhar com a possibilidade de que houvesse eleição em todos os fundos de pensão, de previdência privada fechada, obviamente, para...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, V.Exa. me interrogou. Eu estava até colaborando aqui...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu tenho direito à tréplica.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Tem não, Deputada. V.Exa. não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deputado, eu peço para V.Exa...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Eu peço que V.Exa. aja também, Presidente. Eu, como Parlamentar, tenho esse direito, e eu estou pedindo à Presidência que aja desta forma (*palmas*), porque V.Exa.... Eu participei de outras Comissões com alguns Parlamentares do PT, e quando a plateia se manifesta contra os opositores, aplaude e diz que isso é democracia; quando a plateia se manifestou contra a Deputada Erika Kokay, foi altamente repreendida por V.Exa. Então, vou querer um tratamento isonômico aqui. Não vou admitir qualquer tipo de apadrinhamento político. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Presidente Valim, eu quero que V.Exa. entenda que eu vou continuar conduzindo a reunião isonomicamente. Se a plateia interferir na fala de qualquer dos Deputados, eu vou chamar a atenção da plateia, porque aqui ninguém vai jogar para a torcida. Nós estamos fazendo um processo de investigação.

Dois Deputados hoje usaram do tempo. Eu fui, com os dois... Eu os alertei, mas os dois extrapolaram o tempo. Então, ela está com a palavra, ela vai concluir a fala dela. E eu vou continuar conduzindo os trabalhos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É porque eu tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Muito obrigado pelos seus exemplos, mas eu continuarei conduzindo a CPI.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - E eu tenho direito de questionar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - A Deputada Erika Kokay está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado, eu não me sinto nem um pouco atingida com o seu questionamento. Nós temos direito à réplica. Eu queria apenas concluir a minha fala e as minhas inquirições. E também não me incomodo com as manifestações. Acho que são parte do processo democrático. Tenho exata consciência do que defendo e tenho exata consciência de que lado estou e dos meus compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deputada, eu peço a conclusão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Portanto, apenas para concluir, eu diria que, de toda sorte, eu sei que a reunião se realizou após o voto e a decisão exarada pelo Diretor, mas ficou inconcluso, porque, como disse V.Sa., foi uma indicação e uma construção política da ADCAP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deputada Erika...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, portanto, eu não fico satisfeita com a última resposta.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Deputado Paulo, eu queria fazer uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Só um minutinho, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Eu vou passar a palavra a V.Exa. Mas, antes da questão de ordem, Deputado Valim, eu quero dizer que se V.Exa. quiser conduzir a Mesa, venha e assuma a Mesa. Eu não vou aceitar de V.Exa. qualquer interferência na condução da Mesa. E eu não vou passar a palavra para V.Exa.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Como Parlamentar, eu tenho direito de questionar, e V.Exa. não tem essa autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - O Deputado Luiz Carlos Busato está com a palavra.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - V.Exa. não tem essa autoridade. V.Exa. me respeite. Eu tenho direito, como Parlamentar, de questionar os atos da Mesa. V.Exa. não é o dono da razão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - O Deputado Luiz Carlos Busato está com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu só queria, para o bem da ordem e da organização nossa, saber — existe o tempo de 3 minutos para cada Deputado, para pergunta — se há direito à réplica ou não, e quais são os tempos. Até para nós, daqui para frente, termos uma organização, sem nenhuma preferência para um lado ou para outro. Só para a gente poder saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deixe eu falar uma coisa: o Deputado Marcus Pestana extrapolou — eu contei — o tempo dele em 3 minutos. E aí eu regrei. Aí, dei à Deputada Erika Kokay e alertei.

Então nós vamos estabelecer o seguinte...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Isso. Só para nós, daqui para frente, nos organizarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Nós vamos estabelecer a regra anterior e vamos buscar o respeito à regra anterior. Houve extrapolação da regra. Agora, o que eu não acho é que possa ser feita qualquer fala tentando desautorizar a Presidência da Mesa.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, tudo bem...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Não, eu não vou ter pressa; eu vou responder à questão de ordem dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Só está respondendo à minha pergunta.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - A questão de ordem é quanto à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - A questão de ordem do Deputado Busato.

Deputado Busato, os Deputados têm direito a 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Eu os alertei de que se fizerem perguntas que forem respondidas dentro dos 3 minutos...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Dentro do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - ... será consumido no seu tempo. Eu vou então... Vamos fazer o seguinte...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - E a réplica e a tréplica? É isso que eu queria saber...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - A questão de ordem é só essa, Sr. Presidente: há réplica ou tréplica? Minha questão de ordem é essa a V.Exa., e gostaria que V.Exa. me respondesse. Eu não estou falando dos 3 minutos que extrapolou, não; é a questão da réplica e da tréplica. Eu faço essa pergunta a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - A questão de ordem que eu estou respondendo é a do Deputado Busato.

Deputado Busato, a assessoria me disse que não haverá direito à réplica e à tréplica, fruto do acordo de procedimento aprovado. Então, doravante, eu não concederei réplica e tréplica a nenhum dos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Agora com a palavra, por 3 minutos... Oi?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tenho uma sugestão de encaminhamento para V.Exa.: que falássemos por bloco, três, quatro ou cinco, e ele respondesse. Acho que iria facilitar, agilizar, e não haveria réplica nem tréplica. Então, fala 3, ou 4, ou 5...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Bom, o Presidente da Comissão vai assumir a Presidência.

Presidente, o que estão propondo é que, ao invés de fazer individualmente, cada Deputado, façam um bloco de Parlamentares...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso. Três, ou quatro, ou cinco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - ... e ele responde ao bloco de cinco Parlamentares, por conta do tempo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele anota as perguntas e responde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Então, se for assim, eu já passo, então, a palavra ao ilustre Deputado Samuel Moreira, para o uso do seu tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Luiz Alberto, eu vou ser bem objetivo nas minhas perguntas. Eu gostaria, inclusive, que o senhor, se fosse possível, anotasse, porque eu vou ser bem objetivo.

Primeiro: o senhor falou que nós temos no fundo 80 mil associados, mais ou menos. E na entidade que o senhor preside, quantos funcionários há? Eu gostaria de saber.

Como é formado o Conselho Fiscal? Tem representantes dos funcionários no Conselho Fiscal?

Gostaria também de saber do senhor desde quando o senhor preside a entidade.

Gostaria, também, de saber quais os fatos relevantes o senhor já expôs. Vários?



O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Deputado, eu vou pedir para o senhor ir mais devagar. Eu não estou conseguindo acompanhar na anotação, não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor já expôs...

A terceira pergunta é há quanto tempo o senhor preside a entidade.

Quais são os fatos relevantes que o senhor considera de gestão negativa — não vou fazer nenhuma afirmação ainda —, que o senhor ache que possam ser de gestão temerária, de improbidade? Peço que o senhor relacione. O senhor já citou vários, mas eu gostaria que o senhor os relacionasse objetivamente: eu acho que tais, tais, tais, tais foram equivocados. Peço que o senhor liste.

Eu gostaria também de saber... O senhor disse que o Presidente do Fundo é escolhido... Ele não é eleito pelos Conselheiros, pelo Conselho Deliberativo; ele é escolhido pela empresa? Gostaria que o senhor respondesse, também, se ele é eleito pelo Conselho ou escolhido unilateralmente pela empresa.

Gostaria também de saber qual é o tipo de acesso que vocês têm, os funcionários, às decisões de diretoria; as atas, se são publicadas, ou se a pauta é publicada anteriormente, das reuniões do Conselho Deliberativo; se tem algum instrumento de transparência para se saber quais decisões foram tomadas; e, previamente, pauta, por exemplo, se ela é pública.

Gostaria também de saber se já foi constituída essa contribuição de 25,98% a mais dos 9 que os funcionários já pagam, por 186 meses, com a alegação de que é para cobrir o déficit atuarial — mas, de fato, parece-me que não é; se ela está em vigor, desde quando.

Está em notícias uma contratação de uma corretora nos Estados Unidos, mais especificamente em Miami, por 24 milhões de dólares. É evidente que nós vamos perguntar para a Diretoria, para os Conselheiros, quando vierem aqui, mas eu queria saber se o senhor conhece, se foi feita uma chamada pública, se foi feita alguma licitação, ou se foi uma contratação absolutamente direta.

Eu também queria saber do senhor, que há notícias também de uma compra em Cajamar — provavelmente o senhor vai colocar aí —, se o senhor conhece e tem acesso a diretores e a ex-diretores. O senhor tem sido recebido pela Diretoria todas as vezes que o senhor solicita reuniões, ou o senhor encontra alguma dificuldade com os Diretores. A questão de Cajamar: se o senhor conhece o



Presidente e ex-Presidente, se o senhor conhece Ernani Coelho e se o senhor conhece Roberto Macedo Filho; se o senhor conhece Antonio Carlos Conquista, também; e se quer fazer algum comentário sobre eles.

Há notícias de que sofreram ameaças, que o senhor sofreu ameaças, constrangimentos, alguma coisa do tipo. Há notícia na imprensa. Eu gostaria que o senhor dissesse se sofreu algum constrangimento, alguma ameaça, se tem sofrido, e de quem.

Eu gostaria também que o senhor explicasse um pouquinho qual é essa dívida — o senhor atribuiu aí ao déficit atuarial 1 bi e meio, 1 bi e meio à dívida, e 3,4 bilhões a investimentos equivocados —, que o senhor explicasse essa dívida um pouquinho melhor. Os investimentos equivocados o senhor vai arrolar nos eventos que o senhor achar que foram equivocados.

Basicamente... Ah, eu queria duas coisas, duas coisas que o senhor nos respondesse: se há oficialmente solicitações do senhor junto à PREVIC que não foram respondidas, que o senhor acha que não foram respondidas, oficialmente — queria que o senhor nos enviasse cópia, inclusive. E, para a empresa, que é a patrocinadora, e para o Conselho Deliberativo: se há ofícios, manifestações oficiais do senhor que não foram respondidas, e queria que o senhor nos mandasse cópia, caso existam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos fazer em bloco, está certo? Permitam-me aqui, só para prestar contas ao Plenário, a minha ausência momentânea. Eu era Relator de um projeto, na Comissão de Constituição e Justiça, bastante polêmico. A discussão foi longa, como vocês puderam perceber. Tratava do agravamento da pena para crimes cometidos por pessoas alcoolizadas ao volante — era de 2 a 4 anos e passou a ser de 4 a 8. Então, saímos vencedores. (*Palmas.*) Hoje, o crime de homicídio cometido por pessoas embriagadas ao volante, que hoje a legislação brasileira apenas permite, com um máximo de 4 anos, a substituição, com pagamento de cestas básicas ou penas alternativas, poderá, agora, ser agravado e punido com pena de reclusão, para que não passe a mensagem de impunidade, como existia, causando uma grande reação por parte da sociedade.



Lamento essa ausência momentânea, mas, já voltando à condução dos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Paulo Azi... Perdão, o Deputado Paulo Azi já falou. Passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, só faz a lista, para nós sabermos quem são os próximos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na ordem, falou primeiro o Deputado Samuel Moreira; respeitando o bloco de quatro, falará o Deputado Luiz Carlos Busato, o Deputado Enio Verri e o Deputado Daniel Almeida; no segundo e último bloco, Pedro Cunha Lima, Osmar Terra, João Rodrigues e Fausto Pinato. Estão encerradas as inscrições...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas eu também estou inscrito, Presidente, e não apareceu o meu nome aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, não colocaram seu nome. Mas acabo de colocar, agora, Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente, eu queria, só, dentro da mesma linha do Deputado que me antecedeu, perguntar para o Presidente quem são os Conselheiros, os nomes, quem é que compõe, hoje, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo — essas seis pessoas do Deliberativo, e quem é, os nomes, do Conselho Fiscal. E quem os indicou, e há quanto tempo eles estão lá, e qual é o tempo do mandato deles, se é de 1 ano, se é de 2 anos; se podem ser trocados a qualquer tempo ou tem um mandato fixo, nesse sentido.

E perguntar se, nem informalmente, existe essa regra aí de sigilo desses Conselheiros. Como é que pode o Conselheiro que é indicado por vocês, depois que chega lá, tem que ter sigilo, não traz informação nenhuma? Vocês não ficam sabendo dos investimentos, ou se vocês ficam sabendo informalmente. E quais as providências, por escrito, oficialmente, que vocês tomaram a respeito desses maus investimentos, ou dessas dúvidas, ou o questionamento desse Conselheiro de vocês, o Conselheiro Sérgio, se ele... Ou seja, para mim, é estranho, o camarada é eleito, vai para lá, não conversa mais com vocês, não traz informação, fica por isso mesmo. Quais são as providências que vocês tomaram, oficialmente, a respeito desse assunto?



E, na mesma linha, há quanto tempo o senhor é Presidente e quais as providências que o senhor tomou a respeito dessas informações que o senhor recebe, mesmo informalmente; se foi feita alguma denúncia no Ministério Público. Enfim, quais as providências que vocês tomaram a respeito desses fatos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, Relator, Sr. Luiz Alberto, meu questionamento vai muito na direção dos dois Deputados que me antecederam. Então, eu vou tentar fazer de forma mais genérica.

A análise que o senhor fez, aqui, na essência, me parece que trabalha muito mais com os riscos corridos, com os recursos do Fundo, do que qualquer outra coisa. Ou seja, você aponta, aqui, dos riscos, por exemplo, de 2007, em especial, quando as aplicações, elas deixam majoritariamente de ser em renda fixa e vão para a renda variável. Ou seja, há um excesso, se me permite dizer isso, um excesso de ousadia de quem dirige e decide esses investimentos. Parece-me que é essa a essência.

Nessa linha, eu quero fazer uma observação e depois fazer a pergunta, na mesma linha dos que me antecederam. Primeiro, eu não conheço a empresa Canabrava, e realmente me parece muita ousadia usar dinheiro de... que tem que ser conservador. Mas também não acho correto comparar os investimentos de Belo Monte com Canabrava. Primeira questão.

Uma segunda questão, e aí é uma análise de mercado: se vários fundos de pensão aplicarem na mesma empresa — eu quero saber qual é a sua opinião; necessariamente não é um acordo, como você, desculpe, o senhor colocou, de decisão comum, porque o que determina isso pode ser o mercado. Por exemplo, você tem um recurso de poupança, eu tenho, aparece uma boa oportunidade e nós vamos investir. Aliás, isso faz parte da racionalidade econômica. Necessariamente não foi conversado. Nós não nos conhecíamos, não conversamos. Então, não lhe parece que pode ser também um pouco de decisão, de opinião muito pessoal dizer que vários fundos investem no mesmo lugar? Se fosse na PETROBRAS, não seria problema. Então, esse é um questionamento.



E, dentro desse cenário que eu lhe coloco, ou seja, dos fundos em comum, colocando que pode ou não ser um acordo, que pode ser uma decisão de mercado: as decisões tomadas pela Associação. Isso me parece que é um aspecto importante, colocado pelos nobres Parlamentares. Você, desculpe, o senhor colocou, sobre a PREVIC, que ela já andou analisando, e outras, o Ministério Público. Ou não há provas? Ou são perguntas que o senhor levanta? São muitas perguntas que o senhor levanta aqui, perguntas sérias. Suas perguntas nos deixam realmente com algumas dúvidas sérias e nos levam a algumas conclusões. Mas a Associação, quais as denúncias concretas que ela fez para que se tomasse alguma providência, além da PREVIC, que o senhor já disse que já está tomando? Para onde caminha isso? Rapidamente, era esse o questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida. (*Pausa.*)

Não estando presente o Deputado Daniel Almeida, com a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Luiz Alberto, o senhor faz uma construção de vários relatos e de um diagnóstico irrefutável que nos encaminha a um esquema enorme de uma desleal corrupção, de modo muito bem orquestrado, muito bem sintonizado, que envolvem várias entidades e pessoas. Isso tudo nos leva a crer que existe um aparelhamento enorme, não só em uma única entidade, mas em todo um esquema que conduz todo esse processo.

E aí eu pergunto ao senhor: na opinião de V.Sa., qual seria a natureza de um aparelhamento dessa magnitude e dimensão? Quais seriam os objetivos finais, já que dinheiro nenhum some? Se o dinheiro hoje saiu do bolso do aposentado e do trabalhador e foi parar no bolso de alguém... E esta é a principal função desta Comissão.

E desde já me permita um registro, Sr. Presidente, fazer um pedido a todos os membros desta Comissão, para que não desvirtuem o objetivo com que ela foi instaurada. O Governo do PT tem um cacoete horrível de não conseguir arcar com suas responsabilidades. O Governo do PT tem um cacoete horrível de querer responder o hoje com o passado, a ponto de que uma Comissão que é instaurada



para tratar de fatos ocorridos entre 2003 e 2015... Por favor, é um período muito específico! Então, não venha ninguém aqui falar de algo que aconteceu na década de 90. O Governo do PT é Governo. Isso é o óbvio. Pode instaurar uma Comissão a qualquer tempo, pode fazer qualquer outra investigação. Então, a Deputada Erika não venha jogar uma cortina de fumaça com fatos ocorridos em um período que está fora do que propõe esta Comissão. Por favor, é o óbvio o que eu estou dizendo! Esta Comissão foi instaurada para tratar algo que ocorreu de 2003 a 2015.

Portanto, eu pergunto ao Sr. Alberto: qual seria a natureza desse aparelhamento? Foi tratado aqui também das providências tomadas pela PREVIC, foram atrás de um ex-dirigente, de um ex-Presidente. Pergunto se a mesma PREVIC tomou alguma providência quanto ao dirigente em exercício, em operação, ou se ela foi omissa e foi só atrás também do passado, não conseguiu encarar o momento atual.

Outra pergunta que quero deixar também ao Sr. Alberto é: quais foram as principais mudanças que se podem perceber nesse momento, nessa virada em que os fundos deixam de ser superavitários e passam a ser deficitários? Ocorreu alguma mudança no Conselho ou alguma virada de tomada de decisões para que começassem a haver essas perdas dessa magnitude? Algo pode explicar isso?

E, por fim, deixo aqui também um relato da Presidente da ANAPAR, que também está presente hoje, que, ao analisar a crise do POSTALIS, colocou que a PREVIC fez um trabalho extenso e minucioso, em relação ao POSTALIS. Pelo que percebi de V.Sa., V.Sa. não concorda com esse trabalho da PREVIC. Por quê, ou o que faltou à PREVIC para que o trabalho fosse extenso e minucioso com relação ao que ocorreu ao POSTALIS?

Agradeço a tolerância da Presidência e a presença do Sr. Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido, Deputado Pedro Cunha Lima.

Complementamos, assim, os quatro do primeiro bloco. E passo a palavra ao Dr. Luiz Carlos, para poder respondê-los da forma mais objetiva possível. Aliás, Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Vou ver se eu entendo agora a minha letra, porque eu escrevi igual a médico aqui, para poder anotar tudo. Vamos



lá. “*Quantos associados da ADCAP?*” A ADCAP hoje possui pouco mais de 10 mil associados. A composição do Conselho Fiscal... “*Há quanto tempo preside a ADCAP?*” Eu estou no segundo mandato, que termina agora em abril. A ADCAP permite apenas uma recondução. Então, 5 anos, né? Vamos lá. Conselho Fiscal. A composição. O Conselho Fiscal... Aí me pediram também do Conselho Deliberativo. Então, o Conselho Fiscal, ele é composto pelos membros: Reginaldo Chaves de Alcântara, Angelo Saraiva Donga — esses dois são eleitos pelos participantes; o Sr. Juliano Armstrong e o Sr. Júlio Vicente Lopes — esses dois indicados pela patrocinadora. O Conselho Deliberativo: José Rivaldo da Silva, Manoel Almeida Santana e Sérgio Bleasby, que são eleitos pelos participantes; Areovaldo Alves, Máximo Joaquim e Manoel dos Santos Cantuária, que são indicados pela patrocinadora.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A escolha do Presidente, se é unilateral, ou se é eleito no Conselho.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não. A escolha do Presidente do Conselho Deliberativo é feita pela Direção da empresa e a escolha do Presidente do Conselho Fiscal é de um representante dos trabalhadores, o que tem mais tempo de mandato. É permitida uma recondução nos mandatos, já respondendo também a outra pergunta que foi feita. É permitida uma recondução dos mandatos dos membros dos órgãos estatutários, certo? Aí também vou responder, de uma forma ampla, sobre as ações da ADCAP. É muito difícil para uma associação, ela conseguir provas de coisas desse tipo. Primeiro, eu vou fazer uma analogia. As notícias divulgam que a Operação Lava-Jato, ela identificou um caminho, uma engenharia montada de contas bancárias para poder dificultar o rastreamento do dinheiro. Então, nas aplicações existem muito mais dificuldades do que essa, para nós. Primeiro, que nós não temos conhecimento... O balanço do POSTALIS, ele fala de forma genérica: “*Foi investido tanto*”. Mas não diz: “*Foi investido tanto na bodega do Seu Manoel, foi investido tanto na PETROBRAS*”. Não diz isso. Então, a gente não tem como avaliar, certo? A gente só fica sabendo quando acontecem os rombos. E, já pegando a última pergunta do Deputado Cunha Lima, sobre a fala da ANAPAR, nós concordamos com ela, com a Cláudia. O relatório da PREVIC foi extenso, esse deste ano. Foi extenso, e um grande trabalho técnico, tanto que ele



identifica e chama de criminosos o Superintendente da PREVIC, o Sr. Carlos de Paula... Em reunião com a ADCAP e com o Presidente do POSTALIS, ele disse o seguinte... o que eu questioneei. Eu disse: *“Superintendente, por que não se pegou isso antes?”*. Ele disse a seguinte frase: *“Os nossos sistemas estavam preparados para pegar erros, má gestão, mas não atitudes criminosas”*. Então, essa frase é dele. Se eles não estavam preparados para isso, que são feitos para isso, imaginem nós. Então, é difícil se chegar ao fio condutor. O que a gente faz... E o nosso trabalho de pesquisa, de levantamento, ele é muito... ele é muito limitado. A gente faz pesquisas de nomes, pesquisas de investimentos, e o que a gente vai achando são nomes, o mesmo nome em algumas aplicações, e a gente vai juntando e forma uma teia de aranha. Certo? A ação da ADCAP, como a gente não tem provas, a gente levanta suspeitas. Então, a gente faz — aí, uma revelação aqui —, a gente faz muitas denúncias anônimas no Ministério Público e na Polícia Federal. Muitas denúncias anônimas. Não são denúncias oficiais, são denúncias anônimas. E a gente sabe que eles estão apurando. E a gente espera que em breve alguém seja preso. Então, essa é a ação da Associação. Eu vou mandar para a CPI todos os ofícios e requerimentos feitos à PREVIC, feitos à Direção dos Correios e feitos à Direção do POSTALIS — todos os ofícios e todas as respostas. Tá? O que vier sem resposta, a resposta já está dada. Se a gente tem acesso às decisões de diretoria, se a pauta é publicada. A última pauta, por exemplo... A ata da última reunião não foi publicada. As atas, elas são publicadas de forma resumida, sintética. Então... E muita coisa se atribui àquele sigilo, para não atrapalhar o mercado de capitais. A gente não pode divulgar em que investiu, porque isso pode mexer com o mercado. Então, é essa sempre a saída. Por isso que dificulta a gente saber. Certo? *“Se o equacionamento já está constituído em 25,98.”* Não. Ele estava... A ADCAP entrou com a ação, uma liminar suspendeu. Conseguiram cassar a liminar depois, mas, nesse meio tempo, houve uma negociação administrativa e o POSTALIS assinou um Termo de Ajuste de Conduta com a PREVIC. Então, esse equacionamento foi cancelado e vai ser feito um novo levantamento, um novo estudo, com providências a serem tomadas para tentar reverter esse quadro. Contrato dos Estados Unidos, 24 milhões. Esses 24 milhões não foram de contrato, foi uma comissão paga indevidamente. O próprio POSTALIS diz que só tomou conhecimento — disse em



nota pública — quando saiu divulgado pela imprensa. Então, imaginem nós. Todos nós fomos surpreendidos com isso. Os donos dessa empresa, eu já disse os nomes aqui, Fabrizio Neves e André Barbieri — porque o André Barbieri nunca aparece, mas precisa ser investigado também. Ele nunca aparece em coisa nenhuma, só o Fabrizio Neves, e ainda hoje ele tem investimentos com o dinheiro do POSTALIS. E é dele o fundo de investimento de ações do BANESE — Banco do Estado de Sergipe. Não foi comissão. E esse investimento, ele está ligado ao BNY Mellon, é um daqueles fundos que estão ligados na árvore do BNY.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Faz a gestão.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o contrato dela tem licitação? É chamamento público? É alguma coisa, assim, direta?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não, não. Não. Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Trata direto?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A BNY Mellon contrata quem ela quiser. O POSTALIS, ele contrata, ele procura uma avaliação — tecnicamente é assim — dos gestores. Aquele gestor que tem capacidade de honrar o compromisso com o dinheiro que vai ser disponibilizado para investimentos, ele é escolhido. Tá? O BNY Mellon, como disse o Deputado Marcus Pestana, ele é um dos maiores bancos do mundo, ele tem 28 trilhões de dólares investidos no mundo, é o Banco de Nova Iorque. Então, ele tem que pagar essa conta, aí depois se desculpa os bandidos, mas ele tem que pagar essa conta. O nosso objetivo principal é que o trabalhador, o aposentado não seja penalizado. Então, o BNY Mellon tem que ser bem apertado pelos senhores aqui, e ele tem que pagar essa conta, porque essa conta é dele, está no contrato que nós disponibilizamos para a Comissão. A compra de Cajamar. Sim, nós temos conhecimento. A compra de Cajamar é um terreno que o POSTALIS comprou para construir um prédio para alugar para os Correios. Demorou muito a ser recebido, isso causou prejuízo para o Fundo, sim. Tá? Demorou muito, não sei por quais questões, se o Correio não queria receber, se faltava alguma coisa ou não faltava. Mas sobre isso os Diretores do POSTALIS têm que ser questionados aqui, os detalhes, e pedir os documentos desse, desse... O que a gente sabe é que foi constituída uma empresa chamada LATAM, na Austrália,



3 meses antes do negócio, e que o POSTALIS ia comprar por um valor e pagou quase 50 milhões a mais. É isso que a gente sabe. Certo? Vamos lá. Se a gente é recebido pela Diretoria do POSTALIS. Nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Só para avisar aos Deputados que tem nominal lá. Quem não foi...

É nominal, agora, neste momento. Mas pode ir lá, e volte, que a gente vai...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Mas vai ficar registrado aqui...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - *(Riso.)* Essas questões daqui são danadas, né? Bom, vamos lá. Nós temos acesso à Diretoria do POSTALIS. Tanto o Presidente Antonio Carlos Conquista quanto os demais Diretores nos recebem. Nós temos facilidade de marcar reuniões. O que acontece é assim: uma coisa é nos receber; outra coisa é ter atitudes práticas que se façam sentir. Nós levamos um questionamento e queremos uma resposta, queremos uma solução. E essa resposta e essa solução nunca vêm. Então, o nosso relacionamento é aberto, tá? É muito tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mas esses questionamentos eram feitos por escrito, Sr. Luiz?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Sim. Eu já falei que nós vamos mandar todos os documentos que a Associação, a ADCAP, enviou para os Correios, para a PREVIC e para o POSTALIS. Nós vamos mandar para a CPI todos eles! Espero que... O nosso portal foi invadido depois da audiência pública no Senado. Foi invadido por *hackers*. Deletaram um bocado de coisas. Aí, nós vamos fazer o físico. Lá tinha tudo. No portal, você acessava tudo da ADCAP. Mas aí um *hacker* bonzinho destruiu muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Que *hacker* esperto, esse!

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É, para variar. Mas nós temos o físico. Então, vai fazer o levantamento e vai mandar. Seria muito mais fácil



abrir no *site*, que tem todas as... É só imprimir. Ernani Coelho, sim, nós conhecemos. Era o ex-Presidente do Conselho Deliberativo. Está lá no POSTALIS há muito tempo. Ele é assistido do POSTALIS, foi empregado dos Correios e participa de várias gestões do POSTALIS. De 2003 para cá, ele está sempre no POSTALIS. Roberto Macedo conhecemos também. É o Diretor Administrativo-Financeiro. Está, se não me engano, no segundo mandato, que encerra este ano. E o Antonio Carlos Conquista. O mandato dele foi renovado agora. Ele tem direito a mais um mandato. O Antonio Carlos Conquista, ele, quando o Sr. Wagner Pinheiro era Presidente da PETROS, ele foi da PETROS também. Foi levado pelo Wagner Pinheiro. Depois, de lá, ele saiu para a GEAP. Voltou para a PETROS — foi Diretor Administrativo, se não me engano — e, quando o Sr. Wagner Pinheiro veio para os Correios, em 2010... em 2011, logo em 2012, o Sr. Antonio Carlos Conquista foi trazido para a PETROS. Desculpe, foi trazido para o POSTALIS. A distribuição da dívida. A distribuição da dívida, ela é aquela que eu passei. A dívida, ela tem três componentes, que são o déficit atuarial, o financeiro, e essa dívida que os Correios tinham com o POSTALIS e que não estão pagando. Não tem como a gente destrinchar a dívida financeira, porque a gente não sabe a totalidade dos investimentos. A gente não tem essa informação, mas a PREVIC tem, e o próprio POSTALIS pode fornecer para a CPI. Nós queríamos... Nós queríamos ter um poder, assim, 10% da CPI, para a gente conseguir várias informações, que aí já tinha muita gente formalmente acusada e sendo processada. O que mais? Sigilo e a providência com relação ao voto do conselheiro. Aí seria bom que a Deputada Erika estivesse aqui também para ouvir isso. Nós apoiamos um candidato, e ele, sendo eleito, ele não se torna uma marionete da Associação. Ele tem direito ao voto dele. Ele pensa e ele decide da forma que ele quer. Nós não dirigimos o voto dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não, tudo bem, mas ele não presta conta do trabalho que está sendo executado dentro do Conselho?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele assumiu o mandato este ano, tanto quanto o Conselheiro Donga. A gente tem reuniões periódicas, só que essa reunião de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Porque esse conselheiro é que nem Deputado. Nós somos eleitos pela nossa base. É evidente



que no nosso voto eu não consulto cada eleitor. Eu fiz 130 mil votos. Eu não vou consultar os 130 mil eleitores que votaram em mim, mas eu presto conta do meu mandato para os meus eleitores de alguma maneira. É a mesma coisa.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele... Essa reunião foi uma prestação de conta dos votos dele. Agora, antes de ele votar, ele não ouviu a ADCAP e não se lembrou de que todos os trabalhadores dos Correios não querem, não queriam a recondução do Conquista. Certo? Ele foi, talvez... Pelo que foi lido pelo Deputado Rocha, talvez ele tenha sido influenciado por essa disputa interna lá dentro por alguma informação e votou, achando que o voto dele ia mudar alguma coisa, sendo 5 a 1, tá? Então ele não ouviu antes, ele prestou contas à ADCAP depois, que é o que está na nota da ADCAP. Ele prestou contas. E tanto que ele... Tanto prestou contas para a ADCAP que a manifestação dos eleitores foi diretamente a ele, que ele reformou o voto. Certo? Agora, sim, a gente não... Antes... O que a gente se propõe a fazer e o que a gente faz sempre é dar a nossa posição. Olha: *“A nossa posição é essa, por conta disso, disso e disso”*. Ele analisa e ele vota o que ele quiser. Então nós não o dirigimos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está certo. Não, é lógico.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - E por quanto tempo é o mandato?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O mandato é, é de 3 anos. É... Três anos. E ele pode ser reeleito, tá? Então, eu respondi... Nessa, eu respondi as três perguntas, não é? Tá. *“Quem indicou os Conselheiros?”* É aquela resposta; quem indicou politicamente a gente não sabe. A gente sabe que quem indica os Conselheiros à Diretoria é a Diretoria dos Correios. Ela... Quando o Presidente Wagner estiver aqui, aí eu solicito que os senhores façam a pergunta pra ele. Quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - *“Por que é que o senhor indicou tal pessoa? A pedido de quem?”* Deixe-me ver, porque faltou alguma coisa aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Os nomes dos conselheiros, que eu pedi.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ah, os nomes eu já passei, mas eu vou repetir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Se já passou, tá bem. Já estão transcritos.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Já. Já passei. *(Pausa.)* Ah, ameaças e constrangimentos. A gente sempre recebe ameaças. São ameaças anônimas que chegam de diversas formas. A gente não liga pra elas, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Quando a gente sentir que a coisa ultrapassou certo ponto, a gente vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - E o constrangimento é frequente, porque a Associação é considerada inimiga. Trata-se isso tal qual se viu, tratam a gente como se nós fôssemos inimigos do Governo. Não. Nós somos inimigos de quem prejudica os Correios e os participantes do POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem, Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas só para... Que tipo de ameaça, por favor? Desculpe-me. É anônima, tudo bem, mas poderia exemplificar o tipo de ameaça, assim? Tipo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Por exemplo, na última audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, aqui, alguém passou por mim na rua, eu caminhando, aí disse assim: *"Cuidado com o que você vai falar; você tem vida"*. E seguiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Quando isso?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Você... Foi agora em, em...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Quando vai falar onde? Aqui?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Quando eu vim falar aqui. Na rua, eu saindo da ADCAP pra pegar um táxi pra vir pra cá, então alguém passou assim do meu lado e disse assim: *"Cuidado com o que você vai falar; você tem vida"*.



A gente toma um susto, né, porque não espera uma coisa dessas. Só que, pra identificar, vi a pessoa saindo de costas, sabe? Então é esse tipo de ameaça. Mas hoje é assim, quando eu chego a casa, eu olho pra todos os lados e faço... Tenho certas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mas, assim, o senhor deveria fazer uma ocorrência policial. Deve ter alguma câmera por perto, e de repente o senhor descobre.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, diante da informação apresentada pelo depoente, eu sugiro que a Presidência encaminhe esse termo para a Polícia Federal para que se instaure um procedimento para se averiguar, pelo menos, essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Deve ter alguma câmera por perto, e, certamente, a gente pode verificar isso aí.

Bom, eu vou passar então... Respondidas?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Eu acho que... Eu acho que respondi todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós vamos passar para o outro bloco, então. Vamos ver se tem algum Deputado aqui dos que estão inscritos aqui. Osmar Terra, Deputado João Rodrigues...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Aqui, Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É... Deputado... Com licença, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois não.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Eu me esqueci de responder uma pergunta. Eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pode. É claro. O Deputado João Rodrigues espera um pouquinho.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É... *“Vários fundos com a mesma aplicação; será acordo ou decisão de mercado?”* São muitas aplicações coincidentes, muitas, um número muito grande delas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - E volume grande?



O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - E volume grande. A ADCAP — Associação dos Profissionais dos Correios acredita em indicação. Pode ser que seja mera coincidência, mas são aplicações das mesmas empresas, dos mesmos fundos. Então, a gente acha que há, sim, uma articulação. A gente não sabe de quem.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E que não são *blue chips*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois bem, Sr. Presidente, permita-me cumprimentar o Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto, que representa a Associação dos Profissionais dos Correios. Eu vim na sua primeira apresentação. Aqui está muito bem escrito. De início, o senhor já nós dá a entender que temos uma organização criminosa por detrás disso tudo, levando a crer... e aqui se observa desde as ligações com a questão do lixo, lá em São Paulo, e aí já existe a questão da morte do Prefeito Celso Daniel, obviamente não é o que está mencionado neste caso, mas é o que corre pela imprensa brasileira, além dos comentários já ditos até pelo ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Romeu Tuma Júnior, aqui nesta Casa.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer alguns questionamentos ao nobre representante dos servidores dos Correios. A primeira pergunta é: houve falta de aporte das contribuições por parte dos Correios ou por parte da patrocinadora, no caso, dos Correios? Segunda: a PREVIC — Superintendência Nacional de Previdência Complementar tem acompanhado essa questão? Terceira: quando o senhor cita que a patrocinadora suspendeu o pagamento do ônus na ordem de 1 bilhão e 100 milhões de reais, isso chegou ao conhecimento da PREVIC? A PREVIC sabia disso? E esse déficit dos Correios? Pelo que me parece são 5 bilhões e alguma coisa. Há o déficit atuarial, há essa falta de 1 bilhão e 100 milhões, que foi deixado de pagar pelos Correios, e aí, pelo que me parece, temos algo em torno de 2 a 3 bilhões, e não se sabe ao certo o que aconteceu com esse dinheiro.

Por fim, no seu entendimento, já que a associação tem uma cadeira no conselho, todos esses assuntos, até para a aplicação do dinheiro dos funcionários, não eram discutidos no conselho? A aplicação desse dinheiro não teria que ter



aprovação? E, por fim, a associação tomou conhecimento disso recentemente ou isso já é assunto recorrente, de muito tempo? Se for, por que os senhores não recorreram ao Ministério Público, à Polícia Federal ou até mesmo a esta Casa? Parece-me que a coisa estourou no final, mas ela vem de longo tempo sendo conduzida de forma equivocada.

É obvio que é chover no molhado, até porque é o gestor quem decide isso junto ao conselho, mas, na sua avaliação, sobre a gestão do POSTALIS — Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, pelo que o senhor relata para todos nós aqui, V.Sa. acredita que há ação criminosa na aplicação dos recursos dos funcionários dos Correios? O senhor acredita que há uma ação criminosa nessa decisão do gestor ou daqueles que concordaram com essa atitude?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Milton Monti. Eu acho que S.Exa. não está.

Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. Eu vi que V.Exa. estava vindo... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Estava, Sr. Presidente, vindo do Anexo IV. Nós estávamos em uma gravação na TV. Eu vim porque eu quero fazer algumas perguntas para o Sr. Luiz Alberto sobre o Sr. Sérgio Bleasby.

Primeira: o Sr. Sérgio foi membro, presidiu, dirigiu a ADCAP? Ele chegou a ser Presidente, Diretor da ADCAP? Eu digo isso porque, apesar de ele ter feito reparos nas contas, ele aprovou as contas. Ele fez reparo ao Presidente, mas renovou o mandato do Presidente. Ele não combinou com a ADCAP e continua lá fazendo a mesma coisa. Não cabe um *impeachment* para ele? *(Risos.)* Eu acho que cabe para ele o afastamento, porque ele votou contra a ADCAP quando da renovação do mandato do Presidente, votou contra a visão que tinha sobre as contas. Na verdade, ele está na mesma linha daqueles que foram perdulários, que botaram fora o dinheiro, e esse representa os funcionários. Como é que pode cobrar dos outros, se o dos funcionários age assim? Aí eu pergunto: De que lado ele está? Do lado de vocês ou contra? Ele mudou de lado? Ele passou de lado? Eu digo isso porque sou da PREVI. Tenho orgulho em ter sido funcionário do Banco do Brasil



desde os 14 anos. A PREVI também teve lá suas angústias, ao seu tempo. Hoje imagino que viva tempos razoáveis.

Mas não é de aceitar, por exemplo, que se tire um investimento mais conservador em momento de crise e se invista em setores de risco, como foi feito no POSTALIS, e com a conivência do representante dos trabalhadores. E a corda sempre arrebenta na ponta mais fraca! Entre os investidores e a Direção, quem vai sofrer é o trabalhador. Entre o mar e o rochedo, quem apanha? É o marisco. Então vai sobrar, como está sobrando, exatamente para os trabalhadores.

A PREVIC tem responsabilidade, mas ela não é o pai de todos. Ela não vai solucionar o problema. Ela pode apontar soluções, pode cobrar, pode indicar, mas quem vai solucionar os problemas é a Direção do POSTALIS. Para isso ela tem uma representatividade em todos os sentidos. Mas pelo o que eu estou vendo lá, o Conselheiro Sérgio Bleasby é quem deveria representar. Ele está lá como lobo em pele de cordeiro. Ele está lá com outra missão. Ele passou para o outro lado, e só não enxerga quem não quer ver. Aliás, o pior cego não é o que não vê, é quem se recusa a enxergar. Essa é uma realidade muito clara.

Quanto a investimentos em atividades de risco, o Eike Batista enganou muita gente. Nós sabemos disso. Ele enganou até a PREVI, enganou investidores. Ele enganou tantos que enganou até a si mesmo. Diz que a gente pode mentir para um por um dia, pode mentir para muitos por muitos dias. Acredito que dá para mentir para todos porque a vida é tão curta que há pessoas que morrem enganadas, mas há uma pessoa para quem você não pode mentir: você mesmo.

O Eike Batista mentiu para si mesmo. O Sr. Bleasby também mentiu para si mesmo. Mentir para si mesmo ainda dá para admitir, mas acreditar na mentira que você diz a si mesmo não dá. Mas bota mentiroso e bota bobo! Só que não podemos ser bobos, e nisso aí há a Operação Lava-Jato. Vai ter que fazer a operação lavagato, porque existem coisas por trás. Isso não aconteceu por acaso, não é por sentimento de compaixão, não é por favor, não é por voto técnico. Eu li aqui que ele deu um voto eminentemente técnico. Ele deve ser um excelente técnico, deve ser formado em 200 faculdades para dar um voto técnico para reeleger quem a base não queria e para aprovar as contas com as quais a base não concordava.



Ele representa quem? É claro que ele passou para o outro lado, está representando os outros interesses, como dizia o Dr. Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vou concluir, Presidente. Eu teria muitas perguntas para fazer, mas eu tive que ir lá para fazer essa gravação e vim correndo à Comissão. Ele deu explicações para vocês? Já falei de qual lado ele está? Agora ele diz que vai ouvir vocês. Desconfio de que ele vá fazer isso e fazer o que os funcionários precisam que seja feito, se quando precisava ser feito ele não fez. Ele estava do outro lado.

Eu acho que poderia ensaiar o *impeachment*, se ele está representando vocês e age contra vocês. Eu não sei o que eles estão fazendo lá. Ou então, me engana que eu gosto, ou então vocês estão gostando, porque ele já foi da Diretoria de vocês, já participou da entidade. Daqui a pouco ele age lá e manda aqui, manda aqui e age lá. Botaram a raposa no galinheiro para cuidar da galinha! Sabe o que vai acontecer? Matar os pintos, quebrar os ovos e terminar com a raça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Pompeo de Mattos.

Para encerrar a oitava da primeira testemunha, tem a palavra o Dr. Luiz Alberto para as respostas e suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu não compreendi direito essa questão das dívidas. O senhor atribui o rombo a uma parte das dívidas? Que dívidas eram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Sa. terá 5 minutos para concluir todas as respostas.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Essa pergunta também faz parte das perguntas do Deputado João Rodrigues. Em 2008, quando nosso Plano de Benefício Definido foi saldado, ele foi feito de forma unilateral, foi uma decisão dos Correios, ele não combinou com a gente. Então, ele disse o seguinte: "*Vamos mudar, porque esse plano vai quebrar em breve. Vamos mudar e fazer outro plano. O que vocês têm está garantido. Vocês vão ter um cálculo mensal do benefício proporcional saldado, isso está garantido, e as dívidas que porventura tenham até aqui, nós Correios, patrocinadores, pagaremos.*" E os Correios vinham pagando nos



últimos 7 anos. No ano passado, ele parou de pagar, em março de 2014. Então, são dívidas assumidas pelos Correios, dívidas essas que vinham sendo pagas, e havia parecer positivo do DEST — Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. No ano passado, ele parou de pagar por causa da mudança de parecer do DEST. O que a ADCAP entende? Que foi uma jogada política. Os Correios deram um lucro de 9 milhões. Os Correios pagavam 28 milhões por mês, eu acho, para o POSTALIS. Tirou da provisão, entrou no balanço como crédito e deu um lucro de 9 milhões. Nesse documento do DEST, se os senhores forem olhar, não há assinatura de atuário. E por que a Direção do POSTALIS só veio a entrar com ação contra os Correios 1 ano depois? Ela só entrou agora. A gente tentou entrar, mas não caberia entrar com isso naquele momento, não era permitido para a associação entrar. Quem tinha que entrar era o POSTALIS, e ele entrou com uma ação 1 ano depois. Certo? Foi explicado? Ficou bem claro isso, não é? Essa é a dívida dos Correios com os participantes, com o POSTALIS. Foi esse compromisso que ele assumiu. Existem diversos documentos que atestam esse compromisso.

Outra coisa: os Correios nunca deixaram de ter o aporte correspondente dos participantes, mas só esse da dívida. A PREVI tem acompanhado? Sim. A PREVI sabia da RTSA — Reserva Técnica de Serviço Anterior? Ela sabia, sim. Tudo o que acontece no POSTALIS ela sabe. O senhor perguntou sobre a ação da ADCAP. Como nós não temos provas, precisamos que alguém investigue. Fizemos diversas denúncias anônimas ao Ministério Público e à Polícia Federal. Fizemos ofícios também, se não me engano, para o TCU. Vou procurar, eu não tenho muita certeza, mas acho que sim. Mandaremos todos os nossos ofícios, aí, os senhores vão ver quanto tempo a ADCAP vem trabalhando para que não se chegasse aonde se chegou. Acredita que há ações criminosas? Acredito, tenho certeza. No mínimo de pessoas que formaram grupos para tirar dinheiro do POSTALIS. Nada justifica certos investimentos. Nada justifica esse rombo, nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Permita-me só uma observação. Quando o senhor informa crer na possibilidade do crime, antes, porém, que estão tentando alertar, há muito tempo, as autoridades, mas, pelo que vejo aqui, pelas coincidências materializadas, quando consta dos investimentos feitos de forma equivocada, isso aqui é o suficiente para o Ministério Público investigar.



O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Já está investigando.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O Ministério Público está investigando desde a denúncia ou começou agora recentemente?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não posso informar ao senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Isso se trata em sigilo, ou seja, o Ministério não abriu o que está acontecendo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É, porque, na verdade, nós fizemos denúncias anônimas.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Certo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A maioria delas eram anônimas.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eles acataram? O Ministério Público acatou as denúncias?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O.k.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O Deputado Pompeo não está aqui, não é? Vou falar do Sérgio Bleasby, porque é importante que se esclareçam algumas coisas. Primeiro, ele não tem responsabilidade para com os investimentos. Ele assumiu o conselho no começo do ano, eu acho que em abril, se não me engano. Certo? Ele não tem responsabilidade para com os investimentos. Os investimentos, como a gente falou, vêm de 2005, 2006, 2007 e vêm seguindo. Todos os conselhos dessa época têm sim. Certo? Têm sim. Os conselheiros da atual gestão, só os que foram reconduzidos, mas eles já entraram no equacionamento. Certo? O Deputado perguntou assim: "*Será que ele está do nosso lado ou contra?*". Eu acredito que ele esteja do nosso lado. Foi a primeira votação de peso. Ele nos explicou que foi envolvido nas questões políticas internas, de grupos políticos, e ele acreditou naquilo. Então, ele foi alertado que...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Só uma observação. Dá a entender que foi a política partidária que o ajudou a tomar uma posição, abdicando do sentimento e do respeito por quem o elegeu.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não, porque ele não...



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Se é acordo político.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Certo. Ele não é, pelo que eu saiba, filiado a nenhum partido político. Inclusive ele fez várias manifestações contra o próprio Conquista. Ele é um profundo conhecedor do POSTALIS. O que ele fez foi uma coisa que, para mim, é inexplicável. Mas não é por isso que nós vamos pedir o *impeachment* dele. O suplente dele, sim, tem uma ligação clara, tem uma orientação clara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ligação clara com quem?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele é sindicalista ligado à CUT e ao PT.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Aí tem que tomar cuidado.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Há?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Aí tem que tomar cuidado.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Eu não sei, porque...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Deixa como está, deixa como está, para não piorar um pouco.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O que a gente tem feito... A gente acha, também, que é decisão de Diretoria. O Sérgio Bleasby já foi Diretor do POSTALIS, inclusive, quando fui eleito, eu ganhei eleição da contrachapa dele.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Há? Da ADCAP. Eu ganhei eleição da contrachapa dele. Ele foi eleito numa prévia pelos associados da ADCAP. Ele foi apoiado pela associação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas vamos adiante, essa questão interna de vocês já...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É, mas foi a pergunta do Deputado. Estou respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas já esgotou esse tema.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Então, basicamente é isso. Eu encerro a resposta das perguntas. Creio que respondi a todas. Eu vou ter tempo para terminar ou termino agora?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu gostaria só...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua a sua participação. Como o Relator vai lhe fazer perguntas, V.Sa., então, vai ter mais um tempo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixa o Relator perguntar, porque aí pode ser uma pergunta que...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Eu faço depois do...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É até uma pergunta bem tranquila. Os membros dos conselhos, seja deliberativo, seja fiscal, têm algum tipo de remuneração?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Os conselheiros recebem por reunião.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe o valor?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom. É só essa pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Para encerrar a minha participação, Deputado, mais uma vez eu queria agradecer aos senhores pela paciência, pelo interesse e dizer que nós estamos confiando muito que essas perguntas que nós trouxemos serão respondidas. Sabemos que essas perguntas que nós trouxemos dependem desse poder que a CPI tem para investigar. Muitos desses que eu citei devem ter o sigilo, no mínimo, telefônico quebrado, porque aí vão se pegar todas as ligações daquela cadeia, daquela aranhazinha que eu falei que a gente consegue formar pelo Google. E mais uma vez quero dizer aqui que eu tenho plena confiança que nós vamos reverter essa situação no POSTALIS. Tenho plena confiança nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só uma pergunta.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só uma pergunta antes do encerramento da sua fala, para ficar bem clara essa última questão a que você se referiu. Eu acredito que foi muito pertinente, eu ouvi todos. Um dado me chamou a atenção. Essa dívida de 2008, a que você se reporta, quando houve o pagamento



dos Correios sobre uma dívida que existia, para que houvesse esse novo fundo, ficou consolidada uma dívida de 1 bilhão de reais. É isso?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que veio compondo os dados contábeis e balanços dos Correios durante toda essa época...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Dos Correios e do POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Uma dívida assumida dos Correios para o POSTALIS de 1 bilhão...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ... durante todo esse tempo. No último ano, os Correios, para poder ajudar no seu balanço final, simplesmente disseram: *“não reconheço mais essa dívida, retiro do meu balanço 1 bilhão de reais”*, e passa a utilizar isso como crédito. Foi isso?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Não. Os Correios não disseram isso. Os Correios deixaram de pagar com base numa orientação do DEST, que mudou de posição. Certo? O que os Correios disseram foi: *“olha, eu tenho de deixar de pagar, porque o DEST mandou”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O DEST é ...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Do Ministério do Planejamento, que cuida dessas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Foi orientação do Governo Federal, então?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, o Governo Federal orientou os Correios a deixarem de reconhecer aquela dívida com o POSTALIS porque não...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Porque o DEST entendia que não existia aquela dívida.

(Não identificado) - Mas vinha pagando.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Mas vinha pagando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não vinha pagando. Ele vinha reconhecendo. Ou seja, estava previsto no balanço contábil.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele vinha pagando mensalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas a dívida estava em 1 bilhão.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É. Ele vinha pagando mensalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E, de uma hora para a outra, a dívida desapareceu.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O DEST não reconhece a dívida. Desse 1 bilhão, jogaram 500 milhões nas costas do trabalhador e ficaram com 500 milhões, que foram divididos entre patrocinadora e...

(Não identificado) - Ficou para o Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode-se dizer que houve quase uma pedalada.

(Não identificado) - Um calote.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um calote, uma pedalada. *(Palmas.)*

(Não identificado) - Internamente, a gente chama de pedalada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era um dado contábil que existia de 1 bilhão. O Governo ordenou, através do DEST... Isso vai ser investigado. A suspeita, estou tirando pela sua fala, para que isso fique claro.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Para esclarecer, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para concluir, o Governo orientou, através do DEST, que os Correios deixassem de reconhecer essa dívida de 1 bilhão. A partir do momento em que os Correios deixam de reconhecer essa dívida de 1 bilhão, o balanço dos Correios passa a ser superavitário em 1 bilhão, porque é uma dívida que não existia. Portanto, o POSTALIS passa a ter essa dívida contraída, aumentando o seu déficit que existe hoje.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - A aprovação do desprovisionamento desse 1 bilhão aconteceu no começo deste ano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em 2015. Isso já é objeto de ação judicial.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É um desprovisionamento retroativo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Agora o Fundo POSTALIS entrou com uma ação para manter o pagamento da empresa ao fundo. Ficou 1 ano sem entrar com essa ação, tomando prejuízo, mas agora, entrou.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Exatamente, agora entrou.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Só uma dúvida aqui. Pelo que eu estou entendendo, nós temos dois problemas gravíssimos, aliás, três, um é a possibilidade de o desvio do dinheiro ir para as aplicações malfeitas; outro é o calote do Governo ao não pagamento de uma dívida para com a POSTALIS. Existe a questão do cálculo atuarial. Também não está sendo contado aí? Existe a questão do cálculo atuarial.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - O cálculo atuarial está sendo contado...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Reza 1 bilhão.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - ...porque é para cobrar da gente.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Certo, mas o Governo também tem que dar a parte dele, não é? Existe a parte do Governo também.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - É, mas sendo para cobrar da gente...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Só que ele está cobrando só do funcionário.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Ele paga a parte dele também, mas, para cobrar da gente, tudo vale.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Certo, mas, no cálculo, ele também paga a parte dele ou não?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - No cálculo atuarial, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - A dele está em dia?



O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Esse total da dívida é dividido solidariamente entre...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Perfeito. Então, dos calotes tomados, do dinheiro mal aplicado, do suposto recurso desviado, nós temos três partes: o Governo é um que deu um calote; a má aplicação da gestão, que não se sabe ao certo, pelas indicações; má gestão ou crime; má-fé, que precisa ser apurado na CPI. Então, está muito claro. A sua observação é pertinente. Presidente, acho que tem que ser investigado a fundo. Não pode também dar uma pedalada, porque o servidor tem que pagar. Se o Governo deve, tem que pagar a parte dele também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa é a função, Deputado João Rodrigues, das oitivas de hoje. Por isso, a Comissão resolveu começar os trabalhos por aqueles que têm informações a apresentar. Lógico, as informações serão averiguadas, porque essa é a missão da CPI: investigar. O Dr. Luiz Alberto foi muito claro: a missão da ADCAP não é investigar. As informações que ele trouxe, naturalmente, são de elementos que ele possui, mas ele não tem como ir além porque há limitações da associação. A CPI, sim, pode ir além. A CPI irá investigar, requisitar quebra de sigilo bancário, telefônico, fiscal, para que possa descobrir exatamente o que V.Exa. reportou, que esses prejuízos são fruto de risco de mercado ou são fruto de gestão temerária, ou pior ainda, de gestão fraudulenta.

Hoje não se pode dizer, apesar de se achar, porque nós teremos que ter as provas necessárias para identificar o que realmente aconteceu.

Eu agradeço pela presença ao Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto, Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios — ADCAP. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Sa., se quiser, tal qual os demais depoentes de hoje, poderá permanecer em plenário. Essa é uma regalia oferecida pela Presidência da Comissão, porque, em tese, os depoentes poderiam ou deveriam ficar em salas separadas, para que não pudessem tomar conhecimento da fala um do outro. Mas, hoje, como as falas não são conflituosas, podemos adotar esse procedimento. Mas, até esclarecendo os Srs. Deputados, quando houver



depoimentos que entendermos que sejam conflituosos entre si, uma testemunha não poderá ter conhecimento do que a outra disser.

Convido o Sr. Antonio Augusto de Miranda e Souza a tomar assento à mesa.

As falas, imagino eu, até pelo plenário e pelo horário decorrido, serão mais curtas daqui por diante, para que a gente possa objetivar os trabalhos da CPI. Mas a Presidência assume o compromisso de permanecer aqui até a hora em que for necessário para esgotar todos os questionamentos.

Para atender às formalidades legais, foi firmado, pelo depoente, termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito que faça a leitura.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Antonio Augusto de Miranda e Souza por até 20 minutos. Peço a V.Sa. que inicie com a apresentação do papel que V.Sa. desempenha.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores. Em novembro de 2014, por oportunidade de um evento da ABRAPP — Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em São Paulo, diversos representantes eleitos da FUNCEF, da PREVI, da PETROS e do POSTALIS iniciaram um processo de aproximação visando à identificação de problemas comuns, de aspectos necessários ao aprimoramento normativo, legal, e começaram a se reunir periodicamente com o propósito de intercambiar essas experiências, essas análises, essas observações e, paulatinamente, ir construindo um desenho que fosse comum ao sistema de previdência complementar sob a ótica dos representantes eleitos. Essa união, inicialmente denominada aliança, vem desde então aprimorando e aprofundando esse conjunto de análises e de avaliações. Fomos convocados para vir aqui prestar aos senhores e às senhoras algumas análises que nós já conseguimos produzir por força desse trabalho de interlocução e interação nesse grupo. Eu preparei uma apresentação para os senhores e as senhoras. Eu pedi à Mesa para apresentá-las. Eu sou o Diretor de Administração da FUNCEF, eleito agora em 2014, para um mandato de 4 anos, conseqüentemente vai até 2018. Eu



vou começar passando um panorama geral de alguns dos maiores fundos de pensão brasileiros, a sua situação de equilíbrio técnico, que é o nome contábil que se dá para superávit ou déficit. (*Segue-se exibição de imagens.*) Aí estão inventariados os resultados consolidados desses fundos de pensão, em 2014, pela ordem decrescente de resultado, positivo, cujo primeiro lugar era da PREVI, do Banco do Brasil, e o último lugar, infelizmente, da FUNCEF, fundo de pensão ao qual eu pertencço. Estão destacados em negrito, com maior destaque, aqueles de patrocínio estatal, ou seja, a PREVI; a Real Grandeza; a INFRAPREV, da INFRAERO; o FORLUZ, da CEMIG; a FAPES, do BNDES; o POSTALIS já bem explorado aqui hoje; a PETROS, da PETROBRAS, e a FUNCEF, da Caixa Econômica Federal. O primeiro aspecto que deve ser debatido — e a gente vai mais à frente falar sobre ele — é a distribuição que os fundos de pensão adotam sobre ativos de maior e de menor risco. Aqui, eu trouxe um comparativo do conjunto de ativos que cada um desses cinco maiores fundos de pensão de patrocínio privado possui em investimentos considerados de maior risco, que, dentre as categorias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, são as de renda variável, investimentos estruturados e investimentos imobiliários — entre parênteses. Eu vou dar um destaque sobre a categoria de investimento estruturado, sobre a qual nós falaremos mais adiante. Então, à exceção da Fundação Atlântico, que tem a maior exposição em investimento estruturado, todas as demais têm uma proporção bem diminuta, e o conjunto desses cinco maiores fundos de pensão tem uma concentração, nessas três categorias, um pouco mais moderada. Aqui, é o mesmo panorama, já trazendo o ponto de vista das entidades com patrocínio estatal — também as cinco maiores em termos de patrimônio. A PREVI é a que tem a maior concentração, basicamente em renda variável, esse montante, e aí, em ordem decrescente, a PETROS, a FUNCEF, a FORLUZ, já falada, e a Real Grandeza e, entre parênteses, a proporção de cada entidade na categoria investimento estruturado. Aqui, o ponto fora da curva, vamos dizer assim, é a PREVI, com a menor exposição frente às demais, e a Real Grandeza, frente às outras três entidades com patrocínio estatal. Em valores proporcionais, essa é a concentração de ativos aplicados em investimentos estruturados que esses fundos acumulavam até 2014. Segundo a estatística da ABRAPP, que congrega as entidades fechadas



de previdência complementar no Brasil, a média do setor para 2014 é da ordem de 3,5%, e, como podem ver, a partir da FORLUZ, da CEMIG, todas as demais entidades elencadas estão com proporção bem considerável frente a essa média. Aí nós iremos apresentar alguns enfoques sobre o que entendemos nesse conjunto de análises e debates que temos feito desde então sobre quais são os problemas que precisam ser melhorados no sistema de previdência complementar no Brasil. No aspecto de governança, já foi falado aqui da discrepância de poder entre os participantes e os representantes das patrocinadoras. Isso leva, por consequência, a uma baixa capacidade de interferência na análise, na condução e na aprovação de investimento por parte desses fundos de pensão. E agregue-se a isso, como também já foi exemplificado aqui antes, a percepção de que há uma opacidade predominante no sistema, e, para isso, nós — pedindo uma próxima tela — estamos convergindo para esse conjunto de propostas, para o aprimoramento sob o ponto de vista dos participantes, a começar da abolição do voto de minerva, um instituto previsto na Lei Complementar nº 108, que está predominante nos conselhos deliberativos, principalmente dos fundos de pensão, e em algumas entidades, como a FUNCEF, que possuem gestão paritária na Diretoria. A qualificação dos requisitos para a indicação de diretores e conselheiros nos fundos de pensão, que também está prevista na Lei Complementar nº 108, é um aspecto que pode ser debatido e aprimorado. A eleição para a Diretoria-Executiva ajuda nesse processo de reequilíbrio e de empoderamento de governança na gestão compartilhada prevista na legislação. Hoje ela é exceção no sistema, basicamente só a FUNCEF e a PREVI possuem diretores eleitos nos seus fundos de pensão. Consequentemente, mesmo sem haver previsão legal para isso ou determinação legal para isso, as patrocinadoras recorrentemente indicam os diretores que vão cuidar da parte de gestão de investimento dos fundos de pensão. Não há histórico conhecido dos eleitos participantes com essa incumbência de gestão de investimentos. Naturalmente, para fazer frente a essa questão da percepção de opacidade, entendemos que é aplicável a reprodução, com as devidas adaptações do que se convencionou chamar de Lei de Acesso à Informação, aplicável aos atos e às decisões, enfim, às informações decisórias que alcançam os fundos de pensão no Brasil. Assim, é também importante disciplinar, por meio de regulamento, a



identificação e o tratamento de situações que envolvam o conflito de interesse de qualquer natureza. Quanto ao aspecto da supervisão — e aí falando não só da PREVI, como já foi dito aqui, é importante frisar o papel da CVM e também do Conselho Monetário Nacional, que tem interferência nesse processo —, primeiro, a gente identifica que há a predominância de uma abordagem de visão formalista sobre a fiscalização, a mera observância do rito processual em vez da análise qualitativa que nós entendemos ser oportuna e pertinente, levando também, em consequência, a uma atuação reativa por parte dos órgãos de fiscalização, ou seja, somente depois que se evidencia um problema mais sério há percepção de uma atuação mais intensa dos órgãos de fiscalização no sistema, o que leva também, por consequência, à percepção de uma virtual impunidade frente a desmandos, a gestão fraudulenta ou temerária no sistema. Para isso, nós trouxemos, como ideias, sugestões, propostas para aprimoramento, a revisão do Decreto Presidencial nº 4.342, de 2003, que trata dos prazos de prescrição administrativa que hoje são muito exíguos. Um deles inclusive prevê que, com meros 3 anos de paralisação na tramitação junto à PREVIC, decorre a prescrição administrativa de um auto de infração ou de qualquer irregularidade que a PREVIC esteja investigando. Há a abordagem preventiva na fiscalização para que se volte predominantemente para os aspectos que impliquem liquidez, insolvência e verificação da prudência na decisão dos investimentos. Há a necessidade de a PREVIC atuar como outras agências. Ela não é uma agência ainda, mas precisa ir nesta direção de dispor a consulta pública às mudanças normativas que estão em estudo, em conjunto. Hoje elas são trabalhadas e efetuadas de forma intramuros. Nós só sabemos da mudança quando ela é publicada no *Diário Oficial* da União. E o principal é que hoje nós temos uma dificuldade grande nos episódios que se caracterizam como gestão temerária ou fraudulenta da sua criminalização pela virtual inexistência, no Código Penal, de uma tipificação específica para essa situação. Então, nos episódios, tem que se tratar com analogias que geralmente acabam facilitando a vida daqueles que têm contas a prestar. O aspecto da solvência — pedindo a próxima tela — também envolve um conjunto de fatos comuns que contemplam a inexistência de proteção legal para a solvência dos fundos de pensão, diferentemente de sistemas europeus e norte-americanos; a desvinculação virtual entre o portfólio de investimentos e o grau



de maturação, ou seja, de proporção de aposentados ou de pessoas prestes a aposentar-se naquele determinado plano — a gente vai falar sobre isso mais à frente — e a tolerância para uma concentração, como já foi demonstrado, para ativos de maior risco que os fundos de pensão possam assumir. Na próxima tela, a gente traz como propostas para este debate a necessidade, já prevista na Lei Complementar nº 109, de criação do Fundo de Solvência, que é uma espécie de fundo garantidor dos fundos de pensão, permitindo que nessas situações de insuficiência patrimonial, desequilíbrio atuarial, ele seja acionado para assegurar a proteção do pagamento dos aposentados e assistidos sem lhes dar insegurança a esse respeito. Há a definição de um teto global para ativos de maior risco, que hoje, pelo Conselho Monetário Nacional, é segmentado por área de investimento e não de forma global por patrimônio dos fundos de pensão. E há a necessidade de se definir um piso mínimo de renda fixa para aqueles planos que já estão nesse *status* de maturação com a proporção de aposentados ou participantes em vias de se aposentar em maior proporção. Por penúltimo — quero pedir a última tela —, os desafios de investimentos, alguns deles já tratados aqui, envolvem, primeiro — e o POSTALIS foi exemplar nesse aspecto —, a variação muito alta e frequente de avaliação de ativos que podem inflar balanços, podem proporcionar que a precificação não esteja sendo feita da forma mais prudente possível, as fragilidades decorrentes da exposição no segmento de investimentos estruturados, que nós vamos falar mais à frente, a exposição atualmente existente para os riscos decorrentes da incorporação imobiliária e a virtual inexistência de freios quanto à dupla exposição e investimentos. Os fundos de pensão podem aplicar hoje — entrar em investimentos — tanto quanto acionistas como tomando dívidas, sendo credores desses mesmos investimentos, dos quais já são acionistas ou o contrário. Voltando à tela anterior, que são as propostas de mitigação relacionadas a esses aspectos, esta envolve, como já demonstrado no começo, a definição de menores tetos para investimentos estruturados. Hoje, pelo Conselho Monetário Nacional, os fundos de pensão podem aplicar até 20% do seu patrimônio nesse segmento. Também há a definição de menores tetos para, com isso, induzir a maior pulverização em participações societárias ou de fundos de investimento. Hoje há a possibilidade, grosso modo, de 25% de cada fundo ser aplicado por um fundo de pensão. A



extinção do FIP Proprietário. O que é FIP Proprietário? É um fundo que tem como único objeto de investimento uma empresa. A Sete Brasil, a Multi, já faladas aqui, e outras são exemplos dessa natureza de investimento proprietário que nós julgamos complicado manter por inexistir, no mundo financeiro mundial, exemplo similar a esse. Há a necessidade de o Conselho Monetário Nacional e a PREVIC instituírem a vedação explícita contra qualquer natureza de risco de incorporação imobiliária — algumas modalidades ainda permitem esse tipo de tratamento. Há a necessidade da cláusula de saída para os Fundos de Investimento em Participações dito tradicionais que envolvem investimentos de quatro empresas, cinco empresas ou mais empresas. Hoje tem-se que ir por 10 anos, 15 anos, 20 anos, independentemente do desfecho de gestão que essas empresas possuam dentro da sua rentabilidade. Estabelecer um critério de maior disciplinamento para os limites de avaliação de ativos por esse mecanismo de *valuation*. E também o veto à dupla exposição em empresas, tanto no aspecto societário quanto no aspecto creditício. Aqui encerramos esse preâmbulo, essa nossa abordagem inicial e nos colocamos à disposição para o debate, para os esclarecimentos complementares que se façam necessários. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Dr. Antônio Augusto de Miranda e Souza pela apresentação, pela obediência ao tempo regulamentar.

Passo a palavra ao Deputado Sergio Souza, Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de perguntar ao depoente o que significa Grupo Aliança.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Aliança foi um nome que nós, inicialmente, adotamos para nominar a união desses representantes, diretores e conselheiros eleitos, em quatro fundos de pensão inicialmente — PREVI, POSTALIS, PETROS e FUNCEF — e por último também o Real Grandeza, de Furnas, que, como eu mostrei na apresentação, vem desde então fazendo o debate. A sistematização de problemas comuns a todos nós envolve um tratamento legal, normativo, regulamentar comum. Hoje nós adotamos a denominação de FIDEF — Fórum Independente em Defesa dos Fundos de Pensão como nosso tratamento mais convencional.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor é Diretor, então, de um dos fundos?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sou Diretor da FUNCEF. Diretor eleito da FUNCEF, em 2014.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Indicado?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Eleito.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eleito por quem?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Pelos participantes.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Participantes assistidos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Eu fui eleito em maio e tomei posse em junho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor fez uma apresentação sobre eventuais situações ocorridas de aplicação. Inclusive, o senhor fala, no início, que alguns fundos fizeram aplicações vultosas em aplicações de risco, com exceção da PREVI, que aplicou, talvez, o maior volume, mas em percentual é o menor. Esse Grupo União tem algum tipo de gerência na orientação dessas aplicações?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Não, não. Como eu disse, nós temos hoje por propósito discutir problemas de governança, de regulação, de normatização, que envolvem a gestão dos fundos de pensão no aspecto de investimento, de governança, de transparência, de publicidade, enfim, aspectos normativos que envolvem o sistema de fundos de pensão de forma geral.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A decisão para esses investimentos, como ela é tomada?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Cada fundo de pensão tem o seu modelo de governança própria. Alguns... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pode responder.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - ...envolvem a apreciação de proposta de investimento por uma diretoria ou mais de uma, a deliberação pela diretoria-executiva quanto ao ingresso ou rejeição daquela



proposta, alguns têm um comitê de investimentos dedicado a debater essa decisão de investimento ou não — caso do Real Grandeza, por exemplo, em que há presença de participantes ativos e aposentados, inclusive —, mas a regra geral é a diretoria responsável pela análise do investimento formular...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é a diretoria responsável pela análise de investimentos?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Cada fundo de pensão tem a sua. No caso da FUNCEF há a Diretoria de Investimentos, que origina a maior parte da análise das propostas, e a diretoria que trata dos investimentos imobiliários, que é a Diretoria de Participações. Então ela analisa sob o aspecto técnico, digamos assim, essa proposta de investimento, faz os seus pareceres técnicos relacionados; hoje pede análise do Jurídico, da área de risco, para submeter à apreciação da Diretoria. No caso da FUNCEF, se houver um envolvimento superior a 1% dos recursos garantidores do plano, ele tem que ser apreciado também pelo Conselho Deliberativo como instância final para essa decisão de ingresso ou alienação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é a participação do BNY Mellon na questão da decisão dos investimentos, no caso da FUNCEF?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - No caso da FUNCEF...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não está. Está no POSTALIS. Do POSTALIS.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Bom, eu não posso afirmar com precisão, por não estar dentro da estrutura do POSTALIS. Mas, pelo que me consta, até onde eu sei, ele é um gestor de um fundo e, como tal, tem obrigações de acompanhamento, de seleção dos ativos de investimento, e o monitoramento dessa *performance*. Então, isso é um tratamento comum a qualquer gestor de fundo de investimento, conforme disciplinado pela CVM — Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Antônio, chega aqui uma edição de segunda-feira, dia 8 de setembro de 2014: *A FUNCEF é nossa. Aposentados, pensionistas e empregados da Caixa na ativa*. Aparentemente, é um periódico, e



aqui consta que houve a abertura de um processo no Comitê de Ética contra V.Sa. V.Sa. confirma? Se confirma, poderia nos explicar qual a razão?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sim, confirmo. Foi aberto um processo no Comitê de Ética para averiguar se houve descumprimento ao Código de Conduta da Fundação, num episódio envolvendo uma entrevista para a revista *ISTOÉ*, no começo do mês de junho de 2014, na mesma semana em que eu tomei posse como Diretor eleito na Fundação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual foi o conteúdo da entrevista?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - A entrevista versava sobre as motivações que nos levaram a participar do processo eleitoral da Fundação. E durante o processo da entrevista, foram debatidos alguns desses aspectos, alguns deles já trazidos aqui hoje, que envolvem a governança, o poder do voto de minerva, a disparidade entre o poder decisório de patrocinadora e participantes e alguns exemplos de investimentos que suscitavam dúvidas sobre a sua forma de condução e ingresso na Fundação naquele momento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao nosso Relator, Deputado Sergio Souza.

Questiono aos Deputados se desejam se inscrever.

Deputado Marcus Pestana, Deputado... Há uma ordem de inscrição aqui? Por favor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A assessoria não havia colhido ainda a ordem de inscrição para os debates.

Deputado Marcus.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu questionei, e a Secretaria disse que permaneceria a mesma lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, não. É outra lista.

Perdão, a Secretaria se equivocou. Para cada depoente, é uma nova lista, até porque nem sempre os mesmos têm o mesmo interesse de questionar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Esse foi o questionamento que eu fiz.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, pela ordem das inscrições, Deputado Marcus Pestana e, em seguida, o Deputado Pedro Cunha Lima. O Deputado Luiz Carlos Busato vai querer usar da palavra também ou foi só...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O terceiro. São os três inscritos até agora.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dr. Antônio Augusto, muito obrigado pelos esclarecimentos, pela contribuição, mas, já avançando mais no campo da reforma institucional necessária, já que a realidade não nos autoriza dizer, a quebradeira dos fundos não nos autoriza dizer que o marco regulatório, o ente regulador e a legislação são de boa qualidade. Senão, nós não teríamos percorrido essa trajetória de fracasso, preocupante, em que o patrimônio dos trabalhadores está sob risco. Mas eu queria insistir na pergunta. Não sei se o senhor estava aqui quando eu... São duas questões. Primeiro, a questão da coordenação de investimentos. Pela vivência e experiência que o senhor nos passou aqui, o senhor percebe a existência de uma central de comando?

É impressionante como houve a convergência de alguns fundos de segunda linha, investimentos que não são *blue chips*. Uma coisa é investir no Bradesco, no Itaú, na Vale, na EMBRAER, e tudo; outra coisa é buscar investimentos subterrâneos de coisas inexistentes.

Quanto à coordenação, há uma indução que parte de algum lugar, na sua percepção?

Em segundo lugar, o modelo de governança, a avaliação de risco, a participação dos Conselhos... Já há investigações do Ministério Público mostrando que alguns investimentos extremamente exóticos foram feitos sem a devida avaliação de risco, sem passar pelo Jurídico, atropelando o rito. Eu queria saber a sua visão, concentrando na FUNCEF, que é sua área de conhecimento.

Então, para avaliar essas duas questões gerais, porque nós estamos numa etapa muito inaugural, eu queria ver aqui essa coisa da coordenação da indução externa e do modelo de governança e os fluxos decisórios. No caso concreto da FUNCEF, por exemplo, existe um investimento na empresa Brands, que seria uma empresa... A área de desenvolvimento tecnológico é uma área de alto risco. Os



fundos de investimento no exterior investem em 15, 20, 50 *start-ups* para uma dar certo. Então, segundo consta, a FUNCEF teria investido uma pequena quantia de 1 bilhão e 200 milhões de reais numa empresa nova, que não existia, de base tecnológica, que supostamente faria uma parceria com a IBM. Eu queria, se fosse verdade isso tudo, que o senhor nos iluminasse sobre isso. Também não sei se a área florestal é uma área prioritária para o modelo de investidor institucional que os fundos têm: Eldorado Florestal.

Por último, o senhor tem notícia de alguma interface do doleiro Youssef com a FUNCEF? Isso chamou muito a atenção, porque foi trazido pela imprensa.

Então, eu queria que fosse feito um raciocínio, mas usando também a questão da governança. Na FUNCEF, particularmente, esse investimento na Brands, na Eldorado Florestal, na ALL Logística e também na questão da interface com o Youssef, passou pelo rito, pelos comitês de risco, pelo Conselho Deliberativo, ou houve um atropelamento institucional?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Deputado Marcus Pestana, obrigado pelas perguntas. Começando, sobre a governança, a gente já trouxe aqui essa questão, de forma muito rápida e sucinta, mas ela requer um pouco de elaboração. Tradicionalmente a gestão dos investimentos, como eu disse, está a cargo de representantes indicados pelas patrocinadoras. Não há nada na lei que estabeleça que tenha que ser assim. Na convenção, manteve-se esse hábito, vamos chamar assim, essa cultura, somente a partir de 2011, de 2001, melhor dizendo, nas Leis Complementares nºs 108 e 109, começou-se a mudar permitindo ainda, um pouco mais longinquamente, nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, a presença dos representantes eleitos, dos participantes. A PREVI e a FUNCEF foram um pouquinho mais além nos seus estatutos, debates conduzidos aí pelas suas entidades de então, para assegurar esse assento, esse compartilhamento também no âmbito da Diretoria-Executiva nas duas fundações. Esse processo evolutivo concluiu-se em meados de 2006 aproximadamente, no caso da FUNCEF, em que, desde então, começou a ter diretores eleitos na Diretoria. Como eu disse antes, todo o crivo analítico feito para aferir a consistência de uma proposta de investimento — e aí vou me dar o direito de exemplificar com o personagem Eike Batista... Hoje todos nós sabemos da sua atuação de exímio vendedor de sonhos. E a natureza de



investimentos, chamado “estruturado”, é basicamente esta: é um plano, um projeto, algo que se estima vai produzir rentabilidade tal que compensará todo o risco que qualquer empreendimento possui — risco de capital de giro, risco de conseguir o maquinário necessário, a estruturação industrial, o recrutamento dos melhores gestores e profissionais, o desenvolvimento do mercado consumidor do seu produto, do seu serviço. Então, todos esses são desafios típicos de qualquer empreendedor. E os empreendimentos investidos por meio dos investimentos estruturados têm exatamente essa característica. Naturalmente que, como bons vendedores que são, os proponentes desses negócios trazem um “*céu de brigadeiro*”, mostram que as projeções técnicas conduzidas pelas equipes deles apontam para um desenvolvimento econômico e empresarial, em médio prazo ou em longo prazo, que fará daquele investimento uma oportunidade de negócio, se não irrecusável, muito proveitosa. Assim é a tônica. Cabe a nós dos fundos de pensão pôr a crivo essas premissas: se elas estão assentadas numa base de estimativas consistentes, amparadas na análise econômica mais tecnicamente sustentável ou não, ou se elas são mais desejos do que exatamente projeções. Então, o rito processual exige isso, exige que se afira, quando vierem as projeções do proponente do investimento, faça-se a aferição qualitativa, não só processual e formal da existência de projeções, mas sim se elas são balizadas na expectativa comum a todo o mercado, naquele segmento, para demonstrar a sua consistência. E a partir daí submete-se também às implicações jurídicas daquela oportunidade de negócios, se o desenho de governança estabelecido protege direitos e governança, vamos dizer assim, do fundo que se vai aplicar naquele investimento, se os aspectos de risco também forem observados, para que tudo isso constitua uma massa de informações para fundamentar a decisão que uma diretoria ou um comitê de investimentos, conforme o fundo de pensão, venha deliberar a respeito da sua oportunidade. Então, esse é o modelo básico, é o ideal. Pontuando os aspectos específicos citados aqui, não posso afirmar, seria leviano da minha parte afirmar que existe uma central de comando que manda os fundos de pensão fazerem aplicação A, B, C ou D. Mas é evidente que os fundos de pensão compartilham de investimentos comuns, ou que os fundos de pensão aliam-se, em algumas oportunidades, a investimentos das suas patrocinadoras. A Brands foi um exemplo, um desenho construído pela Caixa



Econômica, em aliança com a IBM. Não era 1 bilhão e 200 milhões que a FUNCEF investiu, Deputado. Não. Na verdade, a FUNCEF entrou com aproximadamente 12 milhões, 15 milhões, 17 milhões, e com a expectativa de gerar um crescimento nessa magnitude, num determinado intervalo de tempo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Isso, exatamente. Um plano de negócio que iria nessa direção aí. Então, é um investimento de longo prazo, precisa-se de todos aqueles requisitos de que falei antes de precisão, de aferição quanto à sua congruência, à pertinência das análises feitas, para que a tomada de decisão seja feita com base nessa segurança técnica trazida para nós por meio das equipes que trabalham nos fundos de pensão. Da mesma forma, vale para qualquer outro investimento dessa natureza: o setor florestal, a logística. E os fundos de pensão, naturalmente, pelo seu perfil de longo prazo, são os buscados para esse tipo de investimento. Não precisam desse dinheiro para amanhã, mas cabe a nós aferir. Com que grau de disposição estamos para com esse setor? É o que eu falei aqui no começo. Nós estamos com possibilidade de expor a um grau de risco, independentemente se houve ou não direcionamento, malversação. Esta CPI tem poderes para examinar isso com mais precisão. Para nós, chega a necessidade de, pela nossa obrigação de diligência, aferir se tudo aquilo que está previsto foi trazido, se tudo aquilo que era previsto e trazido foi feito com um nível de profundidade e qualidade necessárias, para que a tomada de decisão seja feita com o maior grau de segurança possível. E é nesse sentido que nós temos atuado desde que chegamos lá, tanto no âmbito da Diretoria quanto no dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. E temos estimulado, por meio do intercâmbio com as outras entidades, que esse mesmo comportamento, que essa mesma atuação diligente se propague para todos os fundos de pensão, pelo menos na parte que cabe aos representantes eleitos que integram o nosso grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Positivo, concluído.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - A própria FUNCEF deu notícia, na época, de que teria recebido essa pessoa para analisar uma



proposta de investimento que ele havia trazido e que ela não foi considerada apta e foi descartada.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Seria uma péssima rima, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual é a rima?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Youssef e FUNCEF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ah, sim. Youssef e FUNCEF.

Muito bem.

Com a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, iniciou-se agora uma votação nominal. Eu queria saber da Presidência se há possibilidade de suspendermos a reunião por 3 minutos e depois reiniciarmos com o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos fazer o rodízio. Enquanto o Deputado Pedro Cunha Lima fala, V.Exa. pode se deslocar. É o tempo que vai e volta, e vamos retomando para...

Como para a tarde de hoje ainda há mais dois depoentes, a Presidência vai avançar no debate, e o primeiro que chegar me substitui para eu poder ir e voltar correndo.

Deputado Pedro Cunha Lima, com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Sr. Antônio Augusto, o senhor faz parte de um fórum intitulado "independente". Aqueles que não fazem parte desse fórum, portanto, são nomeados e não eleitos. Seriam mais suscetíveis a algum tipo de dependência ou influência? Existiria essa vocação maior daqueles que não são eleitos, repito, e nomeados? Quais seriam as influências que poderiam ser mais facilmente colocadas a esses outros conselheiros? E digo isso usando um exemplo muito prático, já citado, que é a abertura do processo no Comitê de Ética da entidade, que sucedeu à matéria cujo título é: *Como o PT perdeu poder nos fundos de pensão*. E numa votação de 4 a 2, justamente os três nomeados foram a favor da abertura desse comitê. Então, existe alguma trajetória na condução desses nomeados que facilita essa influência política ou de qualquer outra natureza em relação aos que fazem parte do fórum independente? Eles seriam mais vocacionados a fazer parte de um fórum dependente de algo? É a primeira pergunta que direciono a V.Sa.



A segunda é quanto ao Termo de Confidencialidade. Este termo, quando as coisas ocorrem tudo bem, se justifica e não há o que se questionar. Mas no instante em que se percebem esses desvios ou esses resultados que, por si, já pedem uma maior transparência, o Termo de Confidencialidade não seria utilizado como um escudo para a corrupção ou para os desmandos? Não seria algo a ser revisto?

Por fim, a última pergunta que gostaria de direcionar ao senhor: nos anos em que houve o superávit, foi apresentada nos balanços correspondentes a legalmente obrigatória reserva de contingência, ou essa reserva não foi apresentada nos balanços quando houve o superávit?

Eram essas as três perguntas que eu gostaria de direcionar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Antônio Augusto de Miranda e Souza.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - No aspecto da primeira pergunta, Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Repete a pergunta, por favor, porque nem todo mundo acompanhou, para sabermos a que está se referindo.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Foi falado a respeito da vocação ou do perfil dos indicados quanto a essa possível influência decorrente da sua origem como indicado. Nós apontamos como uma das fragilidades que nós temos hoje, a necessidade de que todo o sistema, todos os fundos de pensão possuam — por deliberação própria ou estabelecidos padrões mínimos pela própria área supervisora, a PREVIC — um código ou regulamento que identifique e discipline esse conflito de interesse. É uma situação típica de potencial conflito de interesse. E eu vou citar só um exemplo: uma instituição financeira, como a Caixa ou o Banco do Brasil, tem interesse ou não em administrar esses recursos? Elas têm interesse, sim. Elas vão enriquecer, revigorar o seu portfólio. Elas recebem taxa de administração, de gestão desses fundos, assim como qualquer outra instituição financeira receberia. Há um conflito de interesse nisso, e ele precisa ser identificado e tratado. Assim como esse, poderia haver vários outros — com prestadores de serviço, com fornecedores, com relação entre as partes. Elas precisam ser identificadas e tratadas de forma isonômica, em qualquer situação, e de forma comum a todos os fundos de pensão. Hoje não existe nada nesse sentido instituído



pelo ente supervisor, que é a PREVIC, e é praticamente uma peça rara dentro dos fundos de pensão. Então, infelizmente o espaço é aberto nesse aspecto, para que esse tipo de situação ocorra. Sobre o Termo de...

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Só um instante. Vou pedir só uma breve suspensão, para que eu não seja indelicado e saia durante a resposta. Peço aos colegas que façam perguntas. É o tempo de eu ir votar e não perder a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - O Deputado já fez as suas perguntas?

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Fiz as perguntas, mas queria ouvir as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Queria ouvir um pouco mais?

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Então, depois, quando V.Exa. voltar, o Sr. Antônio continuará a responder ao Deputado Pedro Cunha Lima.

Pela sequência, Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)* Não está presente.

O próximo é o Deputado Samuel Moreira. Estou assumindo a Presidência, na ausência do Presidente e do 1º Vice.

Bom, eu queria primeiro entender um pouquinho o que é esse Fórum. O que é o Fórum Independente de Defesa dos Fundos de Pensão? Tem CNPJ? Agrega os fundos? Quais fundos? Agrega entidades de funcionários? Quais entidades? Está relacionado a fundos públicos, fundos abertos, privados? Preciso entender um pouquinho melhor.

Eu queria também, do ponto de vista da governança, saber qual a sua opinião sobre se é melhor, se há uma constatação que é melhor, em que pese a independência de cada fundo, o modelo BD ou CD, de Benefício Definido ou de Contribuição Definida.

Queria também que o senhor mencionasse, se possível, pois é importante, quais as maiores possibilidades de erro com relação aos riscos de aplicação desses fundos. Com a experiência que o senhor tem na vida, qual a opinião do senhor com



relação aos maiores riscos para se cometer os maiores erros? E gostaria que desse exemplos e algumas evidências.

O senhor acha que é prudente ter riscos altos? O senhor acha que é atividade-fim de um fundo de pensão de previdência ter patrimônio imóvel? Por exemplo, compra de imóveis? O senhor acha que isso é prudente? Quais as possibilidades de informações?

O senhor propôs que a Lei de Acesso à Informação passasse também aos fundos. Acho muito boa essa proposta porque já constatamos por algumas entidades dificuldades de acesso a informações, de pauta, de pré-pauta, de decisões, de atas que não são publicadas. É publicado somente resumo de decisões. Enfim, queria saber de que forma seria isso, se é só ampliar a lei.

Gostaria que o senhor desse exemplo de quais são os casos mais... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Gostaria que o senhor relatasse quais os casos que o senhor tem conhecimento e que o senhor acha que são os casos que exemplificam a contribuição para os rombos desses fundos, pelo menos desses quatro que nós estamos trabalhando neste dia: POSTALIS, Correio, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Especialmente o da FUNCEF, porque ele é Diretor e se reportará ao caso concreto, com o qual lida todo o dia.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Exatamente. Que citasse esses casos que o senhor acha que foram exemplos de administrações temerárias, erros, riscos, enfim. E queria saber se o senhor tem alguma notícia de relação de algum fundo desse, de algum investimento, com a Operação Lava-Jato.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Deputado Samuel Moreira, a composição do FIDEF é basicamente de personagens que tiveram a oportunidade, sem vinculação sindical principalmente, sem vinculação associativa tradicional, de ser identificados pelos seus participantes como aqueles que naquele momento contribuiriam mais, trariam maior contribuição para a gestão dos fundos de pensão, pela sua trajetória técnica, sua postura de independência. E esse aspecto da independência, como já tratado quando falamos da questão do conflito de



interesses, é fundamental que seja identificado, percebido e tratado, para que nós possamos ter um debate qualificado nesse aspecto. Então, a composição do FIDEF, o Fórum Independente em Defesa dos Fundos de Pensão, tem por origem exclusivamente representantes eleitos de fundos de pensão fechados, de fundos de pensão com patrocínio estatal, que são aspectos comuns a todos nós, porque envolvem os dilemas que fundiaram algumas dessas questões.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, objetivamente. Objetivamente: tem CNPJ — Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Ainda não porque ele é recém-criado. Ainda é em caráter informal. É um grupo apenas.

(Não identificado) - E tem identidade de propósito.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Exatamente. Tem identidade de propósito.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E que reúne os fundos públicos.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Exatamente. Quanto ao que pode ser interpretado como melhor modelo, se é o de benefício definido, contribuição definida, depende do ponto de vista. Até 2003, 2005, aproximadamente, a predominância no sistema de previdência complementar fechada com patrocínio estatal era de benefício definido. Por quê? Porque é o que gera maior atratividade e interesse de o participante se vincular, por gerar nele uma previsibilidade do quanto será o benefício que irá receber após a sua aposentadoria. Ele vai receber uma suplementação do teto do INSS no momento em que ele estiver se aposentando. O outro modelo de contribuição definida — aqui, no Brasil, é mais contribuição variável; é o *mix* das duas mais ou menos — traz um grande de incerteza nesse aspecto. Qual é essa incerteza?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Hoje, quantos desses fundos são CD — Contribuição Definida e BD — Benefício Definido? Tem ideia?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Praticamente todos. Todos têm uma parcela antiga, remanescente, BD, e todos criaram para o processo de saldamento ou fechamento do plano modalidades de contribuição variável ou definida. A maior parte, variável. Então, eles vão constituindo acúmulos de recursos sem saber quantos de fato vão aferir no final.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu sei. Tudo bem. É só para saber o dado objetivamente, mas sei como funciona. Obrigado.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Então, qual é a vantagem? Para o participante, ele não tem certeza. E há uma desvantagem adicional a essa incerteza de quanto ele terá no futuro. A incerteza é: quanto vai render a minha aplicação? Depende de quem tiver ao longo, sucessivamente, 30, 40 anos de vínculo empregatício daquele colega, daquele empregado. São sucessivas administrações, umas melhores, outras piores no aspecto da gestão, que vão interferir no processo qualitativo da rentabilidade desses investimentos. Então, há um aspecto de incerteza nisso. O outro aspecto: segundo a lei complementar, as patrocinadoras são responsáveis pelo aporte em situações de equacionamento, ou seja, insuficiência de recursos, tanto para aqueles que são aposentados quanto para aqueles que são da ativa, nos planos de benefício definido. Já na modalidade de contribuição variável, não. A responsabilidade recai exclusivamente, no caso das patrocinadoras, para a sua proporção de aposentados e assistidos. Aqueles que são da ativa simplesmente têm a desvalorização das suas cotas como mecanismo de equacionamento. Então, existe essa diferença protetiva significativa. Uma tem maior responsabilidade da patrocinadora, maior previsibilidade. Então, teoricamente o participante teria maior interesse por ele. A outra tem uma projeção de rentabilidade, com as variações que a economia, independentemente do que a qualidade de gestão traz, o tempo, a longevidade do tempo, e a falta de proteção no aspecto da participação, da coparticipação da patrocinadora nas situações de equacionamento por razões de déficit. Essas são as principais diferenças. A meu ver, o modelo atual é menos protetor dos participantes do que o modelo anterior de Benefício Definido. Por isso que nós falamos da necessidade da criação do fundo de solvência, assim como os modelos europeu e americano já estabelecem justamente para prever situações de desequilíbrio sem prejuízo da ação regressiva contra gestores que porventura tenham dado causa a essa situação. Os maiores riscos de investimentos hoje no sistema recaem basicamente sobre aquelas categorias que eu elenquei anteriormente: os investimentos estruturados, os investimentos em renda variável e os investimentos imobiliários. E todos envolvem, de alguma forma, o risco de negócio. Construir, incorporar um hotel, um *shopping*, tem uma série de riscos. Se



você entrar junto nesse risco da incorporação é hoje infelizmente uma situação ainda existente do nosso modelo regulatório. Há algumas vedações, mas não de forma completa, integral. O risco da renda variável é justamente o fato de ela ser variável, ao sabor dos mercados; e, conforme o grau de disposição que eu tenho, eu tenho, no momento das vacas gordas, grandes ganhos e, no momento das vacas magras, grandes perdas. E nos investimentos estruturados, como eu já falei antes, é o risco intrínseco de qualquer plano de negócio, da aferição da fidedignidade, da completeza, da profundidade dos modelos que levaram à formulação das projeções daquele projeto, serem de fato consistentes e se confirmarem ao longo da sua concretização. Então, não é naturalmente prudente assumir uma proporção de risco em investimentos que têm por natureza o conservadorismo. Especialmente naqueles planos que têm uma proporção de aposentados ou de participantes próximos de adquirir o direito da aposentadoria, ter uma proporção de risco assumido incompatível com o perfil daquele plano. A aplicação da Lei de Acesso à Informação, como a gente sugere — é lógico que ela tem que ser adaptada ao que o sistema de previdência complementar estabelece; e aí já foram dadas sugestões de antecipar pauta, extrato ou maior detalhamento das atas, tanto dos conselhos deliberativo e fiscal e de diretoria — é um aspecto preventivo, como também dissuasório. E foi por essa finalidade que foi tão debatida aqui no Brasil como uma obrigação do poder público. Embora as entidades de previdência complementar não tenham natureza pública, elas têm natureza privada, mas elas alcançam o interesse público daquele segmento de participantes. Então, as decisões que são tomadas ali são de interesse dos participantes, porque é deles o recurso que está lá guardado e de mais ninguém. Não é patrocinadora, não é órgão público, não é nada. São os participantes que detêm o poderio sobre aquela massa de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vou pedir mais objetividade nas respostas, Dr. Antônio Augusto. As perguntas foram feitas em 3 minutos para que não tenhamos 15 minutos para responder, e sim em 3 minutos, para irmos direto ao ponto.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - O.k., Presidente. Obrigado. Quanto à existência de notícias relacionando investimentos da FUNCEF ou de outros fundos de pensão com a Lava-Jato, o caso mais notório são os FIP



Sondas, a Sete Brasil. Então, a empresa teve, reconhecidamente, dirigentes que tiveram envolvimento com esse aspecto. Isso gerou um impacto considerável na situação da empresa no aspecto de confiabilidade. Outros aspectos dizem respeito ao ambiente do setor petrolífero no Brasil, por conta da queda do preço de petróleo, das dificuldades que a própria PETROBRAS passa atualmente para manter o pacote de encomendas que foi destinado a essa empresa criada por ela, essa SPE — Sociedade de Propósito Específico. A Sete Brasil é uma SPE da PETROBRAS. Então, houve, sim, repercussão nesse caso especificamente. E todo o processo investigativo vai ter um desfecho quanto à extensão do dano que esse envolvimento trará para a empresa no aspecto de desvio de recursos que tenha acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quanto foi o aporte da FUNCEF na FIP Sondas na Sete Brasil?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Em torno de 1 bilhão e 300 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um bilhão e trezentos milhões especialmente no FIP Sondas, que se reporta exclusivamente à Sete Brasil. É isso?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - É um caso de FIP Proprietário, como nós falamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Quais outras entidades compartilharam como esse investimento? Sabe informar?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sim, foram três fundos de pensão: um deles o da Vale do Rio Doce, a VALIA; a PREVI, do Banco do Brasil; e a PETROS, da própria PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sabe dizer os valores desses outros?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Eu sei dizer o da PETROS e da PREVI, que eu tenho conhecimento; o da VALIA não me recordo. O da PETROS foi exatamente igual ao da FUNCEF, 1 bilhão e 300; a PREVI, do Banco do Brasil, investiu 180 milhões e manteve desde o ingresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - São 180 milhões, a PREVI; 1 bilhão e 300, da FUNCEF; com 1 bilhão e 300, da...



O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só desses fundos estatais, arredondando para cima, 3 bilhões, fora os demais.

Muito bem. Pode prosseguir com as respostas.

E já tem alguma notícia de retorno desse investimento?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - A empresa está em reestruturação agora, Presidente. Então, precisamos aguardar o desfecho de como se dará o redesenho dela à luz dessa reconfiguração. Parece que a PETROBRAS vai reduzir a encomenda de navio-sonda, está repactuando os preços de afretamento. Enfim, é uma decisão que ainda vai levar algumas semanas para ter um desfecho mais claro para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Há uma resposta que o senhor deve ao Deputado Pedro, porque ele teve que votar. Então, eu gostaria que o senhor relacionasse os casos em que acha que houve malversação do dinheiro, administração temerária. Fale o que o senhor acha, sem prejuízo de, depois, lembrar-se de outros.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Objetivamente, tal, tal e tal; só isso.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Eu não posso falar em malversação porque isso é prejulgamento de conduta. Então, nós temos situações que nos causam apreensão, curiosidade, estranheza, por envolverem empresas que estão, de alguma forma, envolvidas com a Operação Lava-Jato. Nós temos parcerias com a Engevix, com a própria OAS, com a Odebrecht. Então, quando falo nós, eu quero dizer alguns desses fundos que estão aqui representados pelo FIDEF. Então, requer uma análise mais pormenorizada sobre o processo decisório de ingresso, o acompanhamento de gestão, porque foram decisões tomadas antes da nossa chegada. Precisamos saber se eles continuam atendendo às suas pressuposições iniciais — são todos nesse mesmo modelo de projeto, de plano de negócio, que eu adiantei — e requerem o acompanhamento diligente



quanto à sua performance tal qual esperada e prometida no seu ingresso. Acho que eu respondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Uma pergunta objetiva, até para retirar o juízo de valor — eu tenho certeza de que V.Sa. se preocupa com ele; e é natural, respeitamos isso: falou-se aqui num saldo devedor, num déficit da FUNCEF, em torno de 6 bi, é isso? São os números que o senhor tem?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Elenque esse déficit. Já que é um dado objetivo, que negócios levaram a esse déficit, pelo menos aos maiores? O senhor falou aí em 1,3 bi da Sete Brasil. Quais outros negócios da FUNCEF remontam a esse patamar de 1 bilhão de reais?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Todo déficit de um fundo de pensão tem uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vou pedir só uma inversão da ordem. V.Sa. responde ao Deputado Pedro Cunha Lima, porque, mais uma vez, estamos sendo chamados ao plenário para votação. E, enquanto responde ao Deputado Pedro, eu vou e volto, rapidamente, para poder ouvir a resposta.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É a última nominal agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Busato assume a Presidência e pode fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Se não houver perguntas, nós aguardamos.

Deputado Paulo, V.Exa. quer fazer alguma pergunta? (*Pausa*)

Está suspensa então a reunião, por enquanto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) -Eu tinha uma pergunta a fazer a V.Sa., Antônio. Qual o nome desse fórum dos senhores?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Atualmente, FIDEF, mas, inicialmente, chamava-se Aliança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mas estava ali com um outro nome?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Aliança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Aliança?



O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Foi o nome inaugural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Ah, foi o nome inaugural.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Inaugural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Hoje é o FIDEF.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sim, para dar um caráter de fórum mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem. Ele engloba cinco fundos, é isso?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Atualmente, cinco fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Os quatro que nós já divulgamos aqui, e mais o...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - O Real Grandeza. Estamos em vias do ingresso da FAPES também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - E esse fórum, a finalidade dele é orientar os fundos? Qual é a finalidade? A sua exposição foi quase uma aula de como fazer os procedimentos, pelo que assistimos aqui. Não foi um relato de fatos, mas sim uma... É essa a finalidade?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Nossa finalidade é identificar os aspectos de governança, normatização e regulamentação legal e setorial que precisam ser aprimorados para preventivamente nós evitarmos o nível de exposição a potenciais investimentos danosos aos fundos de pensão, para que esses episódios tenham mais dificuldade de acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem. Com relação à pergunta do Deputado Marcus Pestana sobre essa conjunção de investimentos mal feitos, a função de vocês é prevenir isso?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Exatamente. É criar mecanismos de governança, normatização que previnam isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - E esse FIDEF não existia então?



O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Foi originado em novembro de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Novembro de 2014. Após esses fatos todos?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - De lá para cá foi criada então essa fundação para poder orientar, então? É isso?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - É. Esse fórum. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

Deputado Fernando Marroni, V.Exa. estava inscrito. Vamos aproveitar que V.Exa. está bufando ainda para já falar. Vai descansar falando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - Sim, senhor, Sr. Presidente. Primeiro, eu queria perguntar ao Sr. Antônio o seguinte: como dirigente da FUNCEF, quais os fatores que levaram a esse déficit atuarial apresentado no referido fundo e qual o impacto das aplicações dos investimentos feitos em riscos de renda fixa e também nos investimentos da Vale do Rio Doce, tendo em vista a queda de até menos 40% no mercado mundial, fruto da crise? E também quero perguntar se o senhor, como dirigente da FUNCEF, aprovou o balanço de 2014 e a política de investimento da FUNCEF? São essas as perguntas, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Deputado Fernando Marroni, começando pelo final, sim. Assim como eu, todos os demais integrantes dos conselhos deliberativo e fiscal aprovaram tanto o balanço quanto a política de investimentos. Sobre os fatores que contribuíram para o déficit, como eu estava iniciando a resposta para o Deputado Samuel Moreira, todo fundo de pensão tem uma conjunção de fatores que contribuem para a realização de superávit ou déficit, a começar da distribuição dos investimentos adequados ao momento que cada setor econômico do Brasil vivencia, inclusive do exterior, porque há essa classe de investimentos no exterior permitida pela legislação atual. A maior parte deles não investe, mas existe essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - A FUNCEF investe?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Não.



O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - O POSTALIS investe?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - O POSTALIS investe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - E muito mal.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Então há fatores de ordem de perfil demográfico que podem ensejar a necessidade de constituir mais reservas, porque se percebeu, pela estatística, que os participantes daquele fundo de pensão estão vivendo mais. A média antes era de 75 anos, até agora é até os 80, será até os 85 e assim sucessivamente. Para isso tem que juntar reserva. Se eu tenho aspectos de investimento, como eu falei, que estão ancorados num momento desfavorável daquele setor, eles vão impactar negativa ou positivamente. Existe outro aspecto, como já foi demonstrado aqui na situação do POSTALIS, das obrigações da patrocinadora com o fundo de pensão. Obrigações existentes por força de acordo administrativo entre as partes, de custeio de determinadas obrigações, de custeio frente a eventuais ações judiciais movidas contra os planos ou o fundo de pensão. Então, tudo isso tem que ser estabelecido e disciplinado, por meio de acordo e no seu regular aporte, nos fundos de pensão. Então, há essa gama de fatores. Para alguns fundos de pensão e alguns planos vai ser mais predominante o aspecto dos investimentos; para outros vai ser mais predominante o aspecto atuarial; para outros vai ser mais predominante o aspecto de aporte de recursos que deveriam ter sido feitos obrigatoriamente pelas patrocinadoras. No nosso ponto de vista, a maior parte dos casos aqui trazidos deve-se à forma de distribuição dos investimentos. Ou seja, a sua incongruência frente ao comportamento econômico de cada um desses setores — imobiliário, de renda variável, de investimentos estruturados —, frente ao momento econômico que o Brasil vem vivenciando há vários anos — não é deste ano; há 4 anos, a economia brasileira não tem tido o desempenho considerado satisfatório. Então, isso tem um rebatimento, conforme o nível de exposição que cada plano e cada fundo de pensão possui. Quanto à nossa exposição em Vale, e ela não é só da FUNCEF, ela é comum também à PETROS, à PREVI e à Valia, como eu já disse, ela decorre de um acordo de privatização ocorrido lá em 1997 e que, por força de acordo de acionistas, tem que ser preservado até 2017, 20 anos. A Vale é reconhecidamente uma empresa de grande porte e de bom desempenho econômico. Agora, ela passa



por um momento de revisão do setor de mineração no mundo — não é só no Brasil —, porque a economia chinesa, que era a principal consumidora, está deixando de consumir. Então, ela reflete esse momento de desaceleração e involução de lucratividade e de faturamento. Há, então, um natural rebatimento na forma como é precificado esse investimento nos fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Objetividade, Dr. Antônio Augusto.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - No aspecto da renda fixa, é lógico que os títulos públicos têm a preferência no processo de seleção, especialmente no momento atual, porque eles asseguram o risco soberano. A gente imagina que o Brasil não vai quebrar e vai honrar todos os seus compromissos com os seus credores. E os fundos de pensão são credores também ao aplicarem em títulos públicos, são investimentos de longo prazo que têm a proteção contra a inflação e proporcionam um juro adequado ao seu crescimento atuarial aí. Não sei se eu respondi tudo, mas acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Só uma pergunta: a FUNCEF está enquadrada ou está desenquadrada quanto à obediência desses limites?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Ela está enquadrada, à exceção do montante investido no setor imobiliário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quer dizer que a FUNCEF investe mais no setor imobiliário do que a legislação hoje permite?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Exatamente. Não que ela só invista, ela tem uma proporção de investimentos no setor imobiliário maior, fruto, em boa parte, da valorização que o mercado imobiliário vivenciou nos últimos anos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O que se chama tecnicamente de desenquadrada.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sim. Está desenquadrada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - Sr. Presidente, eu perguntei, objetivamente, qual foi o impacto da aplicação em renda fixa e da Vale nesse déficit



da FUNCEF e se o senhor tem algum conhecimento de algum problema de irregularidade na aplicação desses investimentos.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - No que diz respeito à Vale, ela contribuiu naturalmente, porque, pela magnitude que a proporção de investimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele perguntou o valor, Dr. Antônio. V.Sa. tem os valores? Seja objetivo. Ele perguntou se V.Sa. tem os valores do déficit, para que V.Sa. não se reporte outra vez ao que já foi explicado.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Em 2014, nós tivemos que fazer um ajuste de precificação na Vale da ordem de 3 bilhões de reais. Então, isso representou, no exercício de 2014, quase 50% do montante de déficit apurado pela Fundação naquele ano. Quanto à renda fixa, não há nenhuma contribuição para déficit, não. Renda fixa, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - E com a queda de 21%...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - De...

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - Títulos.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Não. Desconheço, sinceramente, essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Rocha, pelo prazo de 3 minutos.

Estão encerradas as inscrições. Concluiremos a lista com o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu queria perguntar ao depoente se ele sofreu alguma intimidação, mas ele já respondeu essa pergunta anteriormente. Então, eu quero me prender à entrevista da revista *ISTOÉ*, Edição nº 2.324, do dia 6 de junho de 2014, na qual tem uma participação dele. E eu queria me prender especificamente a três pontos: um deles é um trecho que a jornalista Cláudia Dantas atribui ao depoente. Eu queria aqui me reportar ao primeiro: *“O governo passou a usar os fundos para viabilizar concessões públicas e empreendimentos em que o mercado não tinha interesse.”* Eu queria que o depoente explicasse melhor essa assertiva que é atribuída à pessoa dele.



Outro ponto. Na mesma entrevista, num trecho mais adiante, também é atribuído ao depoente: *“Ao aparelhamento, somam-se a pouca transparência na gestão e o alto déficit.”* Eu queria que ele também fizesse referência a essa assertiva.

E o último, também atribuído ao depoente aqui, quando ele trata das empresas: *“O caso Youssef simbolizou o grau de ameaça que paira sobre a destinação dos recursos dos fundos. O alinhamento político canaliza esse tipo de negociata, como ocorreu no POSTALIS.”*

Eu queria que ele se aprofundasse nesses três tópicos, nessas três assertivas que são atribuídas a ele nessa entrevista da revista *ISTOÉ*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Antônio Augusto.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Pois não, Deputado. Como eu já falei em outra oportunidade, é notório que todo fundo de pensão que tem a gestão de indicados da sua patrocinadora sofre algum grau de influência. E é justamente por perceber isso, e aí há diferentes graus a cada fundo de pensão, que é necessário ter um disciplinamento quanto à identificação e ao tratamento de conflito de interesse, é necessário incrementar a transparência dos fundos de pensão a interesses dos participantes, usando como exemplo a Lei de Acesso à Informação, naturalmente adaptada ao contexto dos fundos de pensão. E a situação do caso Youssef está nas páginas noticiosas, como estava na época. Então, ela foi citada com um contexto que, na época, existia de informações a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, apenas para fazer uma pergunta em relação ao que eu ouvi do Sr. Antônio Augusto. Ele falou que a FUNCEF teve perda nos investimentos que fez em minério de ferro na Companhia Vale do Rio Doce. Está correto isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Investimentos na Vale; em minérios não, na Vale.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - É, na Vale. A Vale perdeu valor...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Ela desvalorizou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em ações.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Desvalorizou e, portanto, a FUNCEF perdeu.

Mas aí o senhor falou uma coisa que eu não conhecia, eu não conhecia esse dado. O senhor disse que a Vale do Rio Doce tem um acordo, desde a sua privatização, com a FUNCEF, até 2018. Isso, então, faz com que, desde a privatização, lá atrás, no Governo Fernando Henrique... Que vinculação é essa que foi fixada ali na privatização entre a FUNCEF e a Vale? Quer dizer, a FUNCEF tem que colocar, desde a privatização, recursos na Vale, independente da sua análise atuarial e dos ganhos, enfim.

Eu gostaria de saber um pouco sobre isso, porque eu não conhecia esse dado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Antônio Augusto.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Pois não, Deputado Paulo Teixeira. Em 1997, foi feito o processo de privatização da Vale. Naquela oportunidade, os fundos de pensão PETROS, PREVI, FUNCEF e VALIA, que é fundo de pensão da própria Vale do Rio Doce, junto com Bradesco e outros envolvidos, venceram o processo de privatização e adquiriram o controle societário da Vale do Rio Doce. Por força desse acordo de acionistas, elas se mantiveram no bloco de controle da Vale do Rio Doce por um período de 20 anos. Esse acordo vence agora em 2017. Nesse ínterim, elas só poderiam negociar a mudança na proporção de participação entre si, não poderiam admitir um terceiro de fora ao acordo por integrar esse conselho, salvo com a anuência de todos. Então, o que aconteceu foi o investimento original, lá em 97, tão somente. E, pelo desempenho da Vale, de lá para cá, ela teve um crescimento bem representativo no seu faturamento, na sua lucratividade, acompanhando, muito proximamente, o desenvolvimento da economia chinesa, por ser uma exportadora de minério de ferro para aquele País. Então, ela aproveitou-se desse momento favorável de *commodities* — especialmente do minério de ferro — para usufruir com isso ganhos e lucratividade, especialmente nos 10 primeiros anos, até 2007. Veio a crise econômica e, de lá para



cá, a economia chinesa começou a desacelerar, e isso tem repercutido na Vale do Rio Doce também.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Agora, por exemplo, se a FUNCEF tivesse uma previsibilidade dessa diminuição do valor do minério de ferro, ela estaria impedida de sair desse negócio até 2018, é isso?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Está impedida.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Está bem. Então, isso foi feito ali no processo de privatização.

Uma segunda pergunta que eu queria fazer para o senhor é sobre a aprovação do balanço da FUNCEF em 2014 — o balanço da FUNCEF e o plano de investimento. O senhor aprovou esse plano de investimento?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O senhor aprovou?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Todos os diretores e conselheiros aprovaram tanto o balanço quanto a política de investimento.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - E o senhor tem críticas a esse balanço e ao plano de investimento ou não?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Sem prejuízo da identificação de eventuais problemas quanto à precificação de ativos ou fatos supervenientes que lancem dúvidas sobre a precificação de ativos, não prejudica uma eventual revisão posterior de qualquer ativo que a FUNCEF tenha no seu portfólio de investimento. Então, naquele momento, com as informações disponíveis, entendemos que era adequada a aprovação do balanço.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, ficaram duas perguntas que eu deixei e terminou que não foram respondidas.

Uma delas é se o termo de confidencialidade não favorece aos atuais empoderados. A outra pergunta é se os balanços apresentaram, quando houve superávit, a obrigatória reserva de contingência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tanto quanto possível, seja objetivo para encerrarmos.



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Se me der 1 minuto, eu também quero fazer uma pergunta, para dialogar com o Deputado Marcus Pestana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas aí é o diálogo entre V.Exas., não é uma pergunta. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não é um diálogo. É uma pergunta para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É um diálogo. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não. É uma pergunta para o Antônio Augusto dialogar com o tema exposto pelo Deputado Marcus Pestana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas, vamos, vamos.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Se o Brasil tiver investimentos vultosos, lucrativos, qual o problema de ter — digamos assim — um debate com os fundos de pensão, no sentido de convidá-los para esses investimentos? Qual o problema? V.Exa. tem trazido o tema da coordenação de decisão. Qual o problema, por exemplo, se chamar agora: eu tenho algo lucrativo e rentável. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A conversa paralela não será permitida por esta Presidência.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pelo contrário, ressalvei a Vale.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não é a Vale.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu falei: a convergência e maus investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A conversa paralela não será permitida, porque, daqui a pouco, o Deputado Marcus Pestana vai querer dizer que está aprovado que a privatização da Vale deu lucro, foi melhor, e aí a confusão não acaba.

Vamos para a resposta do Dr. Antônio Augusto ao Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Deputado, o termo de confidencialidade, como já antecipado aqui pelo colega da ADCAP, configura-se uma limitação, mas ele não se sobrepõe à exigência legal de todo dirigente de fundo de pensão a atuar com diligência e responsabilidade frente à gestão dos recursos.



Então, havendo uma situação que envolva um conflito entre as duas possibilidades, ou seja, eu devo dar primazia ao quê? À lei.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Perfeito.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA. Quanto à reserva de contingência, só para não perder a oportunidade, a obrigação legal é que, havendo superávit, ela seja destinada à reserva de contingência. Havendo déficit, ela tem que ser equacionada — conforme as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 109. Então, no caso da FUNCEF, nós tivemos um período inicial de 3 anos — 2003, 2004 e 2005 —, em que se apurou o resultado, mas eles foram destinados para custear o processo de “saldamento” que foi comum a vários outros fundos de pensão, conforme o próprio POSTALIS já trouxe aqui antecipadamente, na fala pelo colega da ADCAP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu fiz uma pergunta, voltei e quero, em 30 segundos, sua avaliação: o que levou a FUNCEF, objetivamente, a ter o maior saldo devedor entre os fundos? O que justifica hoje? É claro que são os investimentos equivocados, mas o que difere a FUNCEF, o que diferem os métodos e procedimentos adotados pela FUNCEF dos demais fundos para que ela tenha o maior déficit entre todos? Ou seja, onde a FUNCEF errou mais? Isso não quer dizer que seja gestão fraudulenta. Mas onde a FUNCEF errou, objetivamente?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Não sei se ficou claro ali que para nós existe uma relação muito próxima entre a proporção de investimentos estruturados que cada fundo de pensão possui e o seu resultado, superavitário ou deficitário. Isso para mim explica bastante essa relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os investimentos estruturados são os investimentos em infraestrutura? É isso?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Investimento em planos de negócio, dos quais a infraestrutura faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo. É aí onde a FUNCEF tem o seu maior rombo?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - O maior problema a administrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.



Muito agradecido, Dr. Antônio Augusto de Miranda e Souza, por suas palavras. Foi uma explanação sólida, com elementos que com certeza contribuirão para os trabalhos desta CPI, tanto na linha investigativa investigação quanto na linha propositiva. O Relator as adotará com certeza, para que se possam aperfeiçoar os sistemas de governança da nossa legislação, lançando mais luz e transparência sobre a caixa-preta que hoje são os fundos de pensão.

Quem não é do mercado, como eu, se assusta quando vê que em negócios que estão apenas no papel são investidos, por um fundo de pensão apenas, mais de 1 bilhão de reais, confiando apenas nos belos argumentos que com certeza essas pessoas devem ter trazido para convencer a diretoria.

Estou agradecido, com certeza, pelas suas palavras em nome do Grupo Aliança, que serão de extrema importância para que possamos avançar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer que a exposição fosse disponibilizada, que a Secretaria mandasse para os *e-mails*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Todas as exposições estão na Secretaria e serão enviadas para os *e-mails*. Mas aqueles Deputados que demonstrarem especial interesse podem buscar, Deputado Marcus Pestana, no portal da Comissão. Essa é uma informação também para todos os senhores e senhoras que nos assistem pela *TV Câmara* e pela Internet. Toda essa documentação é exposta de forma pública no Portal da Câmara. É só procurar o *link* das Comissões Especiais, entre elas, as Comissões Parlamentares de Inquérito, encontrar a CPI dos Fundos de Pensão e fazer o *download*, para seu conhecimento, desses documentos que são apresentados aqui.

Chamamos à mesa imediatamente a Dra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão — ANAPAR, para participar conosco dos trabalhos. Agradeço a tolerância a V.Sa. para contribuir com os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Pausa.*)

Convido a Sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni para tomar assento à mesa. (*Pausa.*) Para atender às formalidade legais, foi firmado pela depoente termo de



compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito que seja feita a leitura.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Com a palavra a Sra. Cláudia Muinhos Ricardoni, pelo o tempo de 20 minutos, para que possa expor seu vasto conhecimento sobre o tema em debate.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - Obrigada a todos. Boa tarde. Eu queria cumprimentar os Parlamentares, a Mesa, um especial cumprimento aos meus companheiros, participantes de fundo de pensão — FUNCEF, POSTALIS, PORTUS, ao pessoal da PREVI, que também está aqui. Na verdade, eu tive a oportunidade de ver alguns depoimentos e alguns questionamentos que os Parlamentares fizeram. Então, eu modifiquei um pouquinho a minha fala, porque acho importante a gente entender um pouco como é que funciona o nosso sistema, quais são os organismos de controle, a legislação pertinente e principalmente as questões atinentes à governança dessas entidades. Antes disso, eu gostaria só de falar o que nós somos, a ANAPAR. A ANAPAR é uma associação de participantes de fundos de pensão. Nós nos criamos em 2001, coroando um processo de debate, de disputa, de briga contínua pela transparência da gestão dos fundos de pensão a partir da década de 90. Então, a ANAPAR, na verdade, ela coroa uma luta pela democratização das entidades, pelo debate na proteção dos participantes, né? Na década de 90, nós assistimos neste País, com o advento da privatização de algumas empresas estatais, a uma verdadeira operação desmonte dos planos de previdência. Nesse momento, começa a migração dos planos BD, planos com uma visão previdenciária protetiva, para planos de contribuição definida, com caráter muito mais financeiro do que previdenciário. E nesse momento as entidades associativas e sindicais começam a se organizar para fazer frente a esse movimento. No início, nós tínhamos esta polarização: planos de contribuição definida, impostos pelas empresas novas controladoras das estatais, e planos BD. E nós, através de muita luta, de muito esforço, criamos, como alternativa negociada, os planos de contribuição variável, que são um misto dos dois, porque eles atendem a uma demanda da patrocinadora e atendem também àquilo que é fundamental: proteção



aos participantes. Fazem um equilíbrio. Lamentavelmente, esse movimento de migração não parou, ele continua até hoje, então a gente hoje tem um sistema de previdência complementar, senhores, que, se a gente não tomar cuidado, daqui a 20 anos não vai pagar benefício, independentemente da rentabilidade, porque o modelo de contribuição definida, traduzido, ele diz assim: eu vou pagar benefício enquanto dinheiro houver. Se as pessoas resolverem viver mais do que o atuário calculou, elas literalmente ficam sem benefício. Não me parece que isso seja um plano de previdência. Então, nós estamos caminhando, a par e além de todos os problemas colocados aqui, para uma descrença do sistema, pelo modelo adotado. Então, assim, a ANAPAR, na verdade, ela foi criada, a partir da luta concreta de um conjunto de militantes e trabalhadoras e trabalhadores aposentados, para tentar proteger o que é mais caro para nós, que é segurança, tranquilidade na velhice, ou num momento de invalidez. O nosso sistema de previdência complementar vem evoluindo. A primeira legislação é de 77, uma legislação muito precária do ponto de vista da gestão das entidades. Em 2001 nós tivemos uma nova lei, as Leis 108 e 109... São duas, e só aí já há um problema, porque a Lei 109 é o Regime Geral de Previdência e a Lei 108 trata especificamente das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por entidades públicas e estatais. Esse sistema tem o Conselho Nacional de Previdência Complementar, que é aquele organismo encarregado de fazer a regulação do sistema. A partir da lei, o Conselho Nacional regula, ele estabelece resoluções, normativos infralegais para o andamento do sistema. Nós temos a PREVIC, tão falada aqui. A PREVIC não faz a regulação do sistema, a PREVIC faz a fiscalização e a autorização. Quem faz a regulação do sistema é o CNPC. A PREVIC faz essa regulação e ela é a sucessora da antiga SPC — Secretaria de Previdência Complementar, que tinha uma estrutura muito precária para fazer a fiscalização necessária ao universo que nós temos no País hoje da previdência complementar fechada. Em 2009, foi aprovada nesta Casa uma lei que criou a PREVIC. A lei é de 2009, de 23 de dezembro de 2009. Criou a PREVIC e também estabeleceu a estrutura da PREVIC. A partir daí nós temos esse órgão fiscalizador tão importante para nós sendo estruturado. A partir daí nós tivemos concurso público, mais funcionários, uma estrutura melhor, o que eu acho interessante, porque o nosso sistema vai fazer 35 anos, se a gente contar da Lei



6.435, de 77, e somente a partir de 2010 nós tivemos um órgão de fiscalização começando a ter a robustez necessária para enfrentar esses desafios que nós temos. O primeiro concurso público aconteceu 2 anos depois da criação da PREVIC. Então, o órgão ainda está se estruturando, do meu ponto de vista, do ponto de vista da ANAPAR, com uma lentidão irritante. Isso precisava de ser mais ágil, mais célere, né? Nós temos um outro órgão, que tem muito a ver com o nosso serviço aqui, que é a Câmara de Recursos, que é um organismo que julga processos e autos de infração dos dirigentes das fundações. A PREVIC faz a fiscalização, verificando no âmbito administrativo alguma irregularidade, e autua o gestor; esse autor, esse gestor recorre da decisão; e no final das contas isso termina julgado dentro da CRPC, no âmbito administrativo, o.k.? Nós não estamos falando aí de nenhum processo criminal. O processo é administrativo. A ANAPAR, como hoje é a única entidade nacional de representação, embora tenha outras específicas de cada categoria — e aí a gente tem que saudar bastante as entidades associativas e sindicais no esforço de fiscalização e de ajuda ao sistema de previdência —, hoje ela tem assento, a ANAPAR, tanto no CRPC — a gente julga os processos, somos membros do CRPC — quanto do CNPC, que faz a regulação do sistema. Esse assento nesses dois organismos dá à ANAPAR uma possibilidade de ver o sistema com a multiplicidade que ele tem, né? Nós temos fundações tipo a PREVI, com um patrimônio de mais de 150 bilhões de reais, e temos entidades com pouco mais de 50 milhões de reais de patrimônio. Então, o nosso sistema, ele é extremamente diverso e diversificado. A partir dessa ação, a ANAPAR também trabalha muito ajudando as entidades associativas e os participantes nas diversas questões apresentadas. Não há problema nesse sistema que não bata à porta da ANAPAR uma hora ou outra. E eu queria falar um pouco desta questão que nós estamos vivendo hoje, que são os déficits de alguns planos de previdência. Todo déficit de um plano de previdência é um desequilíbrio, assim como todo superávit é também. A Resolução 18 do nosso sistema, Resolução CGPC 18, diz que os planos têm que procurar equilíbrio. Isso significa que nós temos que estar sempre casando o compromisso do plano com o recurso que existe. Isso é absolutamente necessário. Quando aparece um desequilíbrio, um déficit ou um superávit, o que normalmente ocorre, numa visão precipitada, é a gente achar que, se o plano está com superávit,



ele está ótimo, maravilhoso, então vamos começar a distribuir o superávit; ou, quando ele tem um déficit, que você tem um problema gravíssimo. Na verdade, não é necessariamente nem uma coisa nem outra, porque nós estamos falando de déficit e superávit, e isso é sempre uma fotografia de momento, porque nós estamos trazendo a valor presente compromissos futuros, tanto o que temos que pagar como o que temos que receber. Então, dependendo do momento da economia, você pode ter um superávit irreal e um déficit também irreal, basicamente contábil, né? Como é que a gente sabe se é uma coisa ou outra? A gente, lá na ANAPAR, brinca que nós temos sempre que fazer um mergulho dentro dos planos e fazer uma análise muito detalhada do que a gente vai encontrar. Eu conheço planos de previdência que têm o déficit causado muito menos pela gestão do dinheiro, pelas aplicações, e muito mais pelo acréscimo de compromissos do plano: planos muito bons, que oferecem muitos benefícios, só que o financiamento desses benefícios não é compatível, então isso gera um déficit não porque houve... Quando a gente olha esses planos e vê a rentabilidade, ela é ótima, o dinheiro é fantástico, está tudo muito ajustadinho, o problema é que o passivo está crescendo mais do que a capacidade de pagamento. Uma outra possibilidade é você ter problema na gestão dos ativos, dinheiro, problema nos investimentos. Mesmo aí nós podemos ter dois tipos de questões: uma que a gente fala que é um problema de estrutura — alguém andou investindo o que não devia, alguém andou arriscando o que não devia —, e em outros casos um déficit conjuntural, que tem muito a ver com o momento em que você faz a avaliação do seu patrimônio. O Augusto colocou um exemplo típico de déficit conjuntural em relação a um ativo, que são as ações da Vale, que impacta muito fortemente alguns investimentos. Ninguém vai aqui dizer que a Vale não é um investimento de primeira linha, só que, neste momento... Principalmente nessas fundações que, pelo tamanho, compraram papéis da Vale no momento da privatização, isso vai impactar a fundação, é óbvio. E acho que, quando vencerem, ninguém deveria vender papéis da Vale do Rio Doce. Não é porque terminou o acordo que a gente vende isso. O ativo é poderoso. Isso é um típico problema conjuntural. Nós temos outros problemas, que não são conjunturais. E aí eu queria conversar um pouco sobre POSTALIS, o.k.? Eu fui diretora de um fundo de pensão durante 9 anos, diretora eleita pelos participantes da CEMIG — eu sou, na vida real, aposentada da



FORLUZ. Lá fui conselheira. Na FORLUZ, a gente tem uma gestão compartilhada entre Diretoria-Executiva e Conselho Deliberativo e, desde 94, a gente elege um diretor. Faço um parêntese. Embora a Lei 109 estabeleça a paridade entre Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal a partir de 2001, várias entidades no Brasil já tinham essa paridade antes e já elegiam diretores antes, por força de negociação, de acordo coletivo e de pressão das categorias organizadas, como é o nosso caso. Então, quando os participantes do POSTALIS, em 2013, bateram à porta da ANAPAR, em pânico, nós fomos analisar o que era esse déficit. Nós não estamos falando deste de agora, não. Nós estamos falando do déficit anterior, que está sendo pago à razão de 3,49 do benefício saldado. Naquele momento, pela análise preliminar que nós fizemos, nós alertamos os companheiros: *“Olha, o problema de vocês é um problema estrutural, não é um problema conjuntural, como querem fazer crer alguns”*. Inclusive soltamos um documento nesse sentido, alertando os participantes: *“Nós temos um problema aqui”*. E desde então a gente tem trabalhado com as entidades associativas, com a federação do pessoal dos Correios, ADCAP, FAACO... E nós fizemos uma análise de dentro do POSTALIS. Em 20 anos de previdência complementar, eu nunca achei nada parecido, nem de longe. Nem de longe. Dentro do nosso sistema de previdência, nós temos alguns ativos que são mais seguros do que outros. O mais seguro é a renda fixa. Por óbvio, a gente não pode aplicar 100% do que a gente tem em renda fixa, porque o risco é proporcional à rentabilidade. Todos os senhores sabem: quanto maior o risco, maior a rentabilidade; quando menor o risco, menor a rentabilidade. E todas as nossas as fundações, nossos planos, têm um compromisso com a meta atuarial a ser batida. Se eu faço uma carteira muito conservadora, eu não vou ter risco, em compensação eu não tenho rentabilidade, né? Na média, o nosso sistema hoje trabalha com uma meta a ser batida, dependendo de plano para plano, de INPC mais 5,5%.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Embora a gente tenha taxas de juros generosas, né?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - Sim. O grande problema, Deputado — eu acho muito bom este debate — é que a gente tem essa taxa de juros generosa hoje. Se a gente for olhar o que tinha de taxa de juros em 2012... Elas não eram tão generosas assim. E uma coisa é interessante: aquelas fundações



que tinham papéis vencendo em 2012, se elas tivessem que comprar títulos do Governo, que são muito seguros, elas não conseguiriam comprar com essa taxa para 2020, 2025 e 2030. Então, qual é a alternativa? Se eu compro um título público que não vai me render o que eu preciso, eu não vou ter problema, mas eu vou ter um déficit da mesma forma. Então, é necessário que a gente diversifique investimentos para a gente conseguir compensar essa rentabilidade. A questão — o Augusto foi brilhante quando ele falou —, a questão é a calibragem do retorno e do risco. Eu vejo muitos participantes de fundos de pensão querendo desesperadamente uma segurança nos nossos fundos de pensão. E eu digo: a segurança é a eterna vigilância, o controle eficiente e uma boa governança, porque nós trabalhamos com risco. O problema é de risco e retorno. Você não pode ter uma carteira 100% conservadora, porque você não vai bater a meta. E, se quiser bater a meta, você reduz o benefício. Aí fica fácil: eu reduzo o benefício do participante, faço ou meu “para casa”, mas o benefício está deste tamanhozinho, não se resolveu nada, né? E aí eu tenho que diversificar. Agora, em que diversificar e como diversificar? O nosso sistema hoje administra em torno de 700 bilhões de reais. É isso o que a gente tem, não os fundos, mas nós participantes temos, porque esse dinheiro é para pagar os nossos benefícios, então para mim quem tem somos nós. Eles administram, às vezes mal para burro, como é o caso do POSTALIS, mas administram. Então, o que acontece é o seguinte: dia sim, dia também, batem à porta dos fundos de pensão pessoas querendo que nós façamos investimentos. Isso acontece em fundo público e em fundo privado. E isso ocorre todo dia. Por quê? São 700 bilhões de reais! Que poupança de longo prazo existe no Brasil a não ser essa? Então, cabe ao gestor consciente, capaz e competente fazer a análise do que se apresenta. Algumas coisas estão no papel, mas dá para perceber que têm um potencial de crescimento; de outras a gente ri, agradece, toma um cafezinho e fica por isso mesmo. Gestão de previdência complementar é exatamente você fazer essa calibragem, e para fazer bem essa calibragem nós precisamos ter gestão e governança. O Augusto eu vou citar, porque para mim nós temos dois grandes fundos de pensão que são exemplos de governança dentro do sistema: a PREVI e a FUNCEF. As regras de governança, elas têm gestão compartilhada na Diretoria-Executiva, Comitê de Investimento com participação dos participantes, Comitê de



Assessoramento, regras de limite, de alçada... Se vocês pegarem o relatório de fiscalização da PREVIC no POSTALIS, vocês vão descobrir que o Diretor de Investimento, ele sozinho tinha uma alçada de 160 milhões de reais, a caneta dele. Se vocês olharem direitinho, e espero que olhem, o relatório de fiscalização da PREVIC, vocês vão descobrir que Presidente, Diretor de Investimento e os Gerentes de Investimento compunham o Conselho de Investimento. Eram eles definindo por eles mesmos. POSTALIS. E têm nome e CPF, gente. POSTALIS não é o POSTALIS. O POSTALIS quem, o ajudou foi o Dr. Alexei, o Dr. Adilson Florêncio, o Dr. José Carlos, a Dra. Sônia, o Dr. Ricardo Oliveira. Cada um deles aqui recebeu, em média, cinco ou seis autos de infração da PREVIC — autos de infração administrativos. Alguns deles já foram votados, naquela Câmara de Recursos, como eu expliquei para vocês, e foi confirmada a autuação, o.k.? O Dr. Alexei... Eu nunca consigo falar o nome, vamos só ao primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conhecido como “Russo”.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - É conhecido como “Russo” e já está com uma conta de 240 mil para pagar, porque é uma multa em cima da outra. Agora, se a gente comparar isso com o prejuízo que ele deu para os companheiros do POSTALIS, isto aqui é café pequeno. Então, a gente precisa também mudar um pouco isso. O que eu sei é que, em relação ao POSTALIS, eles expuseram a entidade a um risco desnecessário e injustificável. Só para vocês terem uma ideia — eu vou deixar com a CPI um trabalho que nós fizemos a partir dos balanços que eles publicaram em 2006, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012, públicos —, sem nenhuma necessidade de ir a fundo, vocês percebem que, contrariando todas as regras de prudência, em 2010 esse plano tinha 0,7% em título público. O dinheiro maior estava em CDB de banco. E aí vocês vão me perguntar: “Qual banco? Banco do Brasil?” Não. “Caixa?” Não. “Bradesco?” Não. “Itaú?” Não. Vocês já ouviram falar em Banco Topázio? Eu fiquei sabendo quando li o relatório, o.k.? E uma outra coisa. O investimento de fundo de pensão, ele é sempre de longo prazo: eu estou investindo aqui para colher lá na frente. Os nossos compromissos são de longo prazo. É o contrato mais antigo que cada um de nós tem. Eu tenho um contrato com a FORLUZ. Já paguei 30 anos. Entrei com 18 anos, já me aposentei, já tenho 5 de aposentada, e espero ficar mais 60 anos, se tudo der certo. (Risos.) Então, o



contrato é longo por natureza. Eu falo com os meninos que eles vão ter que me aturar lá. É um contrato longo. A gente não pode olhar previdência complementar a curto prazo. Isto é fatal. Hoje, a nossa legislação, por mais que a ANAPAR venha brigando há anos, a gente só discute o curto prazo, apagando incêndio. Em 2008, o Conselho Nacional de Previdência cometeu uma barbaridade — motivo inclusive de uma ação da ANAPAR contra o Ministro da Previdência e de outra denúncia no Supremo Tribunal Federal —, que foi a Resolução 26. O que que a Resolução 26 disse? Em 2008, o nosso sistema estava absolutamente superavitário. Se você olhasse os balanços, veria superávit em todas as entidades, muito superávit. E aí se teve a brilhante ideia de dizer que, se há superávit, vamos devolver dinheiro para a patrocinadora. Certo? Isso foi em 2008, com a famigerada Resolução 26. Se a gente for olhar a lei, a lei diz assim: havendo superávit nos planos de previdência, depois de 3 anos de reserva de contingência — faz-se a reserva especial —, ela tem que voltar para o plano. É o que diz a lei. E o que fez a resolução? Disse: não, se houver superávit, fica metade para o participante, e a patrocinadora pode se apropriar de metade. Quer dizer, a Resolução 26, no meu ponto de vista, mandou a legislação, a lei, para o espaço. E fez outra coisa, pior: ela disse que os déficits dos planos tinham que ser equacionado depois de 3 anos. Vamos lá. Eu tenho um sistema que é longo, o.k.? Eu faço a avaliação atuarial, que é o valor presente de um compromisso de longo prazo. E a resolução me diz: olha, se você tiver déficit por 3 anos, você tem que mandar pagar a contribuição. Mas espere aí! Esse déficit, em alguns casos, pode ser resolvido pela própria evolução do plano e da gestão. Mas a resolução não diz isso. Então, bota-lhe contribuição extraordinária! À toa. Da mesma forma que se distribui superávit que às vezes não existe. Então, o que que a gente precisa, na verdade? A nossa contribuição aqui vem neste sentido: vamos olhar o sistema de longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já para concluir, porque o seu tempo já estourou. Estamos dando uma tolerância para que V.Sa. possa concluir.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - Não, eu vou acabar. Eu sei que eu falo muito, Deputado. Isso é um defeito de nascença. O que eu acho que a gente precisa é investir pesado nas questões da gestão e governança. A ANAPAR conversou bastante com a assessoria da Deputada Maria do Rosário e com a



Senadora Ana Amélia, e as duas colocaram projetos de lei — um no Senado e outro aqui — que batem pesado na questão da governança: paridade para todos os órgãos, fim do voto de minerva, respeito ao contrato previdenciário e equilíbrio desse sistema. O nosso sonho é que, além de a gente separar o joio do trigo e imputar responsabilidade a quem tem... E é muito fácil a gente saber quem tem; não é tão difícil, não é genérico. Fazendo uma boa apuração — e a PREVIC hoje está se preparando para isso —, você sabe exatamente de quem é a digital. Não é difícil saber e não dá para ficar... Nem precisa generalizar, Deputado. A gente consegue saber quem é. Além de punir esses, a gente precisa mudar a legislação, porque — enterrando, finalizando —, se uma tragédia serve para alguma coisa, serve para a gente impedir que outras ocorram. E eu não tenho dúvida — já falei isso com os meninos do POSTALIS: o que aconteceu no POSTALIS é um ponto fora da curva e é uma tragédia. O.k.? E tem que haver, além da responsabilização administrativa, a civil e a criminal. Tenho notícia de que a PREVIC, por dever de ofício, porque isso também está na lei, já encaminhou denúncia ao Ministério Público e à Polícia Federal, porque eu não tenho dúvida de que é caso para as duas. Ali não é azar, não é risco de investimento. Não é! Ali é deliberadamente colocar o patrimônio alheio em risco. Nos outros casos, acho que é possível você ter um ou outro problema de gestão? Sim. Isto aqui é a última relação de julgamentos no CRPC. Vocês vão descobrir que há alguns gestores de fundos de pensão que de vez em quando passeiam por lá. Cometem erro, são punidos, são advertidos. Faz parte. Nada como o que a gente viu no POSTALIS. Eu agradeço e fico à disposição de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Dra. Cláudia. Só um tema que despertou interesse, antes de passar para o Relator: a Resolução nº 26 foi em 2009?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Dois mil e oito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em 2008?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi emitida pelo Ministério da Previdência?



A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Pelo Conselho Nacional de Previdência, que, naquela época, chamava-se Conselho de Gestão da Previdência Complementar. É quem faz a regulação do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem era o Presidente do Conselho à época?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - O Conselho é composto de oito membros. São cinco do Estado brasileiro — o Ministro da Previdência, representante da Fazenda, representante da Casa Civil, representante da PREVIC e do Ministério do Planejamento —, representante da ANAPAR, da ABRAPP, que é representante dos fundos, e representantes dos patrocinadores privados de previdência complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É presidida pelo Ministro da Previdência?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Sim, à época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem era o Ministro da Previdência à época?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Senador José Pimentel.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Não ficou feliz com o processo que nós mandamos para ele, mas, enfim, faz parte da vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É do conhecimento de V.Sa. que, nesta Casa, foi protocolado um PDC, um projeto de decreto legislativo, para sustar os efeitos dessa resolução?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Sim. O grande problema desse decreto é que ele pega na questão da distribuição do superávit. E essa resolução é perversa na distribuição do superávit e no equacionamento do déficit. O que a gente precisa é voltar ao CNPC e fazer uma revisão completa. E esse processo já está em curso. Depois de muita discussão, muita luta e muita briga, finalmente, a gente percebe que existe uma disponibilidade para rever essa resolução para breve. A ANAPAR fica muito feliz, porque há 7 anos a gente bate contra essa resolução, avisando dos efeitos perversos dela.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato. Uma coisa que me chamou a atenção, e a Comissão vai se debruçar sobre ela, Relator, é que me parece que, por obra do destino, por mera coincidência, logicamente, esse PDC, quando tramitou no Congresso Nacional, acabou, no Senado, indo para a Relatoria do Senador José Pimentel. E, de lá para cá, não foi votado.

Com a palavra o Deputado Sergio Souza, Relator.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, antes, gostaria de fazer a solicitação da cópia da representação que foi feita contra o Ministro pela depoente.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Na verdade, contra o Ministério.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Cópia da representação.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Sim, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ela passará.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - E é objeto também de uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E um PDC aqui no Senado...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, a Sra. Cláudia...

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Pois não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...coloca aqui muitos fatos importantes. Dá para perceber o conhecimento profundo de V.Sa. com relação aos fundos de pensão, não só da PREVI, mas de todos eles.

Dentro do POSTALIS, houve uma migração de planos, de BD para CD. Aí vem a dúvida, porque, quando houve o saldamento, ficou um déficit. Parece-me que, na sequência, começa a haver um superávit. Quem é que tem que pagar essa conta do déficit? É o patrocinador ou o beneficiário? Inclusive o beneficiário — nós já ouvimos isso aqui hoje — tem que aportar 26% a mais, além dos 9%. E o patrocinador também tem obrigação com relação a isso?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Olha o que aconteceu em 2008. A primeira vez que a ANAPAR foi chamada para ajudar os companheiros do POSTALIS foi nesse momento de saldamento. O que aconteceu foi: existia um plano de benefício definido, que era o plano original, oferecido aos trabalhadores da ECT, que tinha um problema de desequilíbrio. Então a entidade optou por fazer o



saldamento. O que é saldamento? Eu interrompo as contribuições, calculo o benefício proporcional de todos os que estão ali; o plano continua existindo, com as reservas que existiam, com os ativos que existiam, da mesma forma; então eu fecho esse plano e saldo. E, naquele momento, eu calculo quanto custam aqueles compromissos ali estabelecidos. Abriu-se outro plano, de contribuição variável, que é uma contribuição definida, que se chama PostalPrev. No momento do saldamento, foi feita a avaliação atuarial, quanto custa. E, naquele momento, foi identificado que o plano tinha um serviço passado, um tempo anterior de responsabilidade da patrocinadora, em torno de 650 milhões de reais. Esse processo de saldamento vai ao DEST, porque é o DEST que tem que autorizar, e o DEST autoriza o saldamento, com o aporte da patrocinadora de 640 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nesse caso, ele autorizou?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Autorizou, autorizou. O que acontece, Deputado, é o seguinte. Isso foi feito, o saldamento foi feito em março de 2008. Quando a gente vê a próxima avaliação atuarial, que aconteceu 1 ano depois, nós já tínhamos um serviço passado de 1 bilhão e 400 milhões. E aí é uma incógnita que eu tenho. Quer dizer, se o projeto original dizia que eu tinha um serviço passado de 600 milhões, e o DEST concordou com 600 milhões, por que 1 ano depois esse serviço estava em 1 bilhão e 400 milhões?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quando foi a data do saldamento?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Março de 2008.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E 1 ano depois aumentou. E continua aumentando esse déficit ou está estancado?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Isso não é déficit; isso é dívida da patrocinadora. A gente chama de serviço passado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - E aí o POSTALIS, desde então, vem discutindo com o DEST que o valor, na verdade, não era 600 milhões, que o valor era 1 bilhão e 400 milhões. E o DEST vai dizer: *“Como assim? Você vem aqui, me diz que é 600 milhões, eu contrato, autorizo, e 1 ano depois você vai me dizer que é 1 bilhão e 400 milhões?”*

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E por que há essa diferença?



A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Por conta da lógica de calcular esse documento. O DEST insiste em que é uma dívida financeira. O POSTALIS — e eu concordo —, que é uma dívida atuarial. Tem uma diferença no cálculo. Então, o atuário do POSTALIS atesta que é uma conta atuarial. E, nessa divergência, se é atuarial ou se é financeira, os Correios foram pagando até o limite da autorização dada no momento do saldamento. E, a partir daí, falou: *“Agora, para, porque eu não te dei autorização mais do que isso”*. Inclusive, contrariando a própria ECT, que achava e reconhecia que tinha que continuar pagando. Se a gente conversar com os gestores da ECT, eles dizem *“sim”*. Agora, o próprio TCU — não tenho certeza, mas a verificar — colocou muito claro para a ECT que ela não poderia continuar fazendo o repasse daquilo que não tinha sido autorizado pelo DEST e daquilo que não tinha sido contratado. Então não sobrou outra alternativa a não ser entrar com ação judicial.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quis são os principais fatores que levaram a esse déficit, que chega a quase 6 bilhões no POSTALIS?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - O Luiz, da ADCAP, deixou muito bem... Nós temos 1 bilhão e 400 milhões, que é esse tempo anterior não reconhecido, que está em litígio com o DEST e com a STN; a gente tem um pouco mais de 1 bilhão, que é questão de ajuste de premissa atuarial, tábua de mortalidade, ajuste de taxa de juros; e a maior parte tem a ver com investimentos que já estão provisionados para perda. O que isso significa? Não é investimento que tem possibilidade de não performar, de não rentabilizar; é aquilo que já se sabe que não será rentabilizado. Eu tiro da minha...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como se sabe? Isso está no balanço? Já está no relatório?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Já está no balanço, já está provisionado. Curioso: a maior parte desses investimentos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Esses relatórios de fiscalização são sigilosos? Têm transparência?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Olha, o que a PREVIC me diz — me diz, não; diz aos participantes —, quando a gente vai lá pedir, é que, enquanto eles estão em processo, ela não divulgará. Depois que é lavrado o auto de infração,



depois que é tornado... concluído o processo, é dada a publicidade. Eu tive acesso a um, ao primeiro. E por isso eu disse que ele foi muito detalhado: porque ele, de fato, foi muito detalhado. Dali saíram outros.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - V.Sa. apresentou ali uma série de nomes, dizendo que já houve várias denúncias, inclusive, a respeito dessas pessoas, auto de...

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Infração.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ... infração, que já foram inclusive objeto de investigação na própria PREVIC. Esses foram diretores de fundos de que período?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Pois é, eu vou deixar aqui também na CPI... Eu fiz como diz alguém: *"a gente corre ao Google, e ele sempre nos socorre"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aquela relação anterior das pessoas.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Certo. Esses aqui são os últimos julgamentos do CRPC. Além dos do POSTALIS, outros dirigentes foram objeto de punição. Esses processos, a partir do momento em que transitam, são públicos. A CPI pode... A gente fez um levantamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A gente pode correr atrás, inclusive dos com segredo de justiça, quanto mais dos públicos.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Pois é. Disso eu não tenho muito conhecimento. Os dirigentes... Eu tenho a relação aqui de quem era dirigente, quem era presidente, e eu fico muito triste, porque a bomba estoura, às vezes, na mão... A bomba boa e a ruim, não é? Às vezes um gestor tem um superávit fantástico, mas fruto de trabalho e de investimento feito por outrem. E, às vezes, eles, ou nós, temos que discutir déficits, fruto de trabalho feito anteriormente. Se a gente olhar a baixa dos investimentos do POSTALIS, a gente vai ver que são investimentos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 um pouquinho. A maior parte está nesse período anterior. Eu vou deixar com vocês quem eram presidente, conselho, ano a ano. Se vocês quiserem, está aqui. É importante.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado.



Sra. Cláudia, a senhora disse também que o patrimônio desses fundos foi colocado em risco. Quem o colocou em risco? Por exemplo, essa é uma decisão da direção, do conselho...

A SRA. CLÁUDIA MUIINHOS RICALDONI - Cada fundo de pensão tem um rito de governança e gestão diferenciado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A senhora separou: há o déficit, há o débito e há uma parte significativa, que é a maior parte, que foi feita uma má aplicação.

A SRA. CLÁUDIA MUIINHOS RICALDONI - Sim. A decisão, nesse caso do POSTALIS, foi da Presidência, Diretoria Financeira, Gestão Financeira, porque a regra de governança do POSTALIS conferia a esse grupo de pessoas poder e controle absoluto sobre o processo de gestão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era o papel do BNY Mellon aí no caso?

A SRA. CLÁUDIA MUIINHOS RICALDONI - Ele é um gestor de fundos de investimento, e a Diretoria...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele não toma a decisão no que investir...

A SRA. CLÁUDIA MUIINHOS RICALDONI - Não, não, não, não!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele só... Chega para ele para ele...

A SRA. CLÁUDIA MUIINHOS RICALDONI - Quem toma... A Diretoria toma a decisão de contratar o BNY Mellon para fazer a gestão de fundos. Ele apresenta algumas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Gestão de fundos de investimentos, não do patrimônio.

A SRA. CLÁUDIA MUIINHOS RICALDONI - Investimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ele sugere alternativas e tudo...

A SRA. CLÁUDIA MUIINHOS RICALDONI - O BNY Mellon tem por obrigação apresentar o que está fazendo e propor alguns negócios, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Apenas para complementar, Relator — esse talvez seja o grande tema de divergência —, no contrato entre o POSTALIS e o BNY Mellon há uma exacerbação desses poderes, e praticamente o



BNY Mellon assume toda a responsabilidade sobre a condução das políticas de investimento, apenas retornando ao POSTALIS os resultados. E uma das grandes contestações — não sei se a Dra. Cláudia tem conhecimento a respeito e pode falar — é que, em determinado momento, o BNY Mellon teria — quem contesta isso é a Direção do POSTALIS — ultrapassado os limites previstos na legislação brasileira, ocorrendo o que eles chamam de desenquadramento, principalmente no que diz respeito aos investimentos no exterior, FIDE, o que foi objeto inclusive de relatório da SEC, que é o órgão americano equivalente à CVM. Então, essa relação é muito controversa. Trata-se do Banco de Nova York — BNY.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, tem uma matéria...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O BNY Mellon agia a mando... As operações eram feitas pelo Conselho Administrativo? Quem é que realmente... Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem determina é o contrato. E, pelo contrato, que tem que ser analisado, o BNY Mellon teria esse...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Seria interessante, Presidente... Nesta semana existe uma matéria na revista *Exame* sobre esse tema. Particularmente, é um grande banco americano, um dos maiores do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só que o BNY Mellon brasileiro teve uma gestão muito peculiar, vamos dizer, um Presidente muito agressivo, muito ousado, e parece que o POSTALIS embarcou com tudo. Então, temos que ouvir esse Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Presidente já consta dos requerimentos que foram apresentados à CPI. Já deverá constar da próxima pauta de deliberação.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Quem direcionava as aplicações era o Presidente do BNY então? Não eram os Diretores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Era isso que eu queria perguntar, aproveitando o assunto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa é uma questão muito particular. A Dra. Cláudia fala no geral. Essa relação...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa relação será muito mais objeto quando estiverem presentes aqui tanto os Diretores do POSTALIS quanto os do banco, porque eles têm mais conhecimento de causa para responder, e não ela, respondendo por eles...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito. V.Sa., Sra. Cláudia, diz que alguém colocou o patrimônio dos fundos em risco, especialmente o do POSTALIS, e diz que tem digital. A senhor poderia nos dar algum nome de quem é dono dessa digital?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - Na verdade, eu já o fiz, porque, quando a PREVIC fez o relatório, ela analisou todas as responsabilidades — conselho fiscal, conselho deliberativo, diretoria executiva —, e ela, por bem, autuou como responsáveis, em algumas questões, essas pessoas que eu listei e que já estão respondendo a processo. E por que ela fez isso? Se eu tenho um fundo de pensão que tem metade do Conselho Deliberativo eleito e o Conselho Fiscal eleito, em tese, eu poderia dizer: “*Olha, essas pessoas têm responsabilidade*”. Só que não, porque a regra de governança de dentro do POSTALIS delimitava com muita clareza quem fazia os investimentos e sob a égide de quem estava. Está certo? Eu posso questionar a delegação que o Conselho Deliberativo deu para a Diretoria Executiva, na medida em que a política de investimento desenhada era quase a réplica dos limites impostos pela CMN 3.792, que é a que fala dos investimentos. Agora, a responsabilidade por fazer certamente é dessas pessoas, que eram Presidente, Diretor de Investimento, Gerente de Investimento e quem estava sob a tutela dele. Inclusive, eram as mesmas pessoas que faziam parte do Comitê de Investimento. Quer dizer, se vocês forem dar uma olhada em como funciona o Comitê de Investimento da FUNCEF, ou do POSTALIS, ou mesmo da FORLUZ, vocês vão ver um mecanismo de governança, de controle extremamente mais sofisticado, para impedir algum tipo de manobra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tráfico de influência? É possível avaliar que houve?



A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Eu não posso nem fazer juízo de valor. Eu só digo o seguinte: se a gente olhar o currículo daquelas pessoas, não foi por desconhecimento. Todas elas tinham muito conhecimento do que estavam fazendo. O motivo que as levou a fazer isso talvez seja objeto da investigação da PREVIC, do Ministério Público, da Polícia Federal e da própria CPI. Eu só te digo aquilo que dá para perceber: é absolutamente não usual no sistema a gestão dos ativos do POSTALIS. E não podia dar em outra coisa além do que deu.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado, Sr. Presidente. Sem mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, com a palavra o autor do requerimento, o Deputado Marcus Pestana. Na sequência, os Deputados Paulo Azi, Rocha, Samuel Moreira, Paulo Teixeira e Vitor Valim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria agradecer muito à Dra. Cláudia, minha conterrânea, que amadureceu sua experiência na boa experiência da FORLUZ e nos brindou aqui com esclarecimentos essenciais.

Eu creio que um ponto de amarração importante que fica aqui me parece evidente... E eu tive algum contato com a questão previdenciária como Secretário de Planejamento de Minas. Não sou propriamente um especialista, mas me parece óbvio que nós temos que falar no conceito atuarial, quando está se falando de fundos. Não faz sentido raciocinar em regime de caixa ou conceito financeiro. Como é um investidor institucional com obrigações a longo prazo, obviamente, com aspectos demográficos que se alteram, variáveis que se alteram, obviamente, a qualificação do desequilíbrio tem que ser no conceito atuarial. Parece-me óbvio isso.

Mas eu queria perguntar, a partir da sua experiência como gestora de fundo e, agora, na ANAPAR... Preocupa-me aí... Eu acho a grande contribuição que a CPI vai dar é a melhoria do marco institucional, do marco regulatório e do aparato regulatório, para que não se repitam essas situações. Mas eu passei a estudar, há 1 semana, mergulhar mais a fundo, e fiquei escandalizado — foi o termo semelhante que você usou — com o que ocorreu no POSTALIS. Nem meus alunos de economia dariam consultoria tão equivocada para o Fundo.

E essa fragilidade eu queria ver como você enxerga, porque o marco regulatório, por mais que tenhamos avançado, é frágil. Como é possível você



conviver com uma gestão temerária? E olha que o Banco BNY Mellon tem todas as condições de aliviar os nossos carteiros; ele tem patrimônio de sobra para responder pelos seus desvios, se forem comprovados. Isso não assusta o BNY Mellon, e nós temos que ajudar a empurrar essa roda. Mas é impressionante, porque os fundos americanos e europeus, em geral, só podem, por estatuto, investir quando as agências de *rating*, de classificação de risco, indicam grau de investimento. Como é possível haver investimentos em títulos argentinos e venezuelanos, que estão na classificação de extrema especulação? Como é possível? E outros fatos, como, por exemplo, comprar títulos financeiros do BVA, e em agosto, setembro e, em outubro, o Banco Central intervir? Quer dizer, é uma coisa surpreendente, como também a questão da Canabrava, que é uma coisa assim e que levou outros fundos.

Então, eu queria que você aprofundasse essa questão da fragilidade. Na verdade, o nosso companheiro (*ininteligível*)... Nós temos que clarear no mundo real como funciona esse fluxo. Você tem necessidade de investir, não pode investir tudo em renda fixa, não pode ser um aventureiro, não pode ser um jogador de mercado, um especulador, no bom sentido — especulador é um agente de mercado que tem um papel. Essa relação... O fundo não tinha que ser mais proativo? Quer dizer, ele é que deveria procurar. Mas, no mundo real, como isso ocorre? Essas aplicações todas, Canabrava, Sete Brasil... Porque você concentrou muito no POSTALIS, mas e a Sete Brasil? Era um horizonte muito, vamos dizer, arriscado, uma atividade nova e que envolvia o pré-sal, grau de exposição, e dois fundos apostaram 1,2 bilhão cada um?

Então, pela sua vivência, na vida real, como se dá essa definição das aplicações, avaliação de risco e processo deliberativo?

E aí você diferenciou a FUNCEF e a PREVI. Eu percebo a PREVI bem mais blindada. Se a governança da FUNCEF e a da PREVI são boas, por que os resultados são tão discrepantes? Por que a PREVI está melhor, está com superávit atuarial — e aí, na resolução de 2008, teria que inclusive devolver para a patrocinadora, o Banco do Brasil, recursos, e não fazer um fundo para as vacas magras que poderão vir no futuro —, e por que a FUNCEF fez uma outra trajetória e tem o maior déficit atuarial, ainda que, *vis-à-vis*, o seu patrimônio, não seja tão grave igual ao do POSTALIS?



Então, eu queria um pouco essa questão, ou seja... Tem gente aí que é candidato a processo penal mesmo, candidato a cadeia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, eu gostaria que você, como representante líder da ANAPAR, aprofundasse um pouco sobre como nos fundos, na vida real, se dá esse processo de escolha, avaliação de risco e de deliberação, porque senão não ocorreria isso. E o que diferencia... Eu queria que você aprofundasse a questão da Sete Brasil nesse processo, como se chega a investir 1,2 bilhão na PETROS e na FUNCEF, e explicasse por que, se as duas governanças são boas, a PREVI está numa situação saudável, e a FUNCEF, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Dra. Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Eu costumo dizer que a PREVI... O nosso sistema são dois: a PREVI e os demais. Nós temos uma entidade com 109 anos de idade. E quando a gente fala de PREVI e FUNCEF, a gente tem que dizer de qual plano da PREVI e qual plano da FUNCEF nós estamos falando. Na FUNCEF nós temos três planos, e um deles é dois em um, e na PREVI nós temos dois. Então, qual plano que está com déficit e qual plano está com superávit? Porque, na verdade, não é a entidade que tem déficit ou superávit; é o plano, ou os planos. Não é? Mesma coisa na PETROS. A PETROS administra hoje eu acho que 40 planos de previdência. Quando a gente fala de déficit na PETROS, nós estamos falando déficit na PETROS 1, que é o BD antigo, que nasceu com ela. E tem muito a ver com o que a gente tem encarteirado dentro do plano. Não é? Você pode ter... De uma coisa eu tenho absoluta certeza: a maior parte dessas ações da Vale do Rio Doce hoje está dentro do que a gente chama REG/REPLAN, tanto o saldado, quanto o não saldado, que são dois planos, mas, na verdade, são como submassas, como a gente chama. Isso impacta muito fortemente. A questão do investimento na Sete Brasil... Eu estava ouvindo alguém falar: *“Hoje não deu certo”*. É verdade. Hoje nós estamos com problema. Significa que teremos problema daqui a 10 anos? O próprio diretor disse: *“Olha, vamos ver como é que está se reestruturando”*. Eu sei que — avalio, não estava lá pra ver — o momento da análise do investimento, se passou por todos os ritos, e é isso que a gente tem que verificar — tem análise de *rating*, análise de retorno, taxa interna, tem toda uma... Se passou por todos os órgãos de



governança da FUNCEF e eles acharam que ainda assim valia a pena, só nos resta aguardar, porque vamos supor que se ache alguma coisa equivocada e não muito lícita. Quem tomou essa decisão será responsabilizado — óbvio —, da mesma forma que se der muito certo. O grande problema é que a gente olha muito o que deu errado, e não muito o que dá certo. Há 6 meses, nós tivemos um problemão lá na FORLUZ. A CEMIG, via FORLUZ, queria que a entidade investisse ou comprasse uma parte de uma participação da Andrade Gutierrez em Belo Monte, ou numa outra usina — não me lembro bem do nome. O investimento estava redondinho, Deputado; se você olhasse, redondinho. Mas o Conselho Deliberativo, os participantes eleitos resolveram que não iam aprovar. Foi aprovado por voto de minerva da patrocinadora. O.k.? Significa que é um investimento mau, que vai dar problema no futuro? Se você olhar direitinho todas as regras de governança... Nós estamos falando da Andrade Gutierrez, que não é uma fábrica de vassoura; estamos falando de um investimento muito bem dimensionado, seguro. As garantias de retorno desse investimento são muito firmes. Porque isso a gente tem que olhar também. Não é um investimento no escuro; você tem garantia se ele não se viabilizar. E os conselheiros lá na CEMIG, na FORLUZ resolveram que não. Provavelmente, se eu fosse conselheira, a partir da análise da documentação, eu ia dizer: “Olha...” Mas o pessoal resolveu não fazer pelas implicações políticas. Nós estamos falando em 8 meses atrás. O.k.? Podemos ter perdido um bom negócio. Nós só vamos saber no futuro. No caso da Sete Brasil e de outros investimentos, segue-se o mesmo rito. A gente precisa ter certeza — o.k.? — se os ritos de investimento, as análises têm consistência, se foi feita uma boa avaliação de risco, para mitigar o risco do negócio. Eu posso dar segurança para o senhor do seguinte: no caso do POSTALIS, isso não estava sendo feito conforme manda o figurino. Sete Brasil, hoje nós temos um problema grave. Se o investimento foi feito com outras intenções, a gente vai ter que pesquisar a partir do que está ali na documentação. E não é suposição, está escrito. Você consegue ver se foi benfeito ou se não foi. E é aquilo que eu falei antes. A gente acaba julgando fundo de pensão, e o senhor foi... A questão é atuarial, é de longo prazo. Não dá para a gente trazer de curto prazo e julgar nem o bom, nem o ruim. Conheço fundo de pensão que distribuiu superávit de não sei quantos milhões para a patrocinadora, e agora o participante está tendo que



pagar déficit. Então vamos ter um olhar, vamos ter cuidado, vamos pesquisar, vamos botar atrás das grades quem merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, com a maior objetividade.

Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nada. Mas vamos ver se concluimos hoje ainda.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Paulo Azi, só uma pergunta: “sim” ou “não”. É do conhecimento da senhora — já sobre o tema levantado pelo Deputado Marcus Pestana — que as agências de *rating* que participaram também desses processos, ou seja, as que avaliam os riscos, também estão sob a investigação da CVM, ou da PREVIC, ou da Justiça?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Não é do meu conhecimento. Agora, as agências de risco diziam que o sistema estava perfeito em 2008, antes daquela quebradeira dos Estados Unidos, né? Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos avaliar o procedimento dela no negócio dos fundos.

O Deputado Paulo Azi tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço V.Exa., Deputado Efraim.

Quero cumprimentar a Dra. Cláudia, que, pela exposição, já demonstra ser uma profunda conhecedora desse tema.

Dra. Cláudia, todos nós que estamos acompanhando os acontecimentos que envolvem os fundos de pensão, principalmente os fundos de pensão públicos em nosso País, estamos constantemente recebendo informações da existência de um clube que foi apelidado inclusive pelos próprios participantes e funcionários dos fundos de pensão, que apelidaram esse clube de “Clube do Amém”. Esse “Clube do Amém” seria um clube formado pelos dirigentes, aqueles que têm o poder de decisão nas diversas diretorias dos diversos fundos, e que estariam ali como meros cumpridores de ordens, que estariam ali sob uma voz de comando, uma voz de comando única, que dava a ordem determinando quais seriam os investimentos que o conjunto desses fundos deveriam fazer.



Gostaria de saber, de ouvir a opinião de V.Sa. sobre isso. Parece até que V.Sa. já esteve aqui no ano passado, parece que numa audiência no Senado, tratando desse tema.

Fala-se muito inclusive que o tesoureiro do PT João Vaccari Neto teria um acesso livre. Não sei até se ele teria todo esse poder de ser considerado o chefe, o dador do comando, mas informações inclusive da Operação Lava-Jato já vinculam o tesoureiro João Vaccari a essas questões. Eu gostaria de saber se V.Sa. tem alguma informação também a esse respeito.

Eu vejo que os diversos representantes das associações dos participantes, dos funcionários desses fundos, têm lutado e têm feito várias gestões no sentido de diminuir aquilo que eles consideram a maior causa desse descalabro em que hoje os fundos se encontram, diminuir o aparelhamento político dos diversos fundos de pensão.

Então, eu gostaria de saber também a opinião de V.Sa. V.Sa. considera que esses fundos estão efetivamente aparelhados politicamente?

Por último, já que meu tempo está se esgotando, a associação que V.Sa. representa, pelo que vejo, atende não só os fundos públicos, mas também os privados. Então, eu gostaria que V.Sa. fizesse uma breve comparação entre as questões relacionadas à governança, e também à tomada de decisões de investimento, nesses fundos de pensão públicos, e nesses outros, os fundos de pensão privados.

Agradeço a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Dra. Cláudia Restam apenas mais quatro oradores, e aí nós faremos em bloco os próximos questionamentos. Na verdade, um já se ausentou; faltam três.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Vou tentar começar pela última questão. Dentro do que a gente chama de fundo de pensão, nós temos dois blocos: fundos de pensão com patrocinadoras públicas, na esfera federal ou estadual, e fundos de pensão com patrocinadores privados, o.k.? Então, o sistema fechado tem essas duas vertentes. Falando de fundo de... E nós representamos os dois segmentos. A maior parte dos fundos de pensão no Brasil hoje tem patrocinadoras privadas, e não patrocinadoras públicas, o que é um problema, porque a lei que trata



da governança dos fundos patrocinados por empresas públicas confere ao participante paridade no conselho fiscal e no conselho deliberativo. Em relação aos fundos patrocinados por empresas privadas, nós temos garantido pela Constituição — desculpe, pela lei — um terço de vagas, mas não está prevista a eleição e não está prevista estabilidade no mandato. Então, dentro das fundações com patrocinadoras públicas, o participante pode, tem algum espaço para intervir, porque ele pode eleger e pode... Nos outros fundos, a gente não tem o menor contato. Se as regras de governança das entidades, que a gente chama da 108, que é o pessoal de patrocinadora pública, nós já encontramos alguns problemas, em relação ao pessoal da 108, é muito pior. Muito pior, não é? O que a gente vê lá: o patrocinador faz o quer, a hora que quer, do jeito que quer, sem dar satisfação a muita gente. E, quando a gente consegue eleger alguém — às vezes acontece —, e eu vou citar aqui a Fundação Gerdau, patrocinada pela Gerdau: assim que nós elegemos um conselheiro fiscal, ela demitiu o sujeito. Ele é conselheiro, mas perdeu o emprego. Então, e assim... Lá é lei da mordaza mesmo. Se você falar qualquer coisa, você... Embora a lei diga diferente, Deputado. A lei tem uma Resolução, a 23, que diz que todo participante tem direito a todas as informações de interesse dele. Isso está escrito na Resolução 23. O.k.? Então, essas entidades que estabelecem lei da mordaza estão descumprindo a legislação. Então, assim, o nosso projeto do sonho, esses dois que eu citei, o que eles fazem é dar transparência geral, tanto as públicas quanto as patrocinadoras privadas, que aí, sim, tem uma caixa preta. Se nosso caso tem, ali dentro, eu tenho até medo de abrir. Não é? Principalmente quando você tem fundo de pensão cujo patrocinador é um banco. Falar de conflito de interesse com fundo de pensão cujo patrocinador é um banco... E, às vezes, o gestor do patrimônio é o *asset* do banco. Então, ele é o *asset* do banco que faz a gestão do patrimônio dos fundos de pensão. O.k.? Então... Bom, sobre a questão do aparelhamento, eu posso dizer o seguinte: denúncia tem de toda ordem, resta você tentar provar isso. Da minha experiência dentro de fundação, lá na FORLUZ, a patrocinadora sempre vai indicar alguém de confiança dela. Sempre. Privada ou pública. Ela não vai colocar na gestão de um fundo de pensão alguém que não seja da confiança dela. Não é? Se essa pessoa é política ou não, ou político ou não, é uma consequência. E eu particularmente não tenho problema com indicação política. Tenho problema



muito com gente desonesta. O.k.? Isso, eu tenho um problema grave com gente desonesta. No nosso fundo de pensão, para não ter que ficar fazendo essa discussão, lá em 87, nós estabelecemos uma regra que todo gestor da FORLUZ tem que ter no mínimo 10 anos de CEMIG. Quer dizer, resolve? Não. Mas ajuda. O.k.? Está aqui uma coisa que era possível e necessário fazer. Gestor de fundo de pensão, tanto eleito quanto indicado, tem que ser da própria fundação. Pelo menos ele sente na pele as consequências do que faz. Não é? Não conheço o Vaccari, nunca tive nenhum relacionamento com ele, não... Eu acho interessante a gente tentar rastrear as coisas, porque só pela conversa que nós tivemos aqui, se a gente perceber o investimento de alguns fundos de pensão, eles, em alguns momentos, são os mesmos; em outros, não. E tem uma lógica de eles serem os mesmos, porque, como eu falei antes, é onde está o dinheiro. Então, se eu tenho um projeto de monta, eu não vou procurar a CAFBEP, que não patrimônio para fazer investimento de monta, eu vou procurar os grandes fundos de pensão. O.k.? A gente fala muito do BVA. Olha, não me consta que a FUNCEF tenha investimento no BVA, e nem a PREVI. A FORLUZ não tem. Não é? Então, acho que é uma tese que existe, eu sei que existe, mas eu não teria como afirmar isso pelo que eu conheço do sistema. O que há é isto mesmo: quando tem um projeto, você vai atrás de quem tem dinheiro. E quem tem dinheiro são os nove maiores fundos de pensão no Brasil, sendo que existe uma distância entre os três grandes. A FORLUZ é o nono. A FORLUZ está com 15 bilhões de patrimônio. É o nono. Então, assim, entre o primeiro, que é a PREVI, com 150, e o nono, nós temos uma disparidade grande. Então, assim, quem são os preferenciais para as pessoas irem buscar investimentos? São exatamente esses maiores fundos, não é? Melhoria no sistema. A gente precisa rever as Leis nº 108 e nº 109. Paridade, transparência. E, não tenho dúvida, por mais que a PREVIC seja capacitada, aparelhada, a primeira linha de defesa é o participante. Somos nós que temos que fiscalizar esse patrimônio. E temos que ter liberdade para isso. Temos que ter conhecimento para isso. Temos que ter estabilidade no emprego para isso. E temos que ter estabilidade no mandato. Porque do jeito que as coisas estão hoje, a gente está sempre correndo atrás do prejuízo. Nos fundos patrocinados por empresas públicas, é esse caos que a gente



está vendo. Imaginem o que acontece onde a gente não tem assento em lugar nenhum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k. Bem, vamos lá. Temos aqui os Deputados Samuel Moreira, Paulo Teixeira e Pedro Cunha Lima inscritos.

V.Exas. têm a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Cláudia, eu queria perguntar o seguinte. Há algum acordo ou convênio firmado entre vocês e a PREVIC? Em que termos, resumidamente?

A senhora falou que os déficits são gerados por déficit atuarial ou, às vezes, por erro na política de investimentos. A senhora classificou esses erros em duas vertentes. Podem ser déficits gerados por investimentos de erros conjunturais imprevisíveis, que podem dar certo ou errado, com certo grau de risco. E aqueles estruturais que a senhora chamou de riscos elevadíssimos, em que se arrisca demais.

A senhora poderia dar exemplos do que a senhora acha — a senhora já citou um do POSTALIS — dos determinados fundos públicos fechados? Se a senhora acha que existem mais erros, ainda que pese ser uma impressão da senhora, mas acha que tenham ocorridos mais erros? Poderia classificar esses erros, resumidamente, para que nós possamos ter ideia de que outros erros podem ter ocorrido?

Eu gostaria que a senhora discorresse um pouquinho mais sobre esse erro que a senhora afirmou categoricamente. O que é esse Banco Topázio? Qual foi o valor desse investimento que o POSTALIS fez nesse ato?

Queria também saber — se a senhora puder nos informar, não sei se a senhora sabe — se as contratações de serviços, administrativas feitas pelos fundos, por exemplo, BNY, são feitas por algum chamamento público. Há alguma licitação ou são contratações diretas? Têm valores relativamente altos? São contratações diretas, sem qualquer publicidade?

São essas as perguntas.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Com a PREVIC a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos fazer em blocos, Sra. Cláudia.



Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O primeiro registro que eu quero fazer é que gostei muito, Dra. Cláudia, da sua fala. A senhora localizou o problema. E, na minha opinião, mostrou fortalezas e fragilidades do sistema.

Quais são as fortalezas do sistema? A participação dos beneficiários na gestão. Quais são as fragilidades? Nós precisamos ainda melhorar os mecanismos de fiscalização de gestão. E temos aqui questões concretas que a senhora apontou que, na minha opinião, esta CPI tem que dar conta.

Agora, eu queria falar sobre a Sete Brasil. A Sete Brasil tem dinheiro do Bradesco, a Sete Brasil tem dinheiro do Banco Itaú, a Sete Brasil tem dinheiro do BTG. Qual o problema da Sete Brasil? O problema é que a principal cliente da Sete Brasil é a PETROBRAS. A PETROBRAS entrou num processo de crise que rebateu na Sete Brasil.

Portanto, a questão da Sete Brasil é um tema cuja solução vai interessar a muitos mais atores. Então, a pessoa que colocou isso já não está mais. Mas é um tema que requer — a Sete Brasil, na minha opinião, requer uma solução importante, global, que vai afetar o interesse de bancos privados. Não acho que esses bancos privados entraram num investimento irresponsável. O que aconteceu foi...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não tenho aqui. O que eu estou dizendo é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos evitar discussões paralelas.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - A Sete Brasil é uma empresa que foi contratada pela PETROBRAS para fazer sondas. Com o problema da PETROBRAS, a própria empresa, que era a principal cliente, entrou em crise. Entrou em crise a empresa. Então, eu acho que é um problema conjuntural, e acho que vai ser resolvido. Creio que vá ser resolvido pela conjunção de interesses que há ali e pelo projeto. E acho que isso está na alta agenda da administração pública.

Mas não se trata aqui de nenhum investimento. Acho que a Sete Brasil, resolvida, vai ter um retorno elevado para os fundos. Então, eu acho que nós não



podemos aqui, também... Porque aqui também trabalhamos com interesses grandiosos. Então, nós temos que saber...

Não tenho pergunta, Sra. Cláudia Ricaldoni. Eu gostei da sua fala, porque V.Sa. foi capaz de localizar os problemas e descontaminá-los. E, no problema central, apontar por onde esta CPI tem que aperfeiçoar o sistema. E aperfeiçoar não só o sistema público.

A senhora apontou aqui o tema da opacidade no sistema privado também. Foi importante a pergunta do Deputado Paulo Azi, que apontou a opacidade no sistema privado. Se nós não nos debruçarmos também sobre ele, amanhã, depois, nós podemos ter repercussão na aposentadoria complementar de muitos que estão no sistema privado.

Então, eu não tenho pergunta, mas quero elogiá-la e também fazer esse debate sobre a Sete Brasil. Para mim, a Sete Brasil é um tema que interessa aos grandes bancos brasileiros, porque eles também puseram dinheiro lá, e eles têm critérios de investimento tão rígidos que eles não teriam feito besteira. Agora, os acontecimentos na PETROBRAS rebateram, evidentemente, na Sete Brasil. Acho que a própria PETROBRAS está superando seus problemas, e estamos aguardando uma superação do problema na Sete Brasil. Portanto, eu acho que são duas questões importantes para serem colocadas aqui. Isso o tempo que nós vamos dialogar na CPI há de mostrar. Então, nós vamos dialogar mais à frente. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu acho que essa questão terá uma solução nos próximos 90 dias, não estaremos mortos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa é uma questão para a CPI da PETROBRAS, a qual já está se debruçando sobre o tema. Não é aqui que nós vamos definir o futuro da Sete Brasil. *(Palmas.)*

Tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima, para encerrar as falas.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - A Sra. Cláudia traz um relato de extrema importância a esta Comissão, sobretudo no âmbito do POSTALIS, trazendo afirmações do tipo de investimentos temerários e, inclusive, questões pouco republicanas que teriam acontecido dentro do espectro do POSTALIS.



A primeira pergunta que faço é: qual foi o principal limite legal de aplicação ultrapassado pelo POSTALIS, já que houve esse descumprimento legal por parte daquela direção?

Depois, se a senhora souber responder: no âmbito dessas questões pouco republicanas, Sra. Cláudia, quais são os tipos de vínculos de ordem política ou empresarial que os responsáveis por essas questões pouco republicanas — inclusive algumas já têm até a digital — teriam? Pode ser de ordem política ou empresarial. O importante é tentar dar um passo além nesse espectro das questões pouco republicanas.

Depois, num panorama de irregularidades, a senhora ficaria única e exclusivamente atenta ao que ocorre no POSTALIS — e tem um relato de extrema contribuição a esta Comissão —, ou teria algo mais, dentro do acordo mencionado pelo Deputado Samuel Moreira com a PREVIC?

V.Sa. teria algo mais a trazer a esta Comissão no âmbito da FUNCEF ou de outra fundação, já que, em que pese ter havido um direcionamento ao POSTALIS, o resultado de todas tem um prejuízo enorme? Então, não seria o caso de questões pouco republicanas terem acontecido também nos outros fundos? Pergunto isso de acordo com a fiscalização que o acordo com a PREVIC permite em todo esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por fim, tem a palavra o Deputado Rocha, que pediu 1 minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Vou ser breve, só para fazer o contraponto ao que o Deputado Paulo Teixeira disse.

Nós já vimos a tônica desta CPI. De um lado, nós vamos ter um grupo querendo aprofundar as investigações e saber onde foram parar os recursos que foram investidos em empresas como a Sete Brasil e outras que deram prejuízo aos trabalhadores; de outro lado, vamos ter um grupo de Parlamentares que vai estar tentando justificar o injustificável.

É fato que dois fundos públicos investiram 1 bilhão e 300 milhões cada um. É lógico que qualquer investidor que vê um fundo que sempre foi superavitário fazer um investimento dessa monta vai pensar que há alguma coisa por trás e vai querer especular com algum percentual.



Fico aqui com o que disse o Deputado Samuel Moreira: nós temos que saber os valores que foram investidos pelos fundos privados, para ter uma noção clara do que aconteceu.

O fato é que nós vamos ter, de um lado, as pessoas que querem, de fato, apurar, e de outro, os que vão querer justificar o que aconteceu e causou prejuízo aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Dr. Rocha. E entre um grupo e outro, há esses pensionistas e aposentados que querem a verdade, querem a justiça. Esta é a missão desta CPI: investigar, doa a quem doer. *(Palmas.)*

Para sua conclusão, tem a palavra a Sra. Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Do ponto de vista do participante, nós devíamos torcer muito para a Sete Brasil dar certo, porque, se hoje — não sei, não vi o balanço da FUNCEF — a rentabilidade provocada por essa perda de valor da Sete Brasil pode estar impactando o balanço, é também verdade que, como não houve desinvestimento, você está fazendo uma avaliação de momento. Para nós, participantes, é absolutamente fundamental que isso dê certo, para que a gente, além de perder a rentabilidade prevista, não perca 1 bilhão e 200, independente da verificação se houve ou não algum tipo de direcionamento. Então para nós, participantes, o que a gente torce é para que os investimentos que sejam feitos sejam feitos e deem retorno. Neste momento, você pode ter um déficit que é contábil, que é de balanço, e ele pode-se verificar um prejuízo real se ao longo da previsão de retorno isso não se verificar. Então, vamos torcer para dar certo, independente do que aconteceu. O nosso convênio com a PREVIC é um convênio de cooperação técnica e troca de informação. Tem a ver com aquilo que é consolidado no sistema. Ele prevê que, por exemplo, eu peça uma informação sobre o custeio administrativo das entidades, que eu peça a relação dos dirigentes eleitos, que eu peça a relação dos dirigentes indicados. Ela não prevê que eu tenha acesso a informações sigilosas da PREVIC. A análise que nós fizemos do POSTALIS foi a partir dos balanços públicos e de informações que os conselheiros nos passaram, o.k.? Então, essa questão do Banco Topázio, o número, o valor, a aplicação e a data eu me comprometo a trazer para o senhor, porque está no relatório de investimento. Aí, eu vou ter que ver mês a mês, e me comprometo a colocar. É um CDB do banco,



é um título de banco que foi comprado, como tem outros, não só esse. Eu só citei um exemplo. Então, fico com o para casa de encaminhar ao senhor. Em questão da BNY Mellon, as entidades fechadas de Previdência são entidades privadas, embora tenhamos patrocinadoras públicas. Então, a gente não é obrigado a fazer licitação. As que têm governança boa fazem tomada de preço, criam uma comissão de análise para impedir direcionamento. Estou falando de FORLUZ, que eu conheço de dentro; eu estou falando de PREVI. Então, a rigor, não se precisa fazer licitação por força de lei. Mas, do ponto de vista da boa governança, as entidades avançadas na governança não fazem isso por decisão do Presidente, por óbvio. Em relação ao limite legal, tem uma coisa curiosa, Deputado. Nem toda extrapolação de limite legal significa prejuízo para o plano. Em algum momento aqui foi falado de desenquadramento de imóveis. A gente chama esse tipo de desenquadramento de desenquadramento passivo, porque no momento em que fiz o investimento estava no limite legal. Como aquele imóvel valorizou-se muito, ele acaba tendo um valor maior do que o original. Então, há um desenquadramento passivo; não foi por uma ação do diretor que desenquadrou, foi por uma valorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E existe o desenquadramento ativo?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - Tem, tem o desenquadramento ativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está presente no...

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICARDONI - No POSTALIS tem. A gente, no nosso relatório, que nós entregamos para vocês, a gente identifica. Agora, nem o desenquadramento passivo significa, por si só, prejuízo, porque eu posso desenquadrar, e acabar me dando rentabilidade, embora, do ponto de vista da legislação, eu tenha cometido uma irregularidade. O caso do POSTALIS não é de desenquadramento, porque a lei estabelece que eu posso investir 100% dos ativos do plano em renda fixa. Aí a gente diz: *“olha, renda fixa é ótimo”*, porque a gente só pensa em título público. Mas tem o título privado. Então, se eu posso investir 100% do meu patrimônio em renda fixa, e eu invisto 59% disso em título privado, eu estou correndo um risco absurdo e não estou desenquadrada. O.k.? O caso do POSTALIS não é de enquadramento ou desenquadramento, embora tenha havido. O caso mais



grave ali é, dentro do limite que eu permitia, eu corri um risco desnecessário. O.k.? Aí, a gente tem que aperfeiçoar um pouquinho a Resolução nº 3.792, da Comissão de Valores Mobiliários, que regula as nossas aplicações. O.k.? Eu acho que a fala do Sr. Carlos de Paula, citada aqui, de que o nosso sistema não estava preparado para pegar ilícitos, mas para pegar irregularidades administrativas, é verdade. Eu espero, sinceramente, que da contribuição da CPI a gente reveja o marco legal — as Leis nºs 108 e 109 —, dê uma olhada no projeto dos sonhos dos participantes, que é o PLS da Senadora Ana Amélia e da Deputada Maria do Rosário. E também acho que a gente precisa dar uma olhada na PREVIC, porque os diretores da PREVIC hoje não têm mandato. Fico pensando como é que você fiscaliza esse mundo de dinheiro sem mandato, podendo ser trocado a toda hora.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Formatar a agência, não é?

A SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI - Eu encerro por aqui. Agradeço e coloco a ANAPAR à disposição de vocês e dos participantes, como a gente sempre estive. Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a contribuição da Sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Antes, posso chamar já o próximo?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, é exatamente sobre isso.

Em homenagem ao Sr. Jair Pedro Ferreira, nós estamos aqui há 7 horas sem almoço, nos dedicando. E muitos têm voo agora. Eu não poderei ficar. Ficou claro que nós não podemos ter quatro convidados numa oitava. O ideal é o número de três. Não seria possível transferir a oitava para terça-feira, na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acredito que, pelo mesmo respeito ao Sr. Jair, que desde cedo se encontra aqui, nós iremos concluir esta audiência, nem que sejamos eu e ele sentados aqui, nós dois, e o Relator, o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, deixo minha procuração com V.Exas.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado, Deputado Marcus Pestana. Tenho certeza de que o Deputado Pedro Cunha Lima e o Deputado Samuel Moreira podem representar à altura a bancada de V.Exa.

Convido o Dr. Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal — FENAE, para que possa tomar assento à Mesa, agradecendo a tolerância de V.Exa., que se reveste na vontade de contribuir com os resultados desta CPI.

Sem almoço eu também estou, e ainda correndo para a votação nominal lá. Então, a CPI vai ser bastante frutífera em outros pontos também da saúde.

Para atender às formalidades legais, foi firmado, pelo depoente, termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito que faça a leitura.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Jair Pedro Ferreira, pelo prazo de até 20 minutos; depois, haverá os questionamentos daqueles Parlamentares que porventura ainda desejem se inscrever para discussão.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Boa tarde, Deputado. Boa tarde, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, convidados, em especial os participantes dos fundos de pensão aqui presentes, aqueles que nos assistem, aos dirigentes, todos vocês, convidados. Primeiro, a FENAE agradece o convite de contribuir também nesse debate importante, que é a defesa dos fundos de pensão e que a garantia dos recursos dos participantes seja honrada, em especial nas nossas aposentadorias. Eu queria fazer aqui uma rápida apresentação sobre a FENAE. Eu tenho uma apresentação aqui, Deputado, rapidinho, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, o tempo agora é de V.Sa. Nós vamos ficar à disposição de V.Sa. Eu já estou o chamando de Deputado. *(Risos.)*

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Eu ainda não tive a honra, não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que eles colocando ali na...



O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Primeiro, a FENAE é uma Federação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas pode iniciar, que ele vai colocando ali os eslaides.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - ...é uma Federação das Associações do Pessoal de Caixa. Nós temos 27 APCEFs nos Estados, que congrega a nossa... o nosso conjunto de entidades. A FENAE foi criada em 71, 1971, cuja missão é promover o bem-estar do pessoal da Caixa, atuando coletivamente na defesa dos direitos e incentivando práticas sociais, esportivas e culturais. (*Segue-se exibição de imagens.*) A FENAE, hoje, nós somos... nós temos 53.969 sócios, sendo, desses, 39.932 da ativa, colegas ativos, e 4.037 colegas aposentados. Hoje, nós temos nos nossos diversos clubes, associações espalhadas pelo Brasil todo, aproximadamente 50 subsedes. Isso permite dar, dentro daquilo que os empregados conseguem, um pouco de lazer e esporte e espaço para que os empregados, os colegas aposentados e assistidos tenham um espaço de lazer. A FENAE também tem... a FENAE também tem um órgão máximo dela, que a gente chama de CDN, que é o Conselho Nacional, que é composto pelos 27 Presidentes de APCEFs. E esse fórum, ele se reúne a cada 4 meses, onde se presta conta, onde se debatem os mais diversos assuntos referentes às associações, referentes aos clubes, em especial àquilo que é de interesse dos empregados da Caixa, àquilo que é de interesse, no nosso ponto de vista, de defesa da Caixa como um banco público, uma empresa importante para este País. Também são aprovadas aí as pautas, os balanços, as prestações de contas — todas são feitas lá nesse espaço. E a Diretoria, cada APCEF dessa tem uma eleição a cada 3 anos, e todos os associados de cada Estado votam nas suas respectivas Diretorias, e a cada 3 anos, também, a Diretoria da FENAE, ela tem eleição direta. Então, a cada 3 anos, a gente se submete ao pleito, todo mundo tem direito lá — os associados — a se inscrever, de acordo com a regra do estatuto. Então, nós somos eleitos aqui, por eleição direta, nesse campo aí de 53.969 associados. Então, é eleição direta, uma Diretoria composta por 11 membros, com mais 6 membros do Conselho Fiscal. A última eleição ocorreu em março de 2014, com o mandato da gente até... do atual mandato até 2017. A gente, embora não esteja no quadro de espaço burocrático ou de gestão da Fundação, da FUNCEF, mas nós, enquanto entidade, sempre atuamos e



defendemos o direito dos empregados. Desde a criação da FUNCEF, em 77 — que antes a gente tinha um outro sistema, que é o SASSE —, teve aqui uma importante contribuição do Parlamento, Deputado, que foram a Leis Complementares nºs 108 e 109, onde a FENAE juntamente com outras entidades, participaram na ajuda e na elaboração dessa legislação, debatendo, inclusive, nesses espaços democráticos. E, a partir daí, teve as eleições então dos conselheiros, tanto do Conselho Deliberativo como do Conselho Fiscal. A gente acredita que foi um processo importante para a gente passar a conhecer os fundos. Também ocorreu um fato importante aí: em 2003, houve um pagamento da dívida que a Caixa tinha com a Fundação, iniciada desde a sua fundação, para rever as suas divergências estatutárias ou de plano de cargos. Foi um valor importante, que foi ajudando depois a se corrigirem algumas distorções dos planos de benefício até então. Em 2006, a gente também trabalhou bastante na criação do novo plano, porque nós tínhamos um plano que era... Aliás, nós tínhamos dois planos, que não atendiam na sua totalidade, naquele momento, os interesses dos participantes. Então, juntamente com mais entidades representativas que a gente tem no nosso universo de empregados da Caixa... que fizesse essas mudanças. Então, houve uma mudança muito importante para a gente, a partir da legislação aprovada aqui nesta Casa, que é a lei complementar. E nós ali tivemos talvez uma das coisas mais importantes — já foi citada aqui algumas vezes —, que foi a eleição também paritária na diretoria, porque a lei permitiu que se elegessem 50% dos conselheiros, tanto deliberativo quanto do Conselho Fiscal. E nós, a partir dali, então, passamos a ter também nos conselheiros a representação de um assistido, no mínimo. Então, permite que os colegas já em gozo de benefício façam parte do bloco de gestão. Também em 2006, houve também, com a participação dos participantes, uma negociação importante, aprovada num dos nossos congressos dos empregados da Caixa, a alteração no estatuto, e nós passamos a eleger ali também 50% da diretoria. A cada 4 anos, nós fazemos a eleição, e substitui ou renova — pode ser reconduzido. Vai depender da *performance*, vai depender se os participantes concordam ou não com a gestão. Pode alterar, e os participantes têm essa liberdade. Isso tudo ocorreu em 2006, num momento muito importante. Efetivamente, esse estatuto só foi aprovado legalmente em 2007. Também em 2008, começou-se os comitês de assessoramento técnico do



Conselho Deliberativo. Criaram-se quatro comitês, de investimento, de ética, de auditoria — tem um nome um pouco melhor, mas é de auditoria — e de benefícios, onde mais participantes podem acompanhar antes de ter uma decisão dos conselhos ou dos órgãos de gestão da Fundação, também contribuindo para melhorar o processo de governança e atenda aí os interesses dos participantes. Em 2010, cria-se a ouvidoria na Fundação, mais um espaço que a gente entendia que pudesse dar um local para que os participantes tivessem mais um canal de informação, de ter mais transparência, onde você tem, além dos eleitos, que a gente chama, tanto os conselheiros quanto os diretores executivos, ter também a ouvidoria, um órgão mais independente, em que o participante teria acesso — tem acesso — e refaz lá os seus reclames. Hoje, estou vendo aqui, desde o primeiro colega aqui que se apresentou, alguns pontos para reflexão que eu acho que o Parlamento nos ajuda bastante, Deputado, que é você garantir cada vez mais que os recursos nobres, que tanto a patrocinadora quanto os participantes colocam lá e o fundo vai gerir... Então, criação de regras. A gente já falou aqui das Leis nºs 108 e 109, que foram muito importantes, mas elas já precisam ser ajustadas. Isso foi falado aqui também. Tem o PLP... PLS 84, que é da Deputada Maria do Rosário, junto com a Senadora. E acredito que ali nós podemos fazer um debate importantíssimo sobre o voto de Minerva, porque, mesmo que a gente eleja 50%, a patrocinadora, a parte patronal coloca os outros 50%, mas a decisão fica na mão da patrocinadora. É lógico que hoje faz parte da legislação. E a gente gostaria que esta Casa ajudasse, porque nós estamos, desde lá de 2001, quando fizemos a primeira eleição, na FENAE... Nos seminários que a gente tem feito, esse é um ponto de pauta importante da nossa negociação, para que os participantes... Que você tome a decisão como maioria. Eu não posso ter a maioria... Hoje, na verdade, nós temos paridade, mas a maioria, na verdade, a patrocinadora é quem executa. Eu acho que isso fica capenga. Para nós seria muito importante... Tem um assunto que — se falaram aqui, eu não ouvi — para nós é muito importante, que a gente chama de solução do contencioso judicial. Isso é o quê? Isso são ações com que os participantes corretamente entram para requerer benefícios ou direitos que foram surrupiados, que foram tirados. Mas ele é de origem trabalhista. Ele é de origem na relação de emprego que ele tem com a patrocinadora, no nosso caso, a Caixa



Econômica. Então, ela faz uma alteração no plano de cargos e salários lá em 1998, cria lá uma figura chamada CTVA — quem é da Caixa aqui sabe o que é —, e a pessoa não contribui, nem a patrocinadora. Na hora de se aposentar, o salário dele cai pela metade. Então, isso gera o quê? Os participantes vão para o Judiciário, e isso é um passivo, porque a pessoa reduziu o salário na hora da aposentadoria. No caso da FUNCEF, hoje, deve haver, aproximadamente, 1 bilhão e 450 milhões provisionados, porque ele é... Ou seja, a FUNCEF não recebeu recurso para gerir, mas ele é um passivo gerado na política salarial originária lá na patrocinadora. Eu creio que esses outros fundos também têm — a gente não tem a informação correta. Mas, na FUNCEF, isso para a gente é um bloco perigoso. A gente tem acompanhado, colocado os profissionais, advogados e atuários, para estudar formas de você corrigir, tem pautado isso na mesa de negociação, nas campanhas salariais, e a gente acredita que a negociação poderia ser uma forma melhor de você resolver, porque é um passivo reconhecido. A Justiça reconhece — está reconhecendo. E assim que as pessoas vão se aposentando, entram na Justiça, e gera um passivo. A FUNCEF não tem recurso. Quem tem recurso são os planos. Quando ela perde uma ação, então são os participantes que aportam... Aliás, estamos vendo aqui o debate, como é que é, quando falta o recurso, para cumprir a meta atuarial. Para a gente tem uma outra coisa importante. Quem é da Caixa e da FUNCEF sabe que a solução de uma incorporação de um plano de benefício que foi criado também em 1998, que é a incorporação que a gente chama do Novo Plano. Então, já está quase tudo aprovado, tanto na FUNCEF quanto na Caixa, mas isso está parado em algum espaço dos Ministérios da Fazenda ou do Planejamento. E também a Resolução nº 26 a gente acredita que tem sido um problema para a gente. Tem também... Eu vou chamar aqui de fundo de contingência, fundo de reserva, alguém já falou aqui em solvência, que é você ter um colchão, para quando você tiver, momentaneamente, um déficit contábil — vamos chamar aqui de déficit contábil — você não precisar fazer todo esse arcabouço para que os participantes cubram. Pode ser que daqui a 2 ou 3 anos esse déficit se conserte, mas você tirou dinheiro dos participantes. Então, ao longo desse período, eu me recordo de que, por volta de 2005, 2006, a gente tinha algumas deficiências nos planos. Naquele momento, optou-se por corrigi-los. Um era o chamado limite de idade, que a gente chamava lá de Pós-78 —



principalmente o pessoal que é mais antigo de Caixa lembra —, em que as meninas, mesmo com 30 anos ou 35 anos de contribuição ao INSS, tinham que chegar até os 55 anos de idade. Isso era a regra do plano, do REG/REPLAN. Então, com o recurso que a Caixa pagou de dívida em 2003, permitiu-se que você completasse a aposentadoria dessas pessoas — dos homens também, só que os homens com 53 —, usando esse recurso, que tinha, naquele momento, o assim chamado de superávit no plano. Aí foram feitos os ajustes também de mortalidade, que a gente chama de tábua de sobrevivência. Hoje, para vocês terem uma ideia, na FUNCEF, nós temos 24 colegas com mais 100 anos, então isso significa que esses recursos têm que ser muito bem geridos, porque eu fico 30, 35 anos contribuindo e depois eu me aposento e posso ficar aí mais 30, 40, 50, 60, até mais, recebendo. Então isso carece de todo um carinho dos gestores de plantão, mas em especial no regramento. Então acho que a Casa, aqui, abrindo este espaço de debate, ajuda bastante, porque isso é uma tranquilidade, principalmente no período em que nós estamos aposentados e a idade vai chegando, então, a gente não pode ter preocupação. Eu acho que esses seriam aí alguns pontos que a gente gostaria de trazer aqui para o debate, colocando sempre a FENAE... Outros pontos que a gente tinha colocado aqui já foram debatidos bastante. A gente, só para ajudar no tempo, deixaria até para ouvir as contribuições dos Parlamentares, o que para a gente é muito importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sou eu que agradeço, Sr. Jair Pedro Ferreira. Sem dúvida, quem fala por último tem uma escassez de temas a trazer, já que os temas são complementares entre as entidades que se sucederam na fala.

Passo a palavra ao Deputado Sergio Souza, Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Dr. Jair Pedro Ferreira, que, muito mais do que trazer fatos contundentes, fez aqui uma apresentação da função da sua entidade. Isso será registrado nos autos desta CPI, e nós poderemos explorar futuramente. Não tenho perguntas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Antes de passar para o primeiro requerente, lemos, na mídia, algo sobre... V.Sa. estava aqui antes e viu que, quando foi citado o POSTALIS, falou-se numa execução de uma possível “pedalada” — entre aspas — dos Correios, que retirou do saldo contábil 1 bilhão de reais que ele assinava como devedor. Depois de muitos anos, o Governo entendeu que ele não mais deveria reconhecer essa dívida, e aí, em um passe de mágica contábil, esse 1 bilhão de reais saiu da dívida dos Correios, passou a ser ativo, e aí deu o superávit no balanço do final do ano.

Com a FUNCEF há algo parecido nesse sentido, sobre o sistema habitacional? Fala-se de alguns investimentos em FCVS ou algo desse tipo. É do seu conhecimento, ou por enquanto é só especulação da mídia?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Eu não tenho essa informação. A gente... A cada reunião que a gente faz nesse nosso Conselho, convida-se, bota-se o tema FUNCEF na pauta e, nas apresentações até aqui, que a gente tem conhecimento, feitas pelos dirigentes da Fundação, nós não temos conhecimento desse tipo de utilização desse tipo de instrumento que o senhor citou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era o esclarecimento que eu gostaria de V.Sa. Muito obrigado.

Concedo a palavra o Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)* S.Exa. se ausentou.

Eu pergunto se o Deputado Eduardo Cury gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)* Vamos iniciar, então, pelo Deputado Eduardo Cury.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Obrigado, Sr. Presidente Efraim, Relator Sergio Souza e ao nosso convidado, Dr. Jair.

Tenho uma pergunta bastante simples. É uma curiosidade, até, que guardo há algum tempo. Logicamente o senhor é mais afeito à FUNCEF, mas dado o fato de o senhor ser Presidente da Associação, o senhor provavelmente tem contato com pares seus de outros fundos de pensão. Como é que funciona a remuneração dos dirigentes, dos gestores desses fundos de pensão?

A pergunta é a seguinte: eles têm bônus por *performance*, os salários são variáveis? Logicamente, eles só podem ser punidos com a retirada de lá caso



tomem decisões equivocadas, mas eles podem ganhar, também, milhões, até bilhões, para os seus fundos, se fizerem boas gestões.

Eles são performados, como são os dirigentes nos fundos privados, ou não, é simplesmente como se fosse um plano de carreira do setor público, em que atuam por missão ou por coleguismo? Eu gostaria de saber. Eu sou um defensor do mérito e acho que deveriam ser remunerados por seu mérito, porque isso favorece a que tragam os melhores talentos e, logicamente, haja uma *performance* melhor. Com isso o fundo ganha. E a baixa remuneração também está no limiar da corrupção. Não que eu acredite que um gestor vá se tornar corrupto porque é mal remunerado, mas isso atrai os corruptos, os picaretas e, logicamente, afasta as pessoas bem-intencionadas. Como funciona a remuneração dos dirigentes desses fundos?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Eu vou falar um pouco da FUNCEF; sobre os demais eu não sei. O que eu acompanho, o que eu tenho de informação, dada pelos próprios participantes, nesses nossos fóruns de debates, seminários, é que eles têm uma remuneração, geralmente, levada da patrocinadora. Quando é da patrocinadora há lá um teto, e aquela é a remuneração, assim como os conselhos também têm uma definição. Essa é a remuneração que eu conheço. Não conheço, no nosso caso, ou de outros, dirigentes que sejam remunerados por rendimento ou por *performance* do resultado. Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe quais são os valores?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - De cabeça, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aproveitando a pergunta do Deputado, bonificação por desempenho não é do seu conhecimento que tenha sido distribuída para a Diretoria.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Aos dirigentes, não. Se ela, lá, tem cargos para incentivar os seus funcionários, porque ela tem quadro de carreira próprio, eu também não tenho essa informação e muito menos sei qual é o valor. Talvez seja uma informação que os próprios dirigentes possam trazer depois, porque eu não vim, inclusive, preparado para esse tipo de detalhe.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Eu agradeço. Eu sei que não era... Eu quis aproveitar a oportunidade, mas eu agradeço a sua colaboração.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Parece-me que na PREVI houve uma distribuição de bonificação, que, inclusive, é motivo de contestação por parte dos seus funcionários. Mas esse é um tema para outra oportunidade.

Concedo a palavra aos Deputados Paulo Azi, Samuel Moreira e Pedro Cunha Lima, na sequência.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço, Presidente. Cumprimento o Dr. Jair.

V.Sa., há pouco, falou e exaltou a conquista que diversas entidades que representam os participantes tiveram ao ver estabelecido o sistema de paridade, não só na Diretoria, mas também no Conselho. Eu gostaria de saber de V.Sa. quantos membros, no caso da FUNCEF, compõem tanto a Diretoria Executiva como o Conselho Deliberativo daquele órgão.

Eu vou concluir as perguntas, e V.Sa., ao final, responde.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - O.k.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu vejo também que, no mês de junho, foi publicada uma matéria da Federação que aponta que o REG/REPLAN, saldado e não saldado, registrou déficit consecutivo nos últimos 3 anos. Isso vem ao encontro de informações que já existem — acho que até oficiais — de que, também no caso da FUNCEF, já existem estudos que vão desaguar, possivelmente, em uma proposta de equalização para o ano de 2016, o que, fatalmente, acarretará elevação da contribuição dos seus associados.

Fala-se que esse déficit já ultrapassa o valor de 5 bilhões e 500 milhões de reais. No entanto, aqueles que estão à frente da gestão desse fundo afirmam que não se trata, em nenhum momento, de nenhum valor de má gestão, mas que todo esse déficit se refere à questão atuarial.

Eu gostaria de saber se V.Sa. concorda com essa afirmação e chamar a atenção — talvez, Presidente, seja uma mera coincidência — para o fato de que os gestores, assim como faz o Governo Federal, o Governo do PT, em nosso País, atribuem esse déficit, que eles afirmam ser atuarial, à crise econômica internacional.

Nós já ouvimos muito essa questão de se responsabilizar a crise econômica internacional por todos os males que acontecem em nosso País, o que parece



também ser utilizado para justificar a situação crítica pela qual parece também passar o fundo de pensão dos servidores da Caixa Econômica Federal.

Eu gostaria também de ouvir qual é a impressão de V.Sa. com relação à atuação da PREVIC. Qual a impressão que V.Sa. tem disso? E, por fim, também pediria um breve comentário de V.Sa. com relação especificamente à FUNCEF, sobre se V.Sa. acredita que exista também, no caso da FUNCEF, um loteamento político na indicação dos dirigentes que representam, ali, os patrocinadores.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Espero que todos falem, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, pode responder a ele. Só há mais dois, então pode responder individualmente.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Deputado Paulo, essa conquista da paridade, na verdade, é assim: nós hoje temos seis diretores, três indicados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes. Os três indicados pela patrocinadora são: Presidente, Diretor de Investimento e Diretor de Participação, se não me engano; os eleitos: Controladoria, Benefício e Administração da própria FUNCEF. São seis conselheiros deliberativos, três eleitos pelos participantes, com processo eleitoral do qual todos os que são sócios podem participar, e três indicados pela patrocinadora. Isso é feito lá. Não temos qualquer ingerência ou governança sobre isso. E, no Conselho Fiscal, são quatro pessoas, duas eleitas pelos participantes e duas indicadas pela patrocinadora. Nesses dois casos, o nosso caso na FUNCEF, em especial nos Conselhos, sempre temos uma vaga para os assistidos. Então, sempre vai haver um colega aposentado nesses fóruns eleitos pelos participantes.

Sobre a questão do...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Permita-me aproveitar a oportunidade, muito rapidamente. Nessas questões ligadas às decisões de investimento, não só do Conselho, que sugere, mas da Diretoria, que toma a decisão, V.Sa. tem informação sobre se essas decisões são todas por unanimidade ou se existe voto divergente?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - A regra diz que pode haver divergências e tal. Eu não tenho assim... Eu não lembro de cabeça. Sei que já houve. Na época da equação da dívida, por exemplo, a gente teve participantes eleitos que votaram contra, porque o valor, na nossa avaliação, era maior. Então lá eu me lembro que



houve. Houve outros casos, mas não vou me lembrar aqui. Também não quero cometer a injustiça de dizer que houve. Agora, está na regra e sempre se utiliza. Fica quatro a três. Na questão da equalização, é lógico que ninguém quer o déficit. Acho que nós, enquanto participantes, menos ainda, porque vai sobrar, pelas regras, esse equacionamento. Nas informações prestadas pelos dirigentes da Fundação nesses fóruns que citei, tanto do nosso Conselho, como nos congressos dos empregados, que são feitos para apurar a pauta da campanha salarial, quando se reúnem aproximadamente 400 bancários, na apresentação, diz-se o seguinte: nós temos três grandes blocos — isso já foi até explorado aqui por um colega que falou anteriormente —, um deles alocado na Vale, que já teve grandes valores, inclusive foi aproveitado num momento de superávit para fazer correção nos próprios planos; há a renda variável, e aí está a bolsa, as ações; e citaria um outro que não ouvi aqui muita gente falar, que é o nosso passivo judicial. A FUNCEF tem quase 1 bilhão e meio de reais já aportado no balanço para suportar responsabilidade da nossa patrocinadora, porque isso na nossa avaliação é originário na política salarial. Então, esse é um problema grave. Em relação à PREVIC, como eu disse no início, Deputado, acho que quanto mais gente estiver olhando a Fundação, quanto mais regra transparente que dê segurança aos participantes, é sempre muito bem-vindo. Já tivemos a SPC. Acho que a PREVIC... Não sei se a gente vai conseguir, mas a gente precisava ter um formato em que você conseguisse, antes de deixar irem embora os recursos... Não sei se a gente vai conseguir, não sei se vamos ter essa capacidade de antever. Eu acho que não. Isso vai ficar para os estudiosos. Mas eu acho que ainda é uma atuação de caso passado. Eu acho que aí a demora... Eu não tenho informação na FUNCEF sobre se existe gente sendo processada ou não pela PREVIC, mas, pelos informes dados aqui hoje, é ruim. De qualquer maneira, eu acho que é um avanço. Na minha opinião, melhor a PREVIC do que a SPC. Então, já foi uma melhora. Mas acho que é preciso primeiro estruturá-la. Estamos falando de alguns bilhões de recursos. Com a política que obriga você buscar meta atuarial — já foi até citado aqui —, a renda fixa não vai resolver. Tem-se aumento salarial, tem-se uma série de questões que aumenta os seus compromissos, e se precisa buscar o INPC, mais 5,5%. E, às vezes, nem todos os seus investimentos podem ter êxito. Então, acho que é um desafio importante. Acho que a PREVIC é uma



ferramenta muito boa, mas precisamos dar mais... Acho que, aqui, a Casa pode ajudar bastante nesse sentido. Sobre a FUNCEF, que era a última, sobre questão política, eu não tenho essa informação, até porque os eleitos são os participantes. Na última eleição, nós tivemos quatro chapas disputando as eleições. Ganhou uma. Então, os três sobre os quais os participantes, vamos dizer assim, têm governança... Agora, nas demais, aí é a patrocinadora. Eu não tenho qualquer... Nós, FENAE, inclusive — a Federação —, não temos qualquer vínculo... Aliás, nós nem temos vínculo com a Fundação, muito menos sabemos quais vão ser os dirigentes indicados pela patrocinadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor tem filiação político-partidária?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Eu? Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Sou filiado ao PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, eu queria só saber o seguinte: o senhor tem ciência de que já existe um déficit de 6,2 bilhões, de 2014. Prevê-se aí uma contribuição a mais dos funcionários. O senhor tem consciência disso? Vocês estão trabalhando para tomar alguma atitude com relação a isso? Gostaria de saber isso.

Gostaria de saber também se o senhor tem alguma opinião do porquê desse déficit. O que o senhor acha sobre as causas desse déficit?

E quero saber se o senhor tem conhecimento de casos, de atos que possam ser qualificados como atos que geraram prejuízos ou como má gestão. Efetivamente: quais os casos que o senhor acha que podem ter prejudicado a gestão?

E, por último, se o senhor tem notícia de crime de gestão temerária ou de crime de responsabilidade. Aí, já na condição mais de notícia de malversação de recurso, enfim, de crime. E, se tem notícia, quais são os fatos? Eu me refiro a notícias. O senhor não precisa afirmar o que o senhor acha, apenas dizer se tem alguma notícia, para termos conhecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode responder, Dr. Jair Pedro Ferreira.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Deputado, a gente tem ciência, sim, desse déficit. Nós, na FENAE, desde 2012, vimos acompanhando o déficit e temos trabalhado bastante, temos criado bastantes seminários, para informação, buscando profissionais que possam nos ajudar, até porque, pelas falas que foram feitas aqui, pelo que se desenha, pelas regras, pelas normas — você precisa aplicar em renda variável, você tem essa questão da Vale, que é um ativo importante, tem um peso grande na Fundação, principalmente nos planos REG/REPLAN, que é onde estão os maiores ativos... Assim como em 2006, em 2008, ela foi importante para corrigir questões do plano, hoje o minério de ferro, os valores da Vale baixos têm um impacto grande. Na renda variável, bolsa, mercado, a gente não tem agora nenhuma informação de malversação. As políticas de investimento, da forma como elas foram construídas, com as ferramentas de gestão que você tem na mão, com a quantidade de comitês, com os profissionais que a Fundação tem, com todo esse arcabouço, a legislação que bota o CPF do dirigente para responsabilizar por uma má gestão, a gente não tem, pelo menos até aqui apresentado, qualquer um que diga assim: “*Olha, aplicaram e roubaram*”. Não temos essa informação. Então, fica difícil a gente ir no “achômetro”. Aí também não é correto, não é justo. Quanto às causas, já foram citados aqui os blocos dos principais problemas. Esses atos de gestão criminosa eu não tenho nenhuma informação se foram...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nem por outras vias, como jornais, televisão?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Sr. Jair Pedro, o senhor acaba de afirmar que é filiado ao PT e não soube responder a questão levantada pelo Deputado Paulo quanto aos nomeados, sobre se há ou não loteamento político e se há influência política na decisão da nomeação. Eu gostaria de saber se o senhor sabe se alguns desses nomeados também são filiados ao PT, se alguns desses nomeados têm algum tipo de simpatia com o Partido dos Trabalhadores e, se houver



essa simpatia, se existe alguma dificuldade de exercício da função da FENAE para defender aquilo que é principal, que é o direito dos seus participantes. E se não existe um conflito de interesses aí que restringe um pouco a atuação da FENAE, a partir de um apadrinhamento ou um aparelhamento que consiga impedir essa atuação legítima.

Por fim, quais foram as medidas efetivas tomadas pela FENAE a partir dessa crise na FUNCEF?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Deputado Pedro, primeiro, a Federação não tem qualquer responsabilidade, não tem qualquer vinculação à nomeação. Quem nomeia é a patrocinadora. Com os critérios de onde vêm os dirigentes nós não temos, assim, absolutamente nada e muito menos somos consultados, inclusive, independentemente da filiação partidária de qualquer cidadão. Então, a Federação não exige que o dirigente seja de algum partido. Temos pessoas de diversos partidos e diversas pessoas que nem são de partidos. Então, para a gente é difícil entrar neste debate aqui, Deputado, porque nós não temos qualquer vínculo. Conflito de interesse eu desconheço. Eu acho que cada um vai ter uma avaliação. Na minha opinião, eu acho que a Caixa, a patrocinadora, vai sempre indicar lá e vai depender da conjuntura. Nós sabemos que quem está na gestão, quem está no Governo ou quem está nos órgãos que têm responsabilidade vai sempre indicar. O que nós sempre defendemos na Federação, na Diretoria, e atuamos dessa forma, é que a pessoa tem que ter capacidade, tem que ter responsabilidade, tem que ter qualificação. Esses são alguns dos principais itens que a gente considera importantes, para você evitar dolo. E a gente sempre defende que os dirigentes têm que ser funcionários da Caixa ou assistidos — no caso, os colegas aposentados —, mas isso, muitas vezes, não é respeitado. Então, é uma pauta também importante. Já ouvi a Cláudia falar aqui que esse é um item importante de se ter como premissa. Quanto às medidas, você sabe que essa questão de déficit para a gente é um processo muito difícil. Se eu tenho até aqui as informações que não há dolo... A categoria elegeu, no ano passado, pessoas que afirmaram aqui que não há desvio, inclusive aprovaram balanço. Existe uma política de investimento que não se muda de uma hora para outra. Então, eu acho que para a gente é... O que a gente tem feito? Tem feito seminários, tem buscado informação, há profissionais estudando, e



vai vir uma regra. Então, há uma regra para seguir. Eu acho que uma das coisas importantes que lá em 2005, 2006, optamos por corrigir — defendemos que tínhamos de corrigir alguns pontos do plano —, foi criar um fundo de reserva — alguém chamou aqui fundo de solvência —, para você administrar os períodos em que há vacância. Certamente, assim que forem aparecendo coisas, nós podemos, sei lá, ir para o meio judicial. Podemos. Mas, até então, eu não posso fazer isso, porque até aqui há uma regra. Nós estamos respeitando as regras. Existe um processo de governança. A categoria elegeu pessoas. Os fundos, os valores estão expostos. A cada período se apresentam, divulgam-se esses balanços. Então, essa tem sido, pelo menos... A gente tem que ter muito carinho, muito cuidado, porque a forma como eu trabalho essas informações... Há um déficit atuarial. Eu tenho um contingente de pessoas muito grande... Como eu disse, há mais de 20 pessoas com mais de 100 anos, então eu tenho que tratar essa informação com muito jeito, sempre respeitando, buscando que a Fundação pague todos os benefícios, que é isso que os assistidos esperam no dia do seu pagamento. Nós tínhamos um patrimônio de 54 bilhões em dezembro; em junho, está em 56. Então, ela não está atingindo a meta. E eu acho que aí a Diretoria da Fundação tem que buscar alternativas. Numa apresentação feita no final do balanço, eu disse que dos recursos novos não se investe em renda variável por enquanto. Pode ser alguma medida. Mas eu acho que a política de investimento é uma decisão debatida no período do final do ano, dali até o final do ano. Então, em novembro e dezembro você aprova. Inclusive, na última, foi aprovado por consenso entre os — vamos chamá-los assim — indicados e os eleitos pelos participantes. Então, para a gente é um momento muito difícil também, porque eu não posso sair espantando as pessoas, colocando preocupação, mas estamos sempre atuantes e propiciando que mais entidades façam o debate, tomem conhecimento e, principalmente, fiscalizem e acompanhem os investimentos da Fundação, independentemente de quem esteja na Direção da Fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, o último inscrito, para encerrarmos os trabalhos na tarde de hoje e anunciarmos a agenda das próximas reuniões.



O SR. DEPUTADO ROCHA - Vou ser breve, então. Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Jair Pedro. Tenho aqui a informação de que V.Sa. foi membro do Comitê de Assessoramento Técnico de Investimento da FUNCEF a partir de 2010. Eu gostaria de saber se V.Sa. confirma essa informação.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Desde 2008.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Desde 2008, então. Quais são as atribuições desse Conselho e qual foi a sua participação?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Esse Conselho — eu não vou me lembrar aqui de todas as atribuições —, na verdade, é um comitê de assessoramento do Conselho Deliberativo. Então, pelas informações que temos lá, os investidores ou quem vai propor negócio chega à Diretoria de Investimento ou de Participação, lá há as equipes técnicas. Depois de feito isso lá, vai para esse comitê, que tem participação paritária entre participantes, patrocinadora e FUNCEF. Então, ali se apresentam todos os planos de negócios, o que vai render, o que não vai render, e esse comitê orienta ou não o Conselho. Mesmo que ele seja contrário ou favorável, o Conselho, depois, e a Diretoria podem modificar.

O SR. DEPUTADO ROCHA - A nomeação de V.Sa. lá ocorreu por conta da patrocinadora?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Não. Na época, fui indicado pelos participantes. Os eleitos indicavam os participantes. A metade é indicada pelos participantes, a patrocinadora e a FUNCEF compunham a outra metade.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Para finalizar, há alguma iniciativa da FENAE em razão desses prejuízos que os participantes tiveram? Há alguma iniciativa de ordem jurídica ou mesmo administrativa?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - A gente tem... Primeiro, nós estamos trabalhando com o déficit. É um processo contábil. As nossas equipes têm um atuário contratado, têm as avaliações, e nós estamos num processo de estudo. Num primeiro momento, a gente tem propiciado o conhecimento, fazendo seminários, debates. A Fundação ou os dirigentes vão e fazem suas apresentações, e, a partir daí, vamos avaliar, para não cometer erros.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Quanto tempo demanda esse processo de avaliação?



O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Oi?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Esse processo de avaliação para a tomada de decisão.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Desde quando apresentou o terceiro, porque aí você sempre trabalha...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Três anos.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - ... na perspectiva de fazer modificações. Então, eu tenho a política de investimento aprovada, eu tenho todo um processo, eu tenho um ativo grande, que é a Vale do Rio Doce, então, ela dá um baque muito grande, e eu tenho aí o ativo judicial. Então, a partir daí, nós vamos... tendo possibilidade e viabilidade é que nós vamos (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Jair, só pela oportunidade, V.Sa. diz eu tenho, mas é o fundo, e não a FENAE.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Como assim?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - V.Sa. disse que tem todos esses episódios com relação ao fundo.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - À Fundação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - V.Sa. contratou o atuário para o estudo atuarial pela FENAE?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - A FENAE tem uma assessoria que presta serviço para a Federação, que acompanha outros itens, como plano de saúde e uma série de coisas, e a gente...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim. Eu não estou questionando isso. Estou perguntando se uma das iniciativas que V.Sa. tomou para acompanhar os problemas que vêm ocorrendo de déficit foi contratar um atuário pela FENAE. É isso?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Não. Deixa eu corrigir aqui. Talvez eu não esteja me fazendo (*ininteligível*). O déficit, para a gente, é um processo muito difícil — a gente como participante. A Fundação... Nós... A FENAE, na verdade, a Federação, quais alternativas tem? Está bom. Eu tenho aqui uma apresentação, uma série de informações apresentadas nos nossos fóruns, em que eu não tenho desvio de recurso, certo? Pelo menos, é o apresentado até aqui e está nos



balanços. Bom, está causando déficit. O que nós temos feito? Cobrado da Direção da Fundação e da própria Caixa, que é a patrocinadora responsável, que ela ajude a buscar as alternativas. Nós, enquanto entidade de classe, vamos aqui trabalhando com os nossos profissionais. A ANAPAR tem trabalhado, e nós, na FENAE, vamos acompanhando. Assim que entendermos, vamos entrar num processo de equacionamento. Nós temos uma pauta de reivindicação por parte dos empregadores que inclui o déficit. Nós temos uma regra. Nós estamos trabalhando na Federação, olhando a Fundação como defesa da Fundação para os empregados. E quais as ações mais objetivas? Por enquanto, é exigir que as Direções, tanto da Fundação quanto da Caixa, busquem uma solução para os participantes.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas e o atuário? O senhor falou que contratou um atuário.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - A gente tem uma atuária aqui que presta serviço para a gente, mas a gente não tem estudo conclusivo ainda.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, não. Ela foi contratada, faz parte do quadro, como é que é?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Não, não. É uma consultoria.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Uma consultoria.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Assim como eu contrato um escritório de advocacia.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, sim, sim. Não, tudo bem. Eu não estou nem questionando, só estou querendo saber. O senhor falou que uma das iniciativas para acompanhar esse processo é ter contratado um atuário. O senhor contratou pela FENAE um atuário para lhe trazer um cálculo atuarial e verificar esse processo?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas eu não estou entendendo.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - A Fundação...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Onde está o atuário que o senhor falou?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Deixe-me...



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor usou a seguinte frase: “Nós contratamos um atuário”.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Deputado, as informações que nós temos lá, enquanto participante, enquanto Federação, são as seguintes: eu tenho aqui um patrimônio “x”, e não estamos atingindo a meta atuarial. Então, quais as iniciativas que eu preciso tomar? Está bom, nós precisamos exigir que tanto a Direção da Fundação quanto a da Caixa busquem suas alternativas. Quais as alternativas que eu tenho? Bom, se eu for tomar outra decisão mais adiante, eu preciso ter, além das informações que estão disponíveis pela Fundação, o nosso quadro profissional, que vai avaliar que tipo de ação mais efetiva se toma ou não. É isso que a gente fez até aqui.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor pode dizer o nome do atuário que vocês contrataram? Tem esse contratado? Quem é?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - É a atuária Dra. Marília, que ajudou, inclusive, na construção... Assessorava os nossos representantes lá em 2003...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E ela vai fazer esse trabalho para vocês, para a FENAE. É isso?

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É só isso.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, só para confirmar mesmo: são 3 anos de déficit...

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO ROCHA - ...e até hoje a FENAE está estudando ainda a medida que vai ser adotada. (*Manifestação na plateia.*)

Só para conclusão: são 3 anos e até agora a FENAE está em estudo.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA - Olha só: cada entidade... Nós temos diversas outras entidades. A FENAE é uma delas. Então, eu tenho lá um conjunto de... Assim como deu déficit em 2008, em 2009 deu superávit, certo? Então, vêm vindo os déficits. Onde estão apontados os déficits? Já foi falado aqui exaustivamente, certo? Então, eu não tenho como pular o... Eu não posso também ser irresponsável de jogar os profissionais ou questionar... colocar um atuário, um



advogado para questionar uma coisa que está explícita. Pelo menos, é o que foi apresentado até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Não havendo mais questionamentos, eu queria agradecer a colaboração ao Sr. Jair Pedro Ferreira. Eu ia solicitar a apresentação de V.Sa., mas ela já consta dos nossos arquivos. Agradeço a disponibilidade e a presença aos senhores.

(Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes fazendo a seguinte agenda de convocação, para conhecimento dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas: na próxima terça-feira, dia 25 de agosto, teremos a presença dos Presidentes do POSTALIS, Dr. Antonio Carlos Conquista, e da PREVI, Dr. Gueitiro Matsuo Genso; na quinta-feira, dia 27 de agosto, teremos a presença dos Presidentes da FUNCEF, Dr. Carlos Alberto Caser, e da PETROS, Dr. Henrique Jäger.

Essa é a agenda da CPI dos Fundos de Pensão para a próxima semana.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*